

IAN DORA DE MELO QUADRADO



UM PROFESSOR NO MUSEU:

Emílio Kemp e as práticas educativas no Museu Julio de Castilhos (1939-1950)

Porto Alegre

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO

IANDORA DE MELO QUADRADO

UM PROFESSOR NO MUSEU:

Emílio Kemp e as práticas educativas no Museu Julio de Castilhos (1939-1950)

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção de título de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Orientadora:
Profa. Dr^a Ana Carolina Gelmini de Faria

Porto Alegre

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor Carlos André Bulhões

Vice-Reitora Patricia Pranke

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora Ana Maria Moura

Vice-Diretora Vera Regina Schmitz

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO

Coordenadora Fernanda Carvalho de Albuquerque

Coordenadora substituta Ana Carolina Gelmini de Faria

CIP - Catalogação na Publicação

Quadrado, Iandora de Melo

Um professor no museu: Emílio Kemp e as práticas educativas no Museu Julio de Castilhos (1939-1950) / Iandora de Melo Quadrado. -- 2022.

167 f.

Orientadora: Ana Carolina Gelmini de Faria.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. História dos Museus. 2. Campo dos museus. 3. Educação em museus. 4. Museu Julio de Castilhos. 5. Emílio Kemp. I. Faria, Ana Carolina Gelmini de, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - Rua Ramiro Barcelos, 2705, sl.203

Bairro Santana - Porto Alegre - RS

CEP: 90035007

Telefone 51 3308-2163

E-mail: ppgmuspa@ufrgs.br

IANDORA DE MELO QUADRADO

UM PROFESSOR NO MUSEU:

Emílio Kemp e as práticas educativas no Museu Julio de Castilhos (1939-1950)

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Ana Celina Figueira da Silva (UFRGS)

Profº Drº Camilo de Mello Vasconcellos (USP)

Profª Drª Zita Rosane Possamai (UFRGS)

Profª Drª Ana Carolina Gelmini de Faria (UFRGS) - Orientadora

Para Bernardo e Cecília, com todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

Pode até parecer clichê, mas tendo em vista tudo o que vivenciamos nos últimos meses, preciso iniciar este texto agradecendo por estar viva! O caminho trilhado até aqui foi por vezes bastante difícil, mas também foi permeado por descobertas e crescimento. E muitas pessoas fizeram parte desta jornada.

Agradeço pela oportunidade de ter realizado o mestrado através de uma Universidade Federal pública, com um ensino de excelência, aos professores com os quais tive o privilégio de conviver e aprender desde a época da graduação em Museologia. As minhas queridas amigas, parceiras de trabalho e ideais, Dani, Vic e Maria José, o meu muito obrigada por em diversos momentos terem me apoiado e incentivado.

Também preciso agradecer a diversos profissionais que contribuíram para que o trabalho pudesse avançar, dispondo de seu tempo para me atender e disponibilizar os materiais para a pesquisa, diante do contexto pandêmico, dentre eles destaco alguns. A funcionária Angelita do Museu Julio de Castilhos, por toda a sua ajuda e incentivo, tendo inclusive reorganizado seus turnos para que eu pudesse realizar a pesquisa no Museu. Ao funcionário Alexandre do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, por ter enviado de forma digitalizada os documentos solicitados, diante da impossibilidade de visitas presenciais. Também agradeço a Shirlei, bibliotecária da FAMED por ter conseguido agendar um horário, mesmo com a biblioteca fechada para que eu pudesse consultar a tese de Kemp, documento fundamental para o trabalho.

Faço ainda uma menção especial a três pessoas, pela generosidade em compartilhar comigo documentos e materiais de suas pesquisas, quando o fechamento das instituições impedia novas visitas, são elas: a Professora Zita Possamai, pelos materiais partilhados, a Roberta Melo, igualmente por ter cedido documentações usadas em sua dissertação sobre o Museu Julio de Castilhos, e, por fim, a Thaís Menna Barreto, pelas trocas durante as conversas ao telefone, mesmo sem me conhecer, e por compartilhar algumas imagens preciosas. Muito obrigada!

Por todo apoio, faço um agradecimento a minha família: aos meus pais, Adelaide e João Carlos, as minhas cunhadas Saraí e Soraia e especialmente à minha irmã Janandra, pela força, pelas trocas e pela paciência que teve durante todo o processo. Ao meu companheiro de vida, Sinue, sem você eu não teria chegado até o

final, obrigada por assumir por completo nossa casa e as responsabilidades com nossos filhos, durante as minhas ausências e dúvidas.

Por fim, e longe de ser menos importante, agradeço minha orientadora, Ana Carolina Gelmini de Faria, a Carol, a quem tenho como uma amiga e uma irmã, por seu incansável esforço e apoio em todos os momentos, por sua orientação primorosa e inspiradora e por não ter desistido de mim, quando muitas vezes eu mesma duvidei que conseguiria. Minha gratidão!

A educação, o museu e o patrimônio são campos de tensão e devoração, mas também são pontes, práticas e dispositivos que provocam sonhos.

Mário Chagas

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o caráter educativo assumido no Museu Julio de Castilhos ao longo da gestão de Emílio Kemp (1939-1950) e investiga como este conduziu a direção da instituição visando desenvolver de forma sistemática práticas educativas ofertadas pelo Museu. A pesquisa tem como objetivo analisar como as ações adotadas nesse período refletiram na trajetória do Museu e no lugar ocupado por ele frente ao contexto da primeira metade do século XX, no que se refere ao âmbito da História dos museus. A análise foi realizada em fontes documentais a partir de uma abordagem qualitativa a fim de mapear as medidas adotadas por Kemp durante sua gestão, no que se refere ao âmbito da educação. A partir do levantamento documental, é possível sugerir que Emílio Kemp, diferentemente de seus antecessores, que deram ênfase a pesquisa, colocou seus esforços em tornar o Museu um centro de ensino, através de aulas ministradas no Museu, de exposições e das práticas museográficas como um todo, além de ter insistido ao longo período sobre a relevância de se criar um Curso de Museus na instituição. Para a construção argumentativa da pesquisa propõe-se uma articulação com os conceitos norteadores: imaginação museal (CHAGAS, 2009), intelectual mediador (GOMES; HANSEN, 2016) e dimensão educativa e função educativa (PEREIRA, 2010). A postura adotada por Emílio Kemp denota sua visão de mundo diante da direção do Museu, que embora tenha transitado em diferentes áreas, como na medicina, na literatura e na política, além de ter sido professor e diretor da Escola Normal, teve uma trajetória atravessada pela educação. Desse modo, a investigação permitiu perceber como ao longo de mais de uma década na direção Kemp pretendeu institucionalizar a função educativa no Museu Julio de Castilhos.

PALAVRAS-CHAVE

História dos Museus. Campo dos museus. Educação em museus. Museu Julio de Castilhos. Emílio Kemp.

ABSTRACT

This work aims to analyze the educational character assumed in the Julio de Castilhos Museum throughout the management of Emílio Kemp (1939-1950) and investigates how he led the direction of the institution in order to systematically develop educational practices offered by the Museum. The research sought to investigate how the actions adopted in this period reflected on the Museum's trajectory and on the place occupied by it in the context of the first half of the 20th century, with regard to the scope of the History of Museums. The analysis was carried out in documentary sources from a qualitative approach in order to map the measures adopted by Kemp during his administration, with regard to the scope of education. From the documentary survey, it is possible to suggest that Emílio Kemp, unlike his predecessors, who emphasized research, put his efforts into making the Museum a teaching center, through classes taught at the Museum, exhibitions and museographic practices such as as a whole, in addition to having insisted for a long time on the relevance of creating a Museum Course at the institution. For the argumentative construction of the research, an articulation with the guiding concepts is proposed: museum imagination (CHAGAS, 2009), mediator intellectual (GOMES; HANSEN, 2016) and educational dimension and educational function (PEREIRA, 2010). The stance adopted by Emílio Kemp denotes his worldview in the face of the Museum's management, which, although he has been acting in different areas, such as medicine, literature and politics, in addition to having been a professor and director of the Escola Normal, had a trajectory traversed by education. In this way, the investigation allowed us to understand how, over more than a decade in the direction, Kemp intended to institutionalize the educational function at the Julio de Castilhos Museum.

KEY WORDS

History of Museums. Field of Museums. Museum education. Julio de Castilhos Museum. Emilio Kemp.

LISTA DE FIGURAS

1	Antiga residência de Julio de Castilhos, uma das edificações do Museu	17
2	Emílio Kemp Larbeck Filho e família	20
3	Emílio Kemp	61
4	Capa da tese apresentada por Emílio Kemp à Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre	67
5	Carta de agradecimento do Grupo Escolar D. Leopoldina, pelo recebimento de materiais para formação de um museu escolar	126
6	Carta de agradecimento pela ajuda na formação do Museu escolar do Grupo Escolar Inácio Montanha	126
7	Carta de agradecimento a Emílio Kemp por conduzir visita de grupo escolar	130
8	Carta de agradecimento do Grupo Escolar D. Pedro I	132
9	Telegrama sobre transações da bolsa do Curso de Museus mediada por Dante de Laytano (Museu Julio de Castilhos) e Nair de Moraes Carvalho (Museu Histórico Nacional)	146

LISTA DE QUADROS

1	Levantamento do Estado da Arte - referências selecionadas	22
2	Documentação do Museu Julio de Castilhos na gestão de Emílio Kemp	28
3	Organização das coleções na gestão de Rodolpho Simch	48
4	Organização das coleções na gestão de Alcides Maya	49
5	Dados de visitação enviado ao Secretário de Educação e Saúde Pública no Relatório anual de 1950	122
6	Lista de artefatos indígenas enviados a grupos escolares no ano de 1944	123
7	Propostas de criação de um Curso de Museus no Museu Julio de Castilhos	139

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 UM MUSEU NO SUL DO BRASIL: Museu Julio de Castilhos e o papel educativo dos museus	32
2.1 Dimensão educativa na gestão de Francisco Rodolpho Simch (1903-1925)	39
2.2 Dimensão educativa na gestão de Alcides Maya (1925-1939)	47
3 EMÍLIO KEMP: um intelectual mediador	56
3.1 O médico: educar para curar	64
3.2 O literato: educar no mundo das letras	75
3.3 O patriarca da família Kemp: educar e socializar	84
3.4 O educador: a síntese de um intelectual mediador	95
4 UM PROFESSOR NO MUSEU JULIO DE CASTILHOS: a imaginação museal de Emílio Kemp	107
4.1 Educação e difusão científica no Museu Julio de Castilhos: indícios da imaginação museal de um professor no museu	111
4.2 Práticas educativas no Museu Julio de Castilhos na gestão de Emílio Kemp	117
4.2.1 Museus escolares	120
4.2.2 Aulas ministradas no Museu Julio de Castilhos	127
4.3 Um Curso de Museus no Museu Julio de Castilhos	135
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	159

1 INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre os caminhos que me fizeram chegar na presente proposta de pesquisa acabei revisitando todo o percurso feito até aqui, sobre minhas escolhas e os lugares que elas me levaram. A minha formação em História e a minha atuação como professora na Educação Básica da Rede Estadual até o ano de 2019 dizem muito sobre meu lugar de fala e minha visão de mundo.

Entrei no curso de bacharelado em Museologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2015, através do Ingresso de Diplomado, e uma pergunta feita por uma das professoras presentes na banca de seleção me marcou muito, ao questionar, que se caso eu entrasse no curso de Museologia, eu seria uma professora ou uma museóloga. Na ocasião respondi que pretendia aproximar a escola dos museus, tendo em vista a barreira existente entre os espaços escolares e as instituições culturais de um modo geral. O fato é que este questionamento foi me acompanhando ao longo do curso e o sentimento que tive muitas vezes ao me deparar com os desafios e reflexões acerca da profissão, é que eu era, assim como sugere o título da dissertação, uma professora no museu. Ao pensar sobre o papel social dos museus, sempre tive a convicção de que entre as diversas funções que permeiam esses espaços, uma das que compõe o seu cerne é a educativa.

Estas indagações e outras foram sendo reforçadas em consequência da pesquisa realizada em algumas instituições de Porto Alegre, como bolsista em um projeto que se propõe a buscar indícios sobre a atuação de agentes nos museus no Sul do Brasil que contribuíram para a legitimação do campo dos museus, sob a coordenação da Prof^a Dr^a Ana Carolina Gelmini de Faria. Uma das instituições que tem sido pesquisada é o Museu Julio de Castilhos (MJC), no qual me detive a investigar a documentação da década de 1940, que se refere a gestão de Emílio Kemp¹ (1939-1950), que diferentemente das demais direções estudadas até então, tinha uma forte preocupação com as atividades educativas. A documentação aponta que esta característica foi marcante durante o período em que atuou no Museu Julio de Castilhos como diretor. Ao buscar informações sobre a biografia do mesmo verifiquei que Emílio Kemp atuou por bastante tempo como diretor de instituições na Educação Básica,

¹ Emílio Kemp Larbeck Filho, natural do Rio de Janeiro, nasceu em 9 de outubro de 1874 e faleceu em 9 de outubro de 1955, na cidade de Porto Alegre. Foi médico, jornalista, educador e escritor. Dirigiu o Museu Julio de Castilhos nos anos de 1939 até 1950, quando se aposentou (MARTINS, 1978).

tendo inclusive fundado uma. Assim, ao percorrer o longo caminho que me trouxe até aqui me deparei no Museu Julio de Castilhos, em uma Porto Alegre de outrora, com um professor no museu.

No intuito de realizar uma imersão na gestão de Emílio Kemp foi necessário investigar a trajetória da instituição na qual estava inserido, ou seja, mapear as primeiras décadas de funcionamento do Museu Julio de Castilhos, a fim de compreender qual era o seu lugar no cenário brasileiro da época. A chamada *Era Brasileira dos Museus*² é herdeira do contexto internacional daquela época, inspirada no modelo europeu e norte-americano de museus enciclopédicos (SILVA, 2018), que reuniam coleções de ciências naturais, arqueológicas, etnográficas, além de históricas e artísticas. Até aquele momento o Museu Nacional, criado em 1818 sob o título de Museu Real, figurava como única instituição de caráter científico do país, dedicado à História Natural. Porém, essa realidade mudou a partir da segunda metade do século XIX com o surgimento de museus em várias regiões do país, como o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), o Museu Paranaense (1876), o Museu Botânico do Amazonas (1883), o Museu Paulista (1894) e o Museu Julio de Castilhos (1903), criado no limiar do século XX.

Esse período que culminou com a criação de várias instituições culturais no Brasil pôs em pauta uma das prerrogativas dos museus, no que se refere ao seu caráter educativo, pois ainda que nem sempre estes espaços tenham conseguido efetivar sua função educativa, a presença de uma dimensão educativa foi uma constante, ao menos nos discursos proferidos por seu corpo funcional. Ou seja, embora os profissionais de museus estivessem cientes do seu papel educativo, nem sempre conseguiram ou mesmo pretenderam efetivar a institucionalização de práticas educativas.

Em relação a trajetória do Museu Julio de Castilhos nas décadas iniciais de sua existência, quanto ao direcionamento dado pelos primeiros diretores especialmente às práticas educativas, se percebe uma mudança ocorrida na gestão de Emílio Kemp, compreendida no período de 1939 até 1950, uma vez que se verifica uma preocupação em promover atividades educativas de várias naturezas, sugerindo uma progressiva institucionalização do caráter educativo do Museu ao longo de sua gestão. É importante salientar que a pesquisa teve o intuito de debater como as trajetórias de um gestor

² Conforme Lillia Schwarcz (1993) esse período teve início na segunda metade do século XIX e perdurou até a década de 1930 no Brasil.

podem ser demarcadores de espaços de poder e como reverberam para além dos muros do Museu, ao legitimar certos discursos e práticas sociais.

O surgimento do Museu Julio de Castilhos³, assim como as demais instituições citadas anteriormente, se situava em um contexto marcado por um crescente interesse pela História Natural, consonantes com as teorias evolucionistas em voga na época e também inseridos no contexto sociopolítico brasileiro (SANJAD, 2010), que tinha como pano de fundo o desenvolvimento econômico, cujo discurso civilizador da agricultura apostava na diversificação da economia através de exposições de produtos. Assim como em outros locais o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, posteriormente chamado de Museu Julio de Castilhos, tinha origem nos espólios de uma grande exposição, que foi denominada Exposição Agropecuária e Industrial do Rio Grande do Sul, situada no campo da Redenção⁴ (NEDEL, 2005).

A criação do Museu do Estado, no ano de 1903⁵, manifesta em seu regulamento a conveniência de reunir e classificar os produtos naturais do Rio Grande do Sul e todos os elementos que possam ser úteis ao estudo antropológico de seus primitivos habitantes, de colecionar os artefatos indígenas que tenham qualquer valor etnológico e bem assim os produtos de ciências, indústrias e artes modernas e documentos históricos. Salienta-se que em 1905 a residência do político Julio de Castilhos, idealizador do Museu do Estado e falecido no ano de inauguração da instituição, foi adquirida dos herdeiros pelo Governo estadual para nele instalar o Museu, hoje uma das edificações que compõe a sua sede (figura 1). A partir de 1907 a instituição passou a se chamar oficialmente Museu Julio de Castilhos.

³Criado a partir de um Decreto Estadual n. 589, de 30 de janeiro de 1903 (Arquivo do Museu Julio de Castilhos) (apud NEDEL, 2005). Localiza-se à Rua Duque de Caxias, 1205 - Centro Histórico - Porto Alegre/RS.

⁴Campo da Redenção é um parque situado na Av. João Pessoa, na cidade de Porto Alegre. A partir de 1935 passou a chamar Parque Farroupilha.

⁵Embora o ano de fundação do MJC seja datado em 1903, existem estudos mais atuais que apontam documentações que indicam que o decreto de criação do Museu seja anterior, do ano de 1901. MELO, 2019.

Figura 1 - Antiga residência de Julio de Castilhos, uma das edificações do Museu⁶



Fonte: Disponível em: <http://www.quascatur.com.br/2014/06/museu-julio-de-castilhos-porto-alegre.html>.

Acesso em jul. de 2020.

A formação inicial do acervo preservado pelo Museu Julio de Castilhos procurava reunir e classificar produtos naturais, difundindo saberes científicos, mas por outro lado tinha também como missão salvaguardar objetos ligados à cultura do homem. É importante frisar, que embora estivesse presente em seu regulamento um caráter histórico, não houve ênfase ao acervo de História na primeira gestão, uma vez que o Museu Julio de Castilhos teve como primeiro diretor o engenheiro Francisco Rodolpho Simch⁷ (1903-1925), e este direcionou suas ações para a coleta, o estudo e a classificação de coleções de Ciências Naturais. Contava com laboratório para análise

⁶ Atualmente o Museu Julio de Castilhos localiza-se nos prédios vizinhos 1231 e 1205 da rua Duque de Caxias. Porém, o segundo prédio foi obtido pelo Governo do Estado através do decreto nº 2413, de 10 de outubro de 1975, quando desapropriada. De acordo com o blog do Museu: “Em 1996, foram concluídas as obras de restauração e o prédio foi entregue ao público, como anexo ao Museu Julio de Castilhos” (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, s.d., doc. eletr.). O segundo prédio não será apresentado por ultrapassar a temporalidade da pesquisa.

⁷ Foi o primeiro diretor do Museu Julio de Castilhos. Bacharel em Direito e professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre entre os anos de 1909 e 1936, ano de seu falecimento. (POSSAMAI, 2014). Uma descrição mais detalhada sobre sua trajetória profissional se encontra na nota 16.

de materiais, bem como mantinha intercâmbio com outras instituições nacionais e internacionais congêneres.

A ênfase dada às Ciências Naturais se explica em parte pelo contexto nacional/internacional da época, sob forte argumento econômico e que de certa forma refletia as escolhas feitas para o cargo de diretor. Ressalta-se que foi a partir da década de 1880 que os museus entraram em seu período de apogeu, quando houve a contratação de novos profissionais e o aparelhamento de equipamentos para cumprir seus novos fins científicos. Havia neste período uma certa homogeneidade entre os museus nacionais, que transparece na presença marcante de seus diretores (SCHWARCZ, 1993).

O contexto apontado acima era uma realidade em boa parte dos museus no Brasil. As gestões assumiram formatos personalistas que refletiam o ponto de vista daquele que estava à frente da instituição. Portanto, não foi obra do mero acaso a escolha dos diretores no Museu Julio de Castilhos, cuja predileção refletia os interesses e o pensamento da época.

Assim, também é possível compreender melhor a “guinada para a História” que ocorreu durante a segunda gestão no Museu Julio de Castilhos, que coincidiu com o declínio dos museus de viés científico e com os novos direcionamentos políticos. Essa mudança refletiu também na escolha de novos diretores, e no caso do Museu, o diretor escolhido para suceder o engenheiro Rodolpho Simch foi Alcides Maya⁸ (1925-1939), que logo após assumir a instituição procurou dar ênfase ao acervo histórico. Isso ocorreu no mesmo ano em que o Museu Julio de Castilhos foi desligado da Secretaria dos Negócios e Obras Públicas e passou a ser subordinado à Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior, convertendo-se em Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (SOUZA, 2014).

O Museu Julio de Castilhos sofreu uma alteração em sua estrutura, passando a contar com três departamentos: de Administração, de História Natural e outro de História Nacional. Este último foi integrado à seção histórica do Arquivo Público, transferida para a sede do Museu em outubro de 1925. Além disso, o Departamento também passou a abrigar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. É

⁸ Escritor, jornalista e político. Foi Deputado Federal pelo PRR (Partido Republicano do Rio-grandense). Em 1924, foi nomeado diretor do Arquivo Público, onde trabalhou até ser transferido para o Museu Julio de Castilhos (SILVA, 2018). Uma descrição mais detalhada sobre sua trajetória profissional se encontra na nota 22.

oportuno frisar que nesse período o Museu manteve-se quase na totalidade do tempo fechado à visitação pública (SILVA, 2018), por motivos que serão pontuados mais adiante.

O processo que culminaria com a transformação do Museu Julio de Castilhos de um museu enciclopédico em um museu histórico ocorreu de forma lenta e gradual. Teve seu início na gestão de Alcides Maya, porém, só se consolidou no ano de 1954, durante a gestão de Dante de Laytano⁹ (1952-1960), quando houve o desmembramento dos acervos do Museu Julio de Castilhos, dando origem ao Museu Rio-Grandense de Ciências, que recebeu o acervo de História Natural, e a criação do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli, que absorveu o acervo artístico.

A presente pesquisa teve por propósito abarcar o período intermediário entre as gestões acima apontadas, em que Emílio Kemp esteve à frente da direção do Museu Julio de Castilhos e se configura de algum modo em uma trajetória “fora da curva”, uma vez que desde sua entrada no Museu, mais do que simplesmente adaptar a instituição a uma tipologia de acervo, deixou evidente que sua intenção era transformar a instituição em um centro de ensino.

Nesse ponto, cabe fazer um breve apanhado sobre a biografia de Emílio Kemp, no intuito de situar, ainda que de modo introdutório, qual era o seu lugar de fala e sua visão de mundo. Filho do Comendador Emílio Larbeck Kemp e Maria Martins Kemp Larbeck, ele nasceu no Rio de Janeiro, em 1874, e faleceu em Porto Alegre, em 1955. Trabalhou como jornalista no Rio de Janeiro, onde foi redator da *Gazeta de Petrópolis* e fundou juntamente com Ernesto Paixão, em 1899, o jornal *O Comércio*, também em Petrópolis. Já em Porto Alegre, foi diretor do jornal *Correio do Povo* e fundou o jornal *A Manhã*. Formou-se médico, pela Faculdade de Medicina do Paraná, defendeu a tese intitulada *A defesa da saúde pública no Rio Grande do Sul* junto à Congregação da Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre, que foi posteriormente publicada, em 1916. Também publicou as obras *Contribuição ao Estudo do Clima Antropológico do Rio Grande do Sul*, em 1933, e a obra didática intitulada *Hygiene Elementar*, em 1934, ambas pela *Editora Selbach* (BARRETO, 2017).

⁹ Intelectual destacado em diferentes campos de conhecimento, como jornalismo, direito, educação e história. Participou como agente da fundação de inúmeras instituições de ensino e produção de conhecimento. O ingresso no círculo de historiadores teve como percurso o próprio Museu Julio de Castilhos, onde entrou pela mão de Eduardo Duarte e Alcides Maya. Após ser diretor do Museu Julio de Castilhos, se dedicou à carreira acadêmica, da qual se aposentou em meados da década de 1980 (NEDEL, 1999)

Publicou diversas obras literárias, dentre as quais algumas com os pseudônimos Arcúcio Benigno e Baianave, sendo muito reconhecido tanto como poeta quanto escritor. Como poeta participou do movimento simbolista, colaborou com a *Revista Vera Cruz* e publicou vários livros. Foi membro da extinta Academia de Letras do Rio Grande do Sul e da Academia Fluminense de Letras. Emílio Kemp também atuou na área de educação, o que lhe rendeu destaque, tendo defendido uma tese posteriormente publicada com o título de *A Educação Ativa como Base da Educação Escolar*, em 1929. Também publicou, pela Livraria do Globo, uma compilação sobre o ensino em seis volumes de tiragem bimestral denominada *Enciclopédia Brasileira de Educação*, em 1932/1933. Foi diretor da Escola Normal de Porto Alegre além de contribuir para a fundação do Colégio Protásio Alves. E finalmente, no ano de 1939, Emílio Kemp (figura 2) foi nomeado diretor do Museu Julio de Castilhos, cargo que ocupou até 1950, quando de sua aposentadoria (BARRETO, 2017).

Figura 2 - Emílio Kemp Larbeck Filho e família



Fonte: BARRETO, 2017, p.142.

Voltado principalmente para a Educação Básica, Emílio Kemp após assumir a direção do Museu Julio de Castilhos foi ao longo dos anos efetivando uma série de ações que visavam aproximar o público escolar do Museu, o que transparece na documentação levantada, através de visitas mediadas, a organização e doação de museus escolares, mas especialmente na defesa ferrenha da importância daquilo que hoje chamamos de museografia, com a finalidade de promover a função educativa do Museu.

Assim, a **questão que se coloca é** em que circunstância se deu a escolha de Emílio Kemp para direção do Museu Julio de Castilhos? E como este idealizava o Museu que ao chegar se encontrava de portas fechadas? Como colocou em prática suas ideias, tendo em vista a sua visão de mundo, permeadas por sua trajetória pessoal e profissional até ali vividas? E no período em que esteve à frente da direção do Museu Julio de Castilhos, teve êxito em suas ações e propósitos?

No intuito de elucidar os problemas propostos foram levantados alguns objetivos a serem alcançados. O **objetivo geral** se configura por analisar o caráter educativo do Museu Julio de Castilhos assumido nas atividades desenvolvidas por Emílio Kemp, no período em que esteve à frente da direção do Museu, levando em conta seu itinerário profissional e como este se refletiu nos desdobramentos de práticas educativas propostas para o Museu. Como **objetivos específicos** foram delineados:

- a) Identificar o contexto no qual o Museu Julio de Castilhos se inseria no período analisado quanto ao seu papel educativo, no âmbito da História dos museus;
- b) Investigar a trajetória pessoal e profissional de Emílio Kemp, a partir de um mapeamento da sua produção intelectual, dos espaços onde atuou, enfim, das diversas facetas que compreendem sua visão de mundo e de algum modo podem ter influenciado na forma como este dirigiu o Museu;
- c) Analisar a partir dos indícios levantados na documentação como Emílio Kemp colocou em prática ações que refletiam seu modo de pensar educação e museus e até que ponto teve êxito na institucionalização das práticas educativas no Museu Julio de Castilhos.

O presente estudo se mostra relevante sob vários aspectos. Primeiramente, como possibilidade de fomentar futuras pesquisas acerca do Museu Julio de Castilhos e que até o momento, embora tenha alguns estudos realizados, não possui nenhum que abarque o recorte temporal proposto. A pesquisa também poderá contribuir para reflexões sobre a inserção do nosso Estado no cenário nacional da época, diante dos debates que estavam acontecendo no âmbito dos museus e da educação.

Ainda sobre as relações entre museus e educação, o estudo pretende refletir como se davam estes cruzamentos, procurando evidenciar de que modo aconteciam ou não as articulações entre os dois campos. E mais especificamente sobre o Museu Julio de Castilhos, de que maneira este estava inserido nos debates sobre o papel educativo dos museus.

Com a finalidade de compreender melhor o objeto de estudo foi necessário elencar publicações que dialoguem com a proposta da pesquisa. Assim, foram levantados trabalhos que de algum modo enfoquem as gestões nos museus, em especial sobre o Museu Julio de Castilhos e/ou no recorte temporal selecionado, procurando identificar indícios de qual o papel e o peso dos diretores nas narrativas evocadas por estes espaços. Outra questão considerada foi a dimensão educativa assumida pelos museus no período, verificando até que ponto conseguiam efetivar de forma sistemática as ações educativas no cotidiano destes espaços. Ainda se verificou, a partir de um viés educativo, de que modo os acervos e exposições refletiam a visão e a narrativa do museu na qual se inseria.

Para tanto, termos de indexação foram selecionados e utilizados em bancos de dados tais como o Lume UFRGS, Cielo, Repositório PUCRS, Google Acadêmico e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. As principais palavras-chave de busca foram: Museu Julio de Castilhos; Emílio Kemp; Dimensão educativa “museu”; Escola Nova; Museus escolares + Rio Grande do Sul. Dentre os resultados foram selecionados alguns trabalhos para demonstrar tal diversidade de abordagens e possíveis diálogos com a pesquisa proposta, conforme o quadro 1:

Quadro 1 - Levantamento do Estado da Arte - referências selecionadas de acordo com o recorte temporal e temática¹⁰

Tipologia	Autoria	Título	Ano	Palavras-chave da autoria	Como localizei?
Livro/ Tese	Nelson Sanjad	A coruja de minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)	2010	Museu Paraense. Mudanças políticas. Proclamação da República.	Disciplina PPGMusPa

¹⁰ Destacam-se outras referências:

CACHAFEIRO, Manolo Silveiro. **As Publicações do Museu Júlio de Castilhos e do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (1903-1960)**, 2018. Trabalho de Conclusão (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MORATES, Lucas Antônio. **Testemunhas silenciosas: análise expográfica da Sala Farroupilha no Museu Julio de Castilhos**, 2012. Trabalho de Conclusão (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SILVEIRA, Andréa Reis da. **O Museu Julio de castilhos no período 1960-1980: acervos, discursos, representações e práticas através de uma exposição museológica**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Santa Maria, 2011.

Tipologia	Autoria	Título	Ano	Palavras-chave da autoria	Como localizei?
Livro/ Tese	Mário Chagas	Imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro	2009	Museu. Memória. Museu e poder. Museologia. Gustavo Barroso. Gilberto Freyre. Darcy Ribeiro. Sociologia.	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES Google Acadêmico
Livro/ Tese	Cláudia Fonseca Brefe	O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional	2005	Museus Históricos. Museu Paulista. Afonso de Taunay.	Disciplina PPGMusPa
Tese	Natália Thielke	A imaginária guarani como dispositivo educativo em museus do Rio Grande do Sul (1903-1993)	2019	Imaginária Guarani. Museu Julio de Castilhos. Museu das Missões. Museu de Arte do Rio Grande do Sul.	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES Repositório digital LUME
Tese	Ana Celina Figueira da Silva	Investigações e evocações do passado: O Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre-RS, 1925-1939)	2018	Museu Julio de Castilhos. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Alcides Maya. História da Historiografia. Museus. Arquivos. Imagens.	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES Repositório digital LUME
Tese	Andréa Silva de Fraga	Trajetórias de alunas-mestras a professoras intelectuais da Educação no Rio Grande do Sul (1920 a 1960)	2017	História da Educação. Prosopografia. Trajetórias Intelectuais, Sociais e Profissionais. Profissão Docente. Escritas Docentes	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES Repositório digital TEDE
Tese	Ana Carolina Gelmini de Faria	Educar no museu: O Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958)	2017	Educação em museus. Educação visual. Educação para o povo. Nação. Museu Histórico Nacional.	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES Repositório digital LUME

Tipologia	Autoria	Título	Ano	Palavras-chave da autoria	Como localizei?
Tese	Maria Stephanou	Tratar e Educar: Discursos médicos nas primeiras décadas do século XX	1999	Educação. Saúde. Medicina social. Análise do discurso, História da Educação. Rio Grande do Sul.	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES Repositório digital LUME
Dissert.	Roberta Madeira de Melo	Objetos de coleção, pesquisa e educação: representações sobre os povos indígenas no Museu Julio de Castilhos (1901-1958)	2019	Museu. Indígenas. Educação. Modernidade. Decolonialidade. Narrativas. Representações. Coleção.	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES Repositório digital LUME
Dissert.	Nara Beatriz Witt	“Uma joia” no Sul do Brasil: O Museu de História Natural do Colégio Anchieta, criado em 1908 (Porto Alegre/RS)	2016	História da Educação. Museologia. Museu escolar. Museu de História Natural.	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES Repositório digital LUME
Dissert.	Marcele Regina Nogueira Pereira	Educação Museal - Entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional	2010	Museus. Educação. Brasil. Dimensões. Museu Nacional. Roquette Pinto.	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES Repositório PPGMUS/ UNIRIO
Dissert.	Alice Bemvenuti	Museus e Educação em Museus - História, Metodologias e Projetos, com análises de caso: Museus de Arte Contemporânea de São Paulo, Niterói e Rio Grande do Sul	2004	-----	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES Repositório digital LUME
Dissert.	Letícia Borges Nedel	“Paisagens da Província”: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta	1999	-----	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES Biblioteca CSH/UFRGS

Fonte: Da autora, 2022.

Os trabalhos referenciados acima dão conta de vários aspectos que nortearam o estudo proposto, contudo em nenhum deles se verificou objetivo de analisar o Museu Julio de Castilhos no âmbito da educação tendo a sua função educativa como enfoque no período analisado. E mais, verificou-se que nenhuma das pesquisas que tem como objeto de estudo o Museu busca analisar o período em que Emílio Kemp esteve à frente da instituição. Até o presente momento os estudos têm focado principalmente nas duas primeiras gestões do Museu, quando este ainda se caracterizava como uma instituição de caráter enciclopédico ou na transição entre as gestões de Alcides Maya (1925-1939) e Dante de Laytano (1952-1960) a partir de análises que elucidem o processo que converteria o Museu Julio de Castilhos em um museu histórico, o que coincide com outras análises acerca desse período em que os museus de um modo geral seguiam a tendência de especializar-se. Nesse sentido a gestão de Kemp tem ficado à margem, justamente por ter assumido características distintas, mudando o foco das diretrizes da instituição ao direcionar seus esforços para efetivar de forma sistemática as atividades educativas no Museu Julio de Castilhos.

Assim, a pesquisa também abre novas possibilidades para refletir sobre o lugar que o Museu tem ocupado nos debates sobre História dos Museus no país e também sobre sua contribuição para reforçar o papel dos museus enquanto espaço educativo, algo que hoje é compreendido como uma função indispensável, mas que no período se encontrava como um pensamento em construção.

Após o estado da arte foram elencados os conceitos norteadores usados para desenvolver a pesquisa proposta, bem como os procedimentos metodológicos que deram aporte para realização da análise do conteúdo pesquisado. Em relação ao quadro teórico serão elencados autores que abordam conceitos que dialogam com o estudo proposto.

Para a realização da pesquisa foram tomados três conceitos centrais, vistos como norteadores para efetivar a proposta da investigação. O primeiro deles é *imaginação museal*, cunhado por Mário Chagas (2009); o segundo é o conceito de *intelectual mediador*, desenvolvido na obra organizada por Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016); e os conceitos de *dimensão educativa* e *função educativa*, analisados por Marcele Regina Nogueira Pereira (2010).

Ao analisar as gestões de Gustavo Barroso no Museu Histórico Nacional, Gilberto Freyre no Museu do Homem do Nordeste e Darcy Ribeiro no Museu do Índio, Mário Chagas (2009) propõe o conceito de *imaginação museal*, que conforme o autor

constitui um conjunto de pensamentos e práticas que determinados indivíduos desenvolveram nos museus e na Museologia. A referida imaginação pode ser traduzida nas narrativas, nos discursos e nas tomadas de ações de intelectuais que se encontravam em posição onde pudessem ter um lugar de fala privilegiado e nesse sentido, o museu se configura como um destes espaços.

Dessa forma, o conceito de *imaginação museal* será fundamental para compreender o pensamento e as práticas adotadas por Emílio Kemp, no período em que foi diretor do Museu Julio de Castilhos, como ferramenta de análise que permitirá avaliar de que modo a visão de mundo de Kemp, decorrentes de sua trajetória e produção influenciaram nas diretrizes adotadas no Museu que levaram a uma sistematização das práticas educativas.

O conceito de *intelectual mediador* evocado na obra *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*, organizada por Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016), dialoga com o conceito de *imaginação museal*, na medida em que as autoras propõem uma reflexão sobre o papel que determinados sujeitos desempenham como transmissores de produtos culturais.

Conforme as autoras é preciso esclarecer dois pontos importantes sobre o recorte feito: primeiro quanto às práticas de mediação cultural, que acreditam que podem ser exercidas por uma diversidade de atores sociais, quem nem sempre são reconhecidos ou se reconhecem como intelectuais; em segundo no que diz respeito ao próprio conceito de intelectual, que usam de forma abrangente, sem considerar hierarquizações, mas, sem deixar de demarcar a distinção entre os chamados intelectuais “criadores” e os intelectuais “mediadores”. Enquanto os intelectuais criadores seriam os responsáveis por produzir conhecimento, dentro de um círculo restrito, os mediadores teriam a tarefa de disseminar e transmitir os conhecimentos para públicos mais amplos, que em geral não são especializados.

As autoras também chamam a atenção para o fato de muitas vezes a atividade de mediação cultural não ser devidamente valorizada e reconhecida. Sobre isso alertam por vezes que o intelectual mediador é visto como mero transmissor, sem nada acrescentar ou transformar criativamente. É percebido como tendo apenas o papel de simplificar ou didatizar algum conteúdo ou informação.

Nesse sentido o conceito de *intelectual mediador* será de grande valia para analisar a trajetória de Emílio Kemp, especialmente no período em que foi gestor no Museu Julio de Castilhos, uma vez que até o momento as análises que tratam das

primeiras décadas de existência do Museu não se debruçaram na gestão de Kemp, o que se configura uma lacuna. A presente pesquisa pretendeu justamente trazer à tona as suas ações, que se apresentam como práticas de mediação voltadas para o público escolar. Dito isso, também se verificou como as atividades educativas foram desenvolvidas durante os onze anos em que Emílio Kemp dirigiu o Museu Julio de Castilhos.

Por fim, em sua dissertação intitulada *Educação Museal Entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional*, Marcele Regina Nogueira Pereira (2010) propõe um estudo da história da educação em museus a partir de um entendimento acerca da distinção entre dimensão e função educativa. Para a autora, a institucionalização das práticas educativas configura a passagem de uma dimensão educativa para uma função educativa. Ainda sobre a distinção entre dimensão educativa e função educativa Pereira (2010) afirma que os museus possuem diferentes dimensões educativas, que podem variar de acordo com o momento histórico, porém a função educativa surge da necessidade de se institucionalizar as práticas educativas realizadas por eles.

Dentre as várias áreas do conhecimento em que Emílio Kemp atuou, destaca-se a educação, aspecto que parece ter se refletido em suas ações como gestor do Museu Julio de Castilhos. No período em que foi diretor ele procurou organizar as salas expositivas, formar museus escolares e proporcionar visitas guiadas, muitas tidas como verdadeiras aulas. Durante sua gestão também houve de modo insistente a proposta de criação de um Curso de Museus, nos moldes do que existia no Museu Histórico Nacional, tendo elaborado um projeto completo, com as disciplinas, ministrantes e verbas necessárias, mas que infelizmente parece não ter se concretizado. Todos os seus esforços apontam para uma evidente sistematização das práticas educativas, que configuram o início da função educativa no Museu Julio de Castilhos.

A partir da documentação encontrada foi possível mapear como se deram essas ações efetivadas por Emílio Kemp ao longo de sua gestão, e que serviram como embasamento do estudo proposto. A seguir serão apresentados os materiais e métodos utilizados na pesquisa, que foram responsáveis por operacionalizar a análise.

O estudo proposto trata-se de uma pesquisa acadêmica, de natureza básica, cuja análise tem se realizado em fontes bibliográficas e documentais, com estudo de caso, a partir de uma abordagem qualitativa, a fim de mapear as ações de Emílio Kemp durante a sua gestão frente ao Museu Julio de Castilhos, no que se refere ao âmbito da educação. Para tanto, foram consultadas fontes de pesquisa provenientes de documentação direta e indireta.

Foi realizado um mapeamento na documentação direta que consiste em livros contendo as correspondências enviadas e recebidas do Museu Julio de Castilhos (quadro 2), no período referente a gestão de Emílio Kemp. A referida documentação consiste em relatórios de visitação, relatórios anuais, trocas de correspondências com outras instituições, recebimento e envio de publicações, entre outros. A consulta permitiu compreender a dinâmica adotada por Emílio Kemp no período em que esteve à frente da direção da instituição, avaliando suas ações quanto à função educativa do Museu. Em relação à documentação direta institucional ampliou-se a consulta para outros documentos referentes a duas primeiras gestões, além de outros documentos vinculados ao Museu Julio de Castilhos que pertencem ao recorte temporal proposto.

Quadro 2 - Documentação do Museu Julio de Castilhos na gestão de Emílio Kemp

Museu Julio de Castilhos (MJC)		
Ano	Documento	Nº de folhas
1939	Documentos expedidos	417fls.
1939	Documentos recebidos	253fls.
1940	Documentos expedidos	356fls.
1940	Documentos recebidos	192fls.
1941	Documentos expedidos	267fls.
1941	Documentos recebidos	186fls.
1942	Documentos expedidos	386fls.
1942	Documentos recebidos	251fls.
1943	Documentos expedidos	302fls.
1943	Documentos recebidos	246fls.
1944	Documentos expedidos	220fls.

Ano	Documento	Nº de folhas
1944	Documentos recebidos	173fls.
1945	Documentos expedidos	262fls.
1945	Documentos recebidos	161fls.
1946	Documentos expedidos	199fls.
1946	Documentos recebidos	186fls.
1947	Documentos expedidos	199fls.
1947	Documentos recebidos	168fls.
1948-1949	Documentos expedidos	342fls.
1948-1949	Documentos recebidos	367fls.
1950-1951	Documentos expedidos	446fls.
1950-1951	Documentos recebidos	297fls.

Fonte: QUADRADO, 2020.

O quadro acima se refere aos Livros de Correspondências Expedidas e Recebidas do Museu Julio de Castilhos, no período que compreende a gestão de Emílio Kemp. Se somadas representam um volume grande de material pesquisado, chegando a quase cinco mil e quinhentas páginas. Esta documentação foi revisitada e a análise ampliada, tendo em vista questões que foram sendo levantadas ao longo da proposição.

É importante destacar que essa documentação recai sobre a figura do diretor, uma vez que, como mencionado acima, trata-se de correspondências expedidas e recebidas, trocadas entre a direção e outros órgãos e instituições, o que não possibilita muitas vezes saber se havia vozes dissonantes e qual o papel de cada membro da equipe. Ainda assim, proporciona um panorama do cotidiano da instituição. Na gestão de Emílio Kemp, por exemplo, se percebe através de relatórios e ofícios quais as suas preocupações e expectativas em relação ao Museu.

Outras fontes encontradas, que contribuíram com o desenvolvimento da pesquisa foram a tese defendida por Kemp no ano de 1916, intitulada *A defeza da saude publica no Rio Grande do Sul* junto à Congregação da Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre, que se encontra na Biblioteca da Faculdade de Medicina da UFRGS (FAMED/HCPA), e também relatórios anuais enviados para as secretarias aos quais o

Museu se subordinava nas duas primeiras gestões e que se encontram sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS). A hemeroteca do Museu de Comunicação Hipólito da Costa (MUSECOM) também foi outro espaço consultado para averiguar a atuação de Emílio Kemp, como colunista do jornal *Correio do Povo* na década de 1940. Se tentou estabelecer contato com instituições que pudessem conter fontes diretas acerca do estudo proposto, como o Arquivo Histórico do Instituto de Artes, a Biblioteca da Faculdade de Educação entre outros, porém tendo em vista o contexto gerado pela pandemia do Covid-19, não foi possível ter acesso a possíveis materiais para a pesquisa.

Os resultados obtidos ao longo da pesquisa foram organizados em cinco capítulos, em que se procurou identificar e refletir sobre o papel e o lugar ocupado pelo Museu Julio de Castilhos no que se refere ao âmbito da educação nas primeiras décadas de sua existência, tendo como recorte a gestão de Emílio Kemp. Primeiramente, foi introduzido o debate a partir do contexto no qual se inseria o Museu Julio de Castilhos nos debates sobre museus e educação na primeira metade do século XX, bem como foram apontados o problema, objetivos e motivações que levaram ao desenvolvimento do estudo.

O segundo capítulo intitulado **UM MUSEU NO SUL DO BRASIL: Museu Julio de Castilhos e o papel educativo dos museus** teve como propósito apresentar um breve histórico do Museu Julio de Castilhos e ao mesmo tempo debater sobre as dimensões educativas presentes no mesmo nas primeiras gestões, de Rodolpho Simch e Alcides Maya respectivamente, que antecederam a chegada de Emílio Kemp no Museu.

No terceiro capítulo, denominado **EMÍLIO KEMP: um intelectual mediador**, se procurou analisar aspectos sobre a trajetória pessoal e profissional de Kemp, levando em conta os espaços por onde circulou, especialmente no que se refere a sua atuação como médico sanitarista, literato, homem público e, por fim, como educador, no intuito de compreender de que modo estas se refletiram nas suas ações diante da direção do Museu Julio de Castilhos, à luz do conceito de intelectual mediador.

O quarto capítulo intitulado **A IMAGINAÇÃO MUSEAL DE UM PROFESSOR NO MUSEU JULIO DE CASTILHOS** abordou as ações desenvolvidas por Kemp, especialmente no âmbito da educação, quando este assumiu a direção do Museu Julio de Castilhos. Para isso, se procurou apresentar brevemente os debates e propostas que estavam vigentes nas primeiras décadas do século XX, acerca das relações entre

museus e educação e como estas se refletiam na gestão de Emílio Kemp, procurando assim analisar sua imaginação museal, ou seja, sua visão de mundo, seu lugar de fala, no período em que esteve à frente da instituição. A análise, que teve como ênfase o caráter educativo do Museu, procurou averiguar as práticas educativas levadas à cabo por Kemp, tais como as aulas que aconteciam no Museu Julio de Castilhos, quem ministrava, quem eram os públicos visitantes e qual o entendimento de Emílio Kemp sobre estas ações. Além disso, também se pretendeu verificar como se deu a formação de museus escolares, identificando quais os objetos foram destinados e para quais instituições. Por fim, se procurou analisar a proposta de Emílio Kemp de criar um curso de museus no Museu Julio de Castilhos, nos moldes dos que existiam no Museu Histórico Nacional e no Museu Nacional, ambos no Rio de Janeiro.

O último capítulo apresenta algumas considerações acerca do estudo proposto, sobre as ações desenvolvidas ao longo da gestão de Emílio Kemp que levaram a sistematização de práticas educativas no Museu Julio de Castilhos. Essa pesquisa pretende contribuir para uma reflexão sobre a história da educação e dos museus, a partir da análise do papel desempenhado pelo Museu Julio de Castilhos no contexto das primeiras décadas do século XX.

2 UM MUSEU NO SUL DO BRASIL: Museu Julio de Castilhos e o papel educativo dos museus

O surgimento do primeiro museu no Brasil remete ao século XIX, com a criação do Museu Real no ano 1818, atualmente nomeado Museu Nacional. Sua constituição se originou a partir da antiga Casa de Pássaros, criada ainda no período colonial, no ano de 1784. Esse entreposto, cujo objetivo principal era colecionar, armazenar e preparar produtos naturais e adornos indígenas para serem enviados a Lisboa, teve inspiração nos gabinetes europeus de *naturalia* e a *artificialia*, existentes desde a segunda metade do século XVI (LOPES, 1997). No entanto, na segunda metade do século XIX foram criadas outras instituições museológicas de caráter enciclopédico¹¹, dentre elas o Museu Paraense (1866), o Museu Paranaense (1876), o Museu Paulista (1895) e o Museu Julio de Castilhos (1903), no limiar do século XX.

A criação do Museu Julio de Castilhos se insere na chamada *Era Brasileira de Museus* e teve como acervo inicial os espólios de uma grande exposição agropecuária e industrial, nos moldes das que ocorriam em outras regiões do Brasil e na Europa. Assim como os demais museus em funcionamento no país nesse período, o Museu Julio de Castilhos se dedicava especialmente em produzir e divulgar o conhecimento científico voltado especialmente para as ciências naturais (NEDEL, 2005; SCHWARCZ, 1993). Não por acaso, seu primeiro diretor, o engenheiro Rodolpho Simch, deu ênfase ao acervo e a pesquisa voltados para esta área, tendo como foco principal a mineralogia (MELO, 2019; POSSAMAI, 2014).

Nas primeiras décadas do século XX a especialização dos museus e a criação de centros de pesquisa levaram a perda do prestígio dos museus como centros difusores do conhecimento científico. Para Lopes (1997) nesse período ocorreu, em âmbito mundial, um processo de especialização das ciências naturais, com o surgimento dos institutos de pesquisas e novas práticas de investigação. Nesse processo, os museus perderam prestígio científico, dando lugar a essas novas

¹¹ O século XIX, denominado de “século dos museus”, consolidaria os contornos da acepção moderna dessa instituição traçados ao final do século XVIII na conjuntura revolucionária francesa e também consagraria os museus como instituições de pesquisa científica no campo das denominadas ciências naturais. Esses colecionavam, pesquisavam e expunham variados acervos - botânico, zoológico, mineralógico, histórico, etnográfico, entre outros – sendo, portanto, caracterizados pela busca de um saber enciclopédico e universal. (SILVA, 2018, p. 27)

instituições de pesquisa. Isso constituiu o fim do movimento de museus em todo o mundo, período esse marcado pela consolidação dos institutos de pesquisa, dos laboratórios como os locais institucionais prioritários para o desenvolvimento das ciências do século XX.

Entretanto, cabe salientar que ao mesmo tempo em que os museus possuíam um caráter científico, a Modernidade inaugurou uma nova acepção de museu proveniente da Revolução Francesa que, desde o princípio, assumiu um caráter educativo¹². Para Pereira (2010) esse papel educativo se configura como dimensão educativa e que difere do que ela irá nomear como função educativa:

Entendemos que tanto a noção de função como a de dimensão educativa são aspectos do mesmo assunto (educação em museus), mas não podem ser considerados como sinônimos. [...] Compreendemos que a função educativa dos museus se configura na trilha deixada pela construção social das dimensões educativas que sempre estiveram presentes no universo histórico dos museus. (PEREIRA, 2010, p.15)

Embora exista para a pesquisadora uma clara diferença entre dimensão e função educativa, é importante ressaltar que os termos têm sido usados por outros autores como sinônimos, o que para Pereira (2010) se configura em um equívoco, uma vez que enquanto a dimensão educativa é inerente ao museu a função educativa remete a uma sistematização das atividades educativas. A autora esclarece que:

Nos estudos empreendidos sobre o caráter educativo dos museus, muitos autores frequentemente utilizam os termos dimensão ou função, sem os devidos esclarecimentos acerca do que compreendem ser cada um dos termos utilizados. Dessa forma corroboram com a ideia de que dimensão e função educativa são semelhantes ou sinônimas, ou seja, com o sentido de que pretende designar o papel educativo dos museus. No entanto, compreendemos que a dimensão educativa dos museus nada tem a ver com a perspectiva de função educativa e compreendemos também que eles configuram aspectos totalmente diferentes da trajetória educacional dos museus. [...] Os termos dimensão e função devem ser utilizados de acordo com a conjuntura histórica analisada. O museu tem várias dimensões que se complementam. A dimensão educacional, por exemplo, é inerente ao seu

¹² No final do século XVIII, fortaleceu-se a noção de que os poderosos nobres não eram os únicos donos das riquezas. Com a ruptura social que resultou da conjuntura da Revolução Francesa (1789), foram destruídos muitos monumentos. Antes de uma destruição maior, para salvaguardar as riquezas artísticas (pelo temor de pilhagens), foram criados “espaços neutros”, que abrigariam o espólio da nobreza até ser encontrada uma solução. Nasceu, assim, na França, a instituição museu, como a conhecemos. As mudanças de significados dos museus talvez possam ser compreendidas como uma trajetória entre a abertura das coleções privadas à visitação pública ao surgimento dos museus na acepção moderna, como instituições a serviço do público concebidos a partir da Revolução Francesa com a função de educar o povo. (JULIÃO, 2006; PEREIRA, 2010; RANGEL, 2007)

surgimento e o acompanha em todos os momentos de sua história. Essa dimensão passa a tomar contornos que vão além de uma aura educacional permanente quando o museu passa a requerer para si uma estrutura funcional que possibilite o exercício educativo de forma organizada com objetivos definidos. Ou seja, dá-se assim início ao processo de institucionalização de suas práticas educativas. (PEREIRA, 2010, p.19)

Como desdobramento da dimensão educativa a autora aponta cinco possibilidades, sendo elas a contemplativa, cívica, democrática, escolar e socioeducativa. Assim especifica:

As cinco dimensões educativas apresentadas no capítulo anterior nos ajudam a compreender o papel preponderante da educação no processo histórico de formação dos museus. Esses espaços surgem educativos e seguem assumindo esta característica em todas as fases de sua trajetória. Como vimos, a dimensão contemplativa refere-se a um período histórico em que os museus, conforme compreendemos, são como grandes depósitos da arte e do saber humano acumulado. A dimensão cívica nos remete à exploração do potencial político destes espaços, garantindo a formação de sujeitos civilizados segundo as normas e padrões estabelecidos pelas grandes nações. A dimensão democrática é aquela em que os museus passam a discutir o seu caráter público e a democratização do acesso a públicos variados. Já a dimensão escolar, no caso do Brasil em especial, pressupõe que os museus, no auge das ideias da Escola Nova e sob influência do movimento pragmatista, desenvolvem iniciativas que se pautam essencialmente nos conteúdos e currículos da escola. E, finalmente, a dimensão socioeducativa preconiza as práticas dos museus a partir das discussões dos problemas sociais, da educação e seu papel na formação de cidadãos críticos e sujeitos de sua própria história. (PEREIRA, 2010, p. 74)

Conforme a autora afirma, os museus criados desde a Era Moderna tiveram, desde seu surgimento, uma dimensão educativa idealizada. No entanto, elas foram concebidas pelos gestores de diferentes modos, de acordo com o período histórico, o que não significa excluir a possibilidade de que elas tenham coexistido em um museu ao mesmo tempo.

Este estreitamento da relação museu e educação pode ser percebido em um âmbito mundial, tendo se manifestado também no contexto brasileiro ainda no século XIX e conforme Faria (2013) se expressam em três importantes experiências ocorridas no País. Primeiramente a criação de museus escolares, no fim dos anos Oitocentos, marcando a aproximação entre museus e escolas, a partir do incentivo da aprendizagem através da Lições de Coisas¹³. Outra experiência apontada pela autora

¹³ A obra *Primeiras lições de coisas – manual de ensino elementar para uso dos pais e professores*, do professor norte-americano Norman Alisson Calkins, foi publicada pela primeira vez no ano de 1861. Tidos como guias para orientar a implantação do método de ensino intuitivo pelos professores do

foi a inauguração do primeiro museu pedagógico oficial, denominado Pedagogium¹⁴, criado em 1890. Por fim, nessa mesma linha a autora apresenta como exemplo o trabalho desenvolvido pelo Museu Nacional (MN) que durante sua trajetória deu ênfase ao viés educativo, conduzindo a instituição a sistematização das ações educativas, ou seja, fazendo a transição de uma dimensão educativa para o estabelecimento de uma função educativa.

Tomando como partida as experiências apontadas acima cabem algumas reflexões acerca dos temas trazidos à tona. É importante ressaltar que o Método Intuitivo¹⁵ e a Lições de Coisas no Brasil não foram utilizados propriamente como uma metodologia, conforme preconizada por seus idealizadores, sendo apresentados aos alunos como uma disciplina a parte do currículo escolar. No entanto, ainda que o Método Intuitivo tenha ganhado contornos diferenciados no contexto brasileiro, não se configurando em uma metodologia, autoras apontam sua influência na melhoria do ensino uma vez que "[...] a instrução apoiada na educação dos sentidos, na intuição e na observação das “coisas” ajudou a refletir e repensar o ensino, antes doloroso e desprazeroso” (RESENDE; SOUZA, 2005, p.1). E, conforme Possamai (2014, p.386-387):

O novo método contrapunha-se aos métodos tradicionais de ensino, calcados na memorização e na repetição, estimulando um papel ativo do aluno no processo de aprendizagem. Ao partir do concreto para chegar ao abstrato, das coisas para chegar às ideias, estimulando a observação e a experiência no cômputo de uma educação científica [...].

ensino elementar, os manuais de lições de coisas ganharam força a partir do final do século XIX e início do século XX, abrangendo os conteúdos a serem ministrados no ensino elementar bem como as prescrições metodológicas a serem seguidas pelo professor. (AURAS, 2003, p. 1)

¹⁴ Em 1883, após a Exposição Pedagógica realizada no Rio de Janeiro, foi fundado o Museu Escolar Nacional (1883-1890), iniciativa privada com apoio do Conde d'Eu. Em 1886, foi criada a Associação Mantenedora do Museu Escolar Nacional, que mantinha biblioteca, cursos, conferências públicas, realiza anualmente exposições escolares. Estas instituições são precursoras do Pedagogium (1890-1919), implantado em 1890 por iniciativa do Estado Republicano Brasileiro. Estas instituições, especialmente o Pedagogium, vão buscar na França o modelo a ser seguido, com o objetivo de estimular a discussão educacional e a renovação pedagógica, ou seja, pretendem seguir a corrente pedagógica europeia. (BASTOS, 2000, p. 94)

¹⁵ As concepções do Método Intuitivo foram difundidas através do manual Lições de Coisas que teve vários autores, sendo o mais utilizado o manual do americano Norman Allisson Calkins, traduzido para o português por Rui Barbosa. A existência de um manual acabou configurando as lições de coisas como disciplina à parte nos programas escolares, e não como método que permeasse todo o ensino, fato que para alguns pensadores da educação, empobreceu a concepção do método intuitivo. (RESENDE; SOUZA, 2005).

A influência do Método Intuitivo foi tão marcante que é apontado de ter servido como base para o movimento que se consolidaria mais tarde como Escola Nova. Porém, as autoras Resende e Souza (2005) apontam que

[...] é importante destacar que desde fins do século XIX já se discutia uma nova forma de relação com o conhecimento, e os princípios da Escola Nova. Este movimento foi considerado marco inaugural da educação no Brasil e reafirmava alguns dos princípios do método intuitivo sem, entretanto, quase nunca citá-lo. (RESENDE; SOUZA, 2005, p. 4)

Desse modo, se evidencia a importância do Método Intuitivo e da Lições de Coisas para o ensino brasileiro no contexto da virada do século XIX para o século XX. Um dos desdobramentos apontados anteriormente foi a criação de museus escolares que segundo Faria (2013, p. 20) “[...] ainda que muitos fossem restritos a armários envidraçados, estes museus eram dotados de coleções concebidas como estratégia didática, visando estimular os sentidos, em especial, a visão, reforçando a pedagogia do olhar [...]”. Nesse ponto cabe fazer uma distinção, se por um lado nesse período foram criados os museus escolares como recurso pedagógico, por outro foram igualmente pensados espaços para instrumentalizar os educadores para as novas metodologias, os chamados Pedagogium, conforme referido acima, e que de acordo com Petry (2013) teriam impulsionado a criação dos museus escolares uma vez que

[...] estudos historiográficos do campo educativo indicam que os museus escolares foram impulsionados por outra modalidade de museus, os pedagógicos. [...] Os museus pedagógicos tinham a característica comum de funcionarem como instituições formadoras de professores. Em geral, possuíam bibliotecas anexas, produziam e distribuíam periódicos e livros voltados aos modernos métodos e materiais de ensino, a fim de instrumentalizar a prática dos professores. (PETRY, 2013, p. 82-83).

Assim, cada vez mais o papel educativo dos museus precisou ser repensado dentro dos espaços culturais, sendo exercido de forma mais consciente no que se refere às suas dimensões educativas. Nesse sentido, Faria (2013) salienta a contribuição proveniente da relação do estudo da História da Educação e do campo da Museologia, a partir da análise da dimensão educativa presente nessas instituições.

Nesse ponto, se faz necessário refletir sobre o lugar ocupado pelo Museu Julio de Castilhos no cenário nacional, a partir do contexto que culminou com sua inserção na capital gaúcha. É igualmente importante verificar as posturas adotadas pelos primeiros gestores da instituição, no que se refere ao âmbito educativo.

A história do Museu Julio de Castilhos começou, como a de muitos outros, ligada ao espólio deixado por uma exposição, inspirada nas Grandes Exposições Universais. A iniciativa teria partido do presidente do Estado, Julio de Castilhos, ao sugerir a criação de um museu a partir da reunião de 360 exemplares de minérios do Rio Grande do Sul, que foram expostos na Exposição Agropecuária de 1901, que foi organizada no Campo da Redenção. A feira tinha como objetivo mostrar a viabilidade econômica do estado e de sua capital frente ao restante do país, que na época era o principal mercado de consumo da produção sulina (NEDEL, 2005).

A proposição de se criar um museu tinha eco em uma lacuna existente no Estado até aquele momento, uma vez que de acordo com Nedel (2005), somente a partir do período republicano o problema da ausência de órgãos destinados à guarda dos vestígios materiais da província foi superado, com a instalação de museus, arquivos e de um Instituto Histórico patrocinados pelo executivo estadual. A criação do Museu do Estado, em 1903, seguida pelo surgimento da Repartição do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca, em 1906, representa o primeiro passo nesse sentido. A autora (NEDEL, 2005) também aponta que o Museu atuou inicialmente dentro de uma perspectiva mais naturalista, seguindo na mesma direção de outros museus em funcionamento no Brasil, contrapondo assim a atuação do arquivo, que desde o início teve suas atividades vinculadas à pesquisa histórica.

Embora o viés naturalista tenha sido a tônica da primeira gestão, o fato é que o Museu Julio de Castilhos nasceu também com a missão, juntamente do Arquivo Público, de cumprir o papel de guardar as memórias do Estado. Conforme Nedel (2005, p. 97):

Nesse plano, o dado determinante é que o regime positivista implantado por Julio de Castilhos e continuado por Borges de Medeiros acabava de se consolidar, oito anos após o término de uma sangrenta guerra civil que dizimara cerca de 1% da população do estado. Tanto a morte do patriarca ditador suscitava a construção de um monumento destinado à difusão de sua herança política, como a própria guerra civil de 1893 já tinha dado origem a uma série de “heróis” militares republicanos para serem transformados em mártires civilizadores.

Não por acaso, após a morte do estadista Julio de Castilhos, no ano de 1905, o Museu foi transferido para o sobrado onde vivia o patriarca e sua família. Sendo que, dois anos mais tarde, o Museu do Estado seria rebatizado com o nome de Museu Julio de Castilhos. No entanto, sua orientação enciclopédica lhe incumbia outras atribuições, como fica evidenciada na organização das suas seções. Conforme Nedel (2005, p. 75) o Museu nesse período inicial

[...] subordinava-se à Diretoria do Serviço Geológico e Mineralógico da Secretaria de Obras Públicas, e o regulamento baixado pelo Secretário Eng. José Pereira Parobé constituía-o de quatro seções: zoologia e botânica; mineralogia, geologia e paleontologia; antropologia e etnografia e, finalmente, a seção de ciências, artes e documentos históricos. Embora já desempenhasse funções celebrativas vinculadas à figura de Julio de Castilhos, o museu permanecia a maior parte do tempo com as portas fechadas ao público, recebendo pesquisadores estrangeiros e fornecendo pareceres técnicos (principalmente à Secretaria de Obras), sem contemplar a função museográfica. Os processos de compra de acervo histórico eram os mais escassos, já que a maior parte das peças eram doadas pelo próprio governo. Assim a quarta seção – composta de máscaras mortuárias, sinetes, homenagens, coroas de flores em bronze, panfletos, bustos e retratos de republicanos – destinava-se basicamente ao armazenamento de presentes celebrativos recebidos ou produzidos pelo executivo estadual, sem que houvesse qualquer tratamento cronológico ou temático desses objetos em exposições.

Assim, é possível afirmar que nos primeiros anos o Museu Julio de Castilhos possuía um duplo referencial. Por um lado, celebrar a memória do estadista Julio de Castilhos, a partir da evocação do passado e por outro a descoberta e aplicação dos métodos científicos, com vistas a promover o progresso intelectual e tecnológico do Estado (NEDEL, 2005). Porém, ainda que esse caráter celebrativo estivesse presente, Nedel (2005) chama a atenção para o fato de existirem três seções destinadas às ciências físicas e biológicas contra uma voltada para os estudos históricos, o que demonstraria o lugar indefinido ocupado pela História.

Também cabe ressaltar que embora a autora (NEDEL, 2005) afirme que o Museu passou a maior parte do tempo de portas fechadas, sem cumprir sua função museográfica, estudos mais recentes apontam que o diretor Simch, em paralelo a pesquisa científica também incentivou a visitação da população em geral e de grupos escolares (POSSAMAI, 2013; 2014), como será visto mais adiante. A fim de melhor compreender o papel do Museu Julio de Castilhos nas primeiras décadas do século XX a seguir se abordará as gestões de Rodolpho Simch e Alcides Maya, respectivamente, na busca por indícios da presença de dimensões educativas na

forma como geriram o Museu, no período que antecedeu a chegada de Emílio Kemp na instituição.

2.1 Indícios da dimensão educativa na gestão de Francisco Rodolpho Simch (1903-1925)

O engenheiro Rodolpho Simch¹⁶ foi o primeiro diretor do Museu Julio de Castilhos, desde sua criação em 1903, tendo permanecido em sua direção até o ano de 1925. Durante as mais de duas décadas que esteve à frente do Museu colocou em prática uma gestão que privilegiava as Ciências Naturais enquanto conhecimento científico em detrimento do conhecimento histórico, o que estava em consonância com o pensamento em voga desde meados do século XIX¹⁷, além de evidenciar sua intenção em utilizar as descobertas feitas para um melhor aproveitamento dos recursos naturais do estado para fins econômicos (POSSAMAI, 2014). Ainda segundo Possamai (2014, p.371):

Francisco Rodolpho Simch compactuava com as idéias de valorização da ciência, compartilhadas com determinados segmentos sociais no contexto investigado, especialmente militares, engenheiros, matemáticos e médicos. Em seus relatórios relata com detalhes o cotidiano de procedimentos de coleta, classificação, estudo e organização do material sob seus cuidados. Os primeiros esforços do diretor concentraram-se em formar as coleções, através da compra de exemplares, do recebimento de doações e da realização de saídas a campo pelo interior do estado. Recolhia o que era considerado de interesse, notadamente material referente à botânica, zoologia e mineralogia, embora as áreas de abrangência da instituição fossem mais amplas, conforme seu regulamento. A importância dessas “excursões” é constantemente lembrada por Simch nas solicitações de verbas regulares para tais empreendimentos ao Governo.

Dessa forma se evidencia o caráter cientificista adotado por Simch no período em que foi o diretor do Museu Julio de Castilhos, ao valorizar e priorizar os estudos voltados para as Ciências Naturais. A autora Melo (2019) também menciona a

¹⁶ Francisco Rodolpho Simch nasceu em Santa Cruz do Sul, em 2 de junho de 1877. Bacharel em Direito e professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre entre os anos de 1909 e 1936, ano de seu falecimento. Publicou, pela Livraria do Globo, *Noções elementares de mineralogia*, em 1907, e *Programa de Economia Social*, em 1931 (POSSAMAI, 2014).

¹⁷ Os museus brasileiros criados na segunda metade do século XIX ao lado do Museu Nacional seguiam o modelo de museu etnográfico, em voga no mundo. Caracterizados por pretensões enciclopédicas, eram dedicados à pesquisa em ciências naturais, voltados para a coleta, o estudo e a exibição de coleções naturais, de etnografia, paleontologia e arqueologia. (JULIÃO, 2006, p. 21-22)

preferência de Simch por acervos das Ciências Naturais em detrimento a outras tipologias de acervo:

De acordo com os documentos, principalmente, os relatórios anuais do Museu Julio de Castilhos, para coletar exemplares eram realizadas excursões científicas, compras e pedidos de doações, tanto para pessoas quanto para as intendências do Rio Grande do Sul. Importante destacar que as viagens científicas do início da gestão Simch eram voltadas, principalmente, para a busca de exemplares minerais e da fauna, artefatos indígenas só eram trazidos das excursões se fossem achados aleatoriamente; viagens específicas para a busca de objetos indígenas não foram encontradas na documentação histórica. (MELO, 2019, p. 50)

Desse modo, Melo (2019) aponta as evidências sobre os objetivos das viagens científicas, voltados à coleta de exemplares de mineralogia. A documentação analisada corrobora a afirmação acima, uma vez que no Relatório Anual de 1910 o diretor Simch expõe sua visão sobre a finalidades dos museus:

Os Museos em geral têm dois fins principaes ou occupações de desenvolvimento da civilisação com as chamadas sciencias historicas ou visam os estudos das sciencias naturaes. Ambas as formas ainda desdobram-se em grande numero de variantes mais ou menos uteis ou não. A manutenção do primeiro grupo é muitissimo dispendiosa e de utilidade quasi exclusivamente limitada às classes que se ocupam com os estudos sobre a civilisação, isto é, a utilidade é limitada a uma fracção minima da sociedade; dá-se isto com a numismatica, filathelica, esculptura, pintura, gravura, bibliographia, etc [...] O outro grupo, o que se refere as sciencias naturaes, tem diferente escopo: as sciencias naturaes deixaram de ser privilegio de meia duzia de escolhidos, para serem accessiveis a todos. As condições economicas de uma região dependem de modo absoluto, de suas condições naturaes; [sic]. (RIO GRANDE DO SUL, 1910, p.26-27).

O trecho acima aponta a visão de Rodolpho Simch acerca dos museus históricos e de ciências naturais, considerando os primeiros dispendiosos e destinados a poucos eleitos, enquanto os segundos seriam acessíveis a todos, especialmente por terem uma importância econômica para a sociedade.

Portanto, ao se considerar o contexto da época em questão é bastante compreensível esse interesse na área da Ciências Naturais, e até mesmo a escolha de um engenheiro estudioso da Mineralogia para a direção do Museu do Estado, que ao que indica a documentação estava ciente do papel dos museus enquanto espaço de produção de conhecimento¹⁸. De acordo com Schwarcz (1993, p.90):

¹⁸ No Relatório de 1910, Rodolpho Simch ao expor sua visão sobre os tipos de museus e suas funções segue sua exposição e rebate uma crítica que teria sido publicada em um jornal da época que

[...] a partir da década de 1880 que eles [museus] entram em um período de apogeu, quando não apenas se contratam novos profissionais, como se aparelham os estabelecimentos com vistas a cumprir seus novos fins científicos. Essa nova era marca uma situação de maior homogeneidade entre os museus nacionais, que transparece na figura forte de seus diretores. São eles que organizam coleções, classificam o material, contratam pessoal, elaboram as revistas, assim como escrevem a maior parte dos artigos.

O excerto acima traz à tona uma realidade recorrente em boa parte dos museus no Brasil, em que as gestões assumiram formatos personalistas que refletiam o ponto de vista daquele que estava à frente da instituição. E no caso do Museu Julio de Castilhos essa postura era reforçada pelo fato de haver uma grande demanda de ações em contrapartida ao número reduzido de funcionários. Conforme Melo (2019) as expectativas acerca dos objetivos do Museu eram grandes, porém não havia equipe e estrutura suficientes, uma vez que o quadro de funcionários nos primeiros anos não chegava a cinco funcionários, incluindo o diretor, que praticamente sozinho era responsável pela organização, classificação e estudo das coleções. Portanto, a escolha de Simch para ser o primeiro diretor do Museu Julio de Castilhos refletia os interesses e pensamento da época.

Simch também defendeu ao longo tempo a necessidade de o Museu ter uma revista a fim de publicar os resultados dos estudos desenvolvidos pela instituição. Ele justificava que:

Às Intendências Municipais, Simch pedia doações e informações; junto ao Governo, insistia quanto à necessidade de editar uma revista, na qual fossem publicadas as pesquisas desenvolvidas no museu, e que serviria como instrumento de permuta com outras instituições. Simch afirmava já ter várias pesquisas prontas para publicação, que versariam sobre aspectos do relevo, estrutura geológica, hidrografia, climatologia, fauna e flora do estado. O diretor utilizava, ainda, o argumento de que “ficarão nossos trabalhos todos sepultados no silêncio do laboratório, se não forem publicados”. (RIO GRANDE DO SUL, 1906, p. 178)

No trecho acima é explícita a posição do então diretor sobre a importância das pesquisas realizadas pelo Museu. Conforme Possamai (2014, p. 371-372):

afirmava que os museus eram instituições da morte, meros expositores de coisas aleatórias. O diretor sai em defesa do Museu Julio de Castilhos ao afirmar que trata-se de um pensamento ultrapassado, que ignora o papel dos museus, que tinham a função de produzir conhecimento através de publicações sobre as pesquisas realizadas. (RIO GRANDE DO SUL, 1910, p.27)

[...] a revista seria o local adequado para as discussões de caráter científico que o museu pretendia empreender, o que não poderia ocorrer em jornais de circulação entre o público leigo, por exemplo. Além de dar visibilidade ao museu, a revista lhe garantiria um estatuto científico, colocando-o em pé de igualdade com instituições que mantinham a periodicidade de publicações, como os Archivos do Museu Nacional, o Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi e a Revista do Museu Paulista.

Apesar da insistência para que o Museu Julio de Castilhos tivesse uma revista Simch não obteve êxito, uma vez que isso só viria a ocorrer após a transferência do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) para o Museu, quando se criou a Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul¹⁹, circulando entre 1927 e 1930 (POSSAMAI, 2014). Essa preocupação em divulgar os conhecimentos produzidos à comunidade científica denotam a postura de um intelectual criador, que conforme Gomes e Hansen (2016, p. 13):

[...] se refere ao processo de “criação ou produção” de bens culturais, que remete à figura do intelectual classificado como “produtor original ou criador”, geralmente tratado por autor, artista, inventor, cientista etc. Enfim, um sujeito concebido como responsável pela constituição da chamada cultura erudita, alta cultura, ou também identificado de forma coletiva, como integrante de grupos inovadores e movimentos de vanguarda, que produzem alterações percebidas como bruscas e profundas no ambiente artístico ou científico, muitas vezes obtendo reconhecimento a posteriori.

Dessa forma, os intelectuais criadores, segundo as autoras (GOMES; HANSEN, 2016), são identificados como aqueles indivíduos que compartilham a ideia de que a difusão dos saberes produzidos deveria se voltar para os seus pares, ou seja, para um público especializado. Por outro lado, apontam e problematizam o conceito de intelectual mediador ao afirmar que muitas vezes sua função é reduzida

[...] a de alguém que conduz uma mensagem ou produto cultural de um lugar a outro, de um tempo para outro, de um código cultural para outro, sem nada acrescentar ou transformar criativamente. Esse sujeito, no mais das vezes, costuma ser visto como alguém que não agrega valor ao produto cultural em questão. Mais ainda, é percebido como tendo “apenas” o papel de “simplificar” ou “didatizar” algum conteúdo, informação etc. (GOMES; HANSEN, 2016, p. 16-17)

¹⁹ A revista tinha como finalidade difundir os conhecimentos produzidos a partir de suas coleções de Ciências Naturais e provenientes dos estudos históricos.

No entanto, Gomes e Hansen (2016) apontam que essas definições dos denominados intelectuais criadores e mediadores podem acarretar hierarquizações equivocadas, uma vez que estes podem ao mesmo tempo exercer atividades de criação e mediação, além disso, as autoras defendem a ideia de que nem mesmo o intelectual mais especializado em atividades de mediação cultural, ou seja, que em tese não seriam intelectuais criadores, possuem menor valor político e cultural. Assim, reforçam:

[...] entendemos que esse valor político e cultural, possuindo historicidade, pode e deve ser compreendido como decorrente de muitas variáveis, incluindo diferentes tipos de poder, que vão desde a autoridade da opinião especializada e institucionalizada, à disseminação de representações atuantes sobre o senso comum. (GOMES, HANSEN, 2016, p. 27)

Conforme apontado acima, os conceitos de intelectual criador e mediador, se não forem tratados com a complexidade que lhe é cabível, podem ocasionar análises superficiais ou mesmo distorcidas de determinados indivíduos e/ou contextos a eles associados. Mais adiante, eles serão retomados e aprofundados para melhor compreensão da gestão de Emílio Kemp - enfoque desta pesquisa.

Voltando ao contexto do Museu Julio de Castilhos durante a direção de Simch é importante destacar, que conforme mencionado anteriormente, ainda que existam estudos que apontem que a ênfase dada por esse diretor tenha recaído sobre a pesquisa científica na fase inicial de seu funcionamento, tendo inicialmente assumido um acentuado caráter investigativo e celebrativo voltando somente a pesquisadores e técnicos e fechado aos demais públicos (NEDEL, 2005), se faz necessário apontar que novas evidências provenientes de estudos mais recentes indicam que também houve o cuidado em se disseminar o conhecimento para o público escolar, através de visitas e da formação de museus escolares. Conforme Possamai (2014, p. 374):

Era previsto, então, desde a sua criação, que o museu teria as características de instituição aberta ao público, recebendo visitantes, aspecto que se manteve na legislação posterior. Mais adiante, no capítulo VI, artigo 21, o regulamento incluía os estudantes e professores entre o público que teria acesso garantido ao museu, mesmo nos dias em que este não estaria aberto à visitação pública.

A documentação evidencia a existência de um Livro de Visitantes e um Livro de Impressões e Reclamações de Visitantes²⁰, além de umas das atribuições contidas no Regulamento indicar que anualmente era apresentado um relatório ao secretário de Obras Públicas, sobre o número de visitantes. A seguir algumas impressões deixadas por visitantes que foram transcritas no Relatório anual enviado à Secretaria de Obras Públicas, o que demonstra a importância dada pelo diretor a esta ferramenta avaliativa acerca dos serviços prestados pelo Museu:

«Ao visitar o Museu do Estado levo d'elle uma excellente impressão e meus conhecimentos grandemente augmentados [sic].»

Porto Alegre, 3 de Março de 1904. 3 6:

Alberto Barcello

«Visitando em 23 de Março de 1904 o Museu do Estado, fiquei admirado de vêr já, em tão curto tempo, tanto trabalho feito, e feito debaixo de regra scientifica, principalmente a parte de mineralogia[sic].»

Adolpho Mabilde

«De visita ao Museu do Estado e apreciando as diversas colleções existentes, não posso furtar-me ao dever de consignar que achei tudo na melhor ordem e devida classificação.»

E Porto Alegre, 28 de Janeiro de 1904.

Arnaldo Barbedo

«Con satisfacion manifesto la impresion favorable que deja en spirito este museo que por su orden, sus classificaciones y inteligente direccion presajia para el Estado de Rio Grande do Sul un cen- tro de valiosa instruccion para su ciencia y sus progressos em pró de los cuales formulo mis mejores votos [sic].» Dr. Susviela Quarch

Em 9—5—1904.

(RIO GRANDE DO SUL, 1904, p. 221-222).

As impressões deixadas demonstram de um modo geral a satisfação dos visitantes ao conhecerem o Museu, por apresentar diversas coleções organizadas e classificadas, e também por ser apontado como espaço de conhecimento científico. Ou seja, ainda que o foco da instituição no período fosse direcionar os esforços para produzir e disseminar o conhecimento da área das ciências naturais, evidências indicam que a equipe institucional mantinha atenções voltadas para a população e os públicos interessados, como se evidencia no trecho a seguir:

A propósito de visitação, lembro-vos a conveniência de serem as coleções franqueadas ao público, à noite, das 7 às 10 horas, porque neste período o afluxo é maior por diversos motivos, convindo salientar os seguintes: Durante

²⁰ No artigo *Coleccionar e educar o Museu Julio de Castilhos e seus públicos (1903-1925)*, a autora analisa aspectos do referido livro. (POSSAMAI, 2014)

os dias de quintas-feiras a população está entregue a seus afazeres e os forasteiros procurarão seus negócios. Aos domingos, o esporte toma a população inteira, que se atira nos arrabaldes. À noite, porém, quer às quintas, quer aos domingos, procuram todos uma distração; e qual será mais proveitosa que uma visita ao Museu, bem situado, com linhas de bonds [sic] à porta. (RIO GRANDE DO SUL, 1906, p.179)

Sendo assim o diretor procurava oportunizar horários de visitação que fossem ao encontro dos hábitos da popula o porto-alegrense e dos habitantes dos arredores. Porém,   importante frisar que nem todos eram bem-vindos ao Museu, por não terem o perfil considerado adequado para adentrar este tipo de espaço. Segundo transparece no Regulamento de 1907:

Assim, no Regulamento aprovado em 1907, previa-se que:

Art. 24. – Aos domingos e quintas-feiras será o museu franqueado   visita o pública em horas determinadas pelo Diretor.

1  O pessoal do estabelecimento manter  a ordem no edifício.

2  Os funcionários, em dias de visita o, usarão um distintivo que permita sejam facilmente reconhecidos pelos visitantes.

3  O ingresso no museu   expressamente proibido aos indivíduos descalços, maltrapilhos ou ébrios.

4  Os visitantes não poderão tocar nos objetos expostos, nem ter o chapéu na cabeça, sendo-lhes vedado fumar (RIO GRANDE DO SUL, 1908, p. 43)

Portanto, no terceiro parágrafo do artigo 24 ficam evidentes as restri es ao acesso ao Museu por aqueles considerados destoantes do público ideal. Assim, o Museu era público, mas não era ainda para todos, que conforme Pereira (2010) ao referir-se   rela o entre museu e público aponta que:

Podemos constatar a clara diferença entre museus públicos e museus franqueados ao público, pois a constitui o dos museus em espaços públicos não garantiu uma efetiva abertura. Ainda não veríamos uma democratiza o real desse patrim nio que continuaria disponível, no entanto, inacessível a todos devido a sua forte rela o com uma cultura cristalizada de contempla o silenciosa, passiva das realidades políticas e culturais que se faziam entender apenas por seletos grupos de privilegiados. Esta situa o apenas começa a ter outros contornos a partir da Segunda Guerra Mundial. (PEREIRA, 2010, p. 45)

Assim, Pereira (2010) enfatiza a distin o entre o fato dos museus terem se tornado públicos até o momento em que efetivamente se converteram museus

voltados para todos os públicos. Esse movimento de democratização que teria iniciado no século XVIII no contexto europeu e no caso do Brasil levaria várias décadas para dar indícios de mudanças neste cenário, abrindo espaço para a ampliação dos públicos.

Desse modo, é possível atribuir as diretrizes apontadas no Regulamento de 1907 do Museu Julio de Castilhos como condizentes com um contexto mais amplo, que normatizava e selecionava os públicos aptos a usufruir de espaços culturais. Conforme apontado anteriormente, outro aspecto presente no Regulamento do Museu dizia respeito a visitas de professores e alunos no Museu Julio de Castilhos, que segundo Simch eram grande parte do público visitante, advindos de diversos níveis de ensino, conforme aponta, por exemplo, o relatório enviado ao secretário de Obras Públicas no ano de 1907:

Aguardando novo regulamento para a repartição e sua consequente organização definitiva, não franqueiei o Museo á visitação publica, com quanto isto se podesse realizar a qualquer momento. Não obstante, é grande a affluencia de visitantes ao Museo. aos quaes sempre tenho permitido visita, - e exame ás colleccões. E” notavel a grande procura que tem tido a Primeira e Segunda secção, por parte dos alumnos de institutos secundarios e superiores, aos quaes em todo tempo taculto a entrada e forneço explicações e demonstrações nas materias relativas ao assumpto; diversas vezes tem mesmo comparecido, depois de aviso previo, collegios inteiros com os respectivos directores [sic]. (RIO GRANDE DO SUL, 1907, p. 229)

Ainda no que se refere ao âmbito da educação, nesse período foram organizados e oferecidos diversos museus escolares²¹, formados por materiais mineralógicos, conforme aponta o Relatório da Secretaria Pública (RIO GRANDE DO SUL, 1913, p. 499-500) “[...] foi ordenado a esta Repartição se confeccionassem, de accôrdo com as ordens do Exmo. Sr. Dr. Secretario de Estado dos Negocios do Interior, colleccões escolares abrangendo as principaes rochas, mineraes e terras do Estado [sic].” A formação de museus escolares e presença constante do público escolar indica que o Museu estava em consonância com preceitos do Método Intuitivo e da Lição das Coisas.

Desse modo, é possível observar nas práticas e ideias expressas por Francisco Rodolpho Simch uma afinidade com os pressupostos do método intuitivo ao privilegiar a coleta, estudo, classificação e exposição de coleções vinculadas especialmente às ciências naturais, concebendo seus produtos

²¹ Conforme o Relatório da Secretaria de Obras Públicas de 1913.

como aqueles que permitiriam uma utilidade prática pela sociedade em favor do desenvolvimento econômico do estado do Rio Grande do Sul. [...] Ademais, ao receber e instruir pessoalmente os estudantes que visitavam o museu, fazendo demonstrações práticas a partir das coleções, o diretor adotava os procedimentos pedagógicos preconizados por Lição de coisas, partindo dos objetos expostos para chegar aos conhecimentos úteis à vida. [...] Por outro lado, a presença dos estudantes no museu demonstra que as escolas estavam sensibilizadas para os conhecimentos a serem aprendidos através do contato com as coleções expostas nos espaços da instituição. [...] Desse modo, é possível concluir, através dos esparsos rastros à disposição, que o Museu Julio de Castilhos e suas coleções de ciências naturais constituíram-se em materiais pedagógicos disponíveis, sendo explorados por mestres e alunos das escolas no sentido de uma educação nos moldes científicos, então em voga. (POSSAMAI, 2014, p. 387-388)

Assim, pode-se interpretar a partir de indícios documentais que no período em que Rodolpho Simch esteve na direção do Museu Julio de Castilhos, embora sua principal motivação tenha sido a produção e difusão do conhecimento científico voltado especialmente para um público especializado - o que denota seu papel enquanto intelectual criador - ele não se furtou em colocar prática o papel educativo do Museu, mesmo não ocorrendo de forma sistemática. Ainda no que diz respeito à relação entre o Museu e a educação se observa a presença da dimensão cívica, expressa no culto ao estadista Julio de Castilhos e a valorização das riquezas naturais provenientes do Estado e da dimensão escolar, percebida na atenção dispensada ao público escolar, através de visitas, bem como a formação de museus escolares. No entanto, ainda que essas dimensões educativas transpareçam ao longo da gestão de Simch, não há indícios de que tenha ocorrido uma sistematização de práticas educativas no Museu Julio de Castilhos, que caracterizaria o início de sua função educativa.

2.2 Indícios da dimensão educativa na gestão de Alcides Maya (1925-1939)

A partir de 1925 o Museu Julio de Castilhos passou a ser dirigido pelo literato Alcides Maya²². Este período foi caracterizado por uma mudança de direção no foco de pesquisa do Museu, saindo da esfera da área das ciências naturais para as ciências históricas, sendo denominado como a “guinada para a história” que se

²² Alcides Maya foi um escritor, jornalista e político natural do município de São Gabriel. Residiu por muito tempo no Rio de Janeiro, lá exerceu diferentes atividades administrativas vinculadas ao Estado, escreveu em jornais e publicou livros. Foi Deputado Federal pelo PRR (Partido Republicano do Rio-grandense). Em 1924, retornou ao Rio Grande do Sul e foi nomeado diretor do Arquivo Público, onde trabalhou até ser transferido para o Museu Julio de Castilhos (SILVA, 2018).

consolidaria de fato em 1954, na gestão de Dante de Laytano, quando houve o desmembramento das coleções do Museu Julio de Castilhos, originando outras instituições como o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), Museu de Ciência Naturais da Fundação Zoobotânica e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS) (NEDEL, 1999).

A chegada de Maya ao Museu Julio de Castilhos foi marcada por mudanças administrativas que conforme Silva (2018) possui alguns desdobramentos, uma vez que a substituição de Francisco Simch pelo literato Alcides Maya na direção do Museu coincidiu com o desligamento da instituição do Serviço Geológico e Mineralógico da Secretaria de Obras, ao qual pertencia, passando à tutela da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. A instituição teve mudanças internas em sua estrutura, passando a contar com três departamentos: de Administração, de História Natural e de História Nacional (quadro 4). Houve a integração do Departamento de História Nacional à seção histórica do Arquivo Público, que foi transferida para a sede do Museu em outubro de 1925. Além disso, o Departamento também passou a abrigar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Quadro 3 - Organização das coleções na gestão de Rodolpho Simch

COLEÇÕES:			
Gestão de Rodolpho Simch (1903-1925)			
1ª seção de Zoologia e Botânica	2ª seção de Mineralogia, Geologia e Paleontologia	3ª Seção de Antropologia e Etnologia	4ª Seção de Ciências, Artes e Documentos históricos

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 1903, p. 27

Quadro 4 – Organização das coleções na gestão de Alcides Maya²³

COLEÇÕES: Gestão de Alcides Maya (1925-1939)	
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA NATURAL Seção de Zoologia Seção de Geologia Seção de Paleontologia	DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA NACIONAL Seção de Numismática Seção de Filatelia Seção de Etnografia Seção Pinatoceca Histórica Seção de Indumentária Seção de Panóplia Seção de Cartografia

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 1939, p. 329

Desse modo, ao se analisar como eram organizadas as coleções na primeira gestão, do engenheiro Rodolpho Simch, é possível verificar uma alteração nos interesses do Museu, uma vez que ao longo de sua direção Simch demonstrou ter uma predileção pelas ciências naturais (quadro 3). A mudança de ênfase ocorrida no período de Alcides, quando a pesquisa acabou convergindo para a história faz parte de um contexto maior (SILVA, 2018) em que as direções nos museus assumem um caráter bastante personalista, cujos direcionamentos dados nas instituições refletiam os interesses e aptidões dos gestores. Em relação à questão educativa, é possível notar uma alteração bastante significativa, já que ao longo dos quatorze anos em que Alcides Maya esteve à frente do Museu Julio de Castilhos manteve as portas da instituição fechadas para os públicos em geral, admitindo apenas a visita de pesquisadores. Assim como seu antecessor, Maya também pode ser caracterizado como um intelectual criador, cujos interesses estavam centrados em produzir e disseminar os conhecimentos para seus pares. Sobre isso Silva (2018) afirma que

O MJC permaneceu fechado à visitação pública durante os 14 anos da gestão de Alcides Maya, recebendo apenas pesquisadores, principalmente no Arquivo Histórico. Entretanto, a partir de uma Portaria de Maya, datada de 16 de dezembro de 1936, podemos pensar que, em alguns momentos, as visitas eram permitidas com a autorização do diretor: “Para todos os fins, e de acordo com determinação administrativa superior, estão proibidas quaisquer visitas,

²³ A organização das coleções manteve-se sem alterações ao longo da gestão de Emílio Kemp.

sob qualquer pretexto, de habitantes da cidade ou forasteiros. As coleções estão fechadas, até poderem ser devidamente classificadas e expostas. Qualquer transgressão será anti-regimental, e punível de acordo com as regras vigentes. Os pedidos de visita, por parte do professorado público, ou privado, para consulta às coleções, deverão ser encaminhados pela Secretaria ao Diretor” (SILVA, 2018, p. 65).

O documento apresentado acima é bastante enfático acerca da proibição de visitação pública no período, e ainda que o documento aponte a possibilidade de visitas agendadas pelos professores, é possível aventar que tais visitas podem não ter ocorrido de fato, uma vez que em nenhum dos estudos analisados até o momento acerca da gestão de Alcides Maya apontam indícios sobre a ocorrência de visitação do público geral. Conforme Silva (2018) o motivo apontado por Maya para a permanência das portas fechadas ao público geral foi a inadequação do prédio para abrigar as coleções que vinham crescendo, e assim agravando o problema, ou seja, a questão não era falta do que expor, mas sim, espaço adequado para tal fim. Maya chegou mesmo a declarar que o prédio não tinha condições de abrigar o Museu:

Também cumpre lembrar a vossencia haver eu recordado, por mais de uma vez ao governo do Estado que o Edifício em que funciona o Museu Julio de Castilhos poderá, em ótimas condições, servir para qualquer outra repartição do Estado, menos para o Museu Julio de Castilhos, conforme o plano adotado para a sua remodelação. (RIO GRANDE DO SUL, 1937-1938, p. 25.

No entanto, embora Maya tenha em vários momentos justificado o fechamento do Museu por motivos estruturais, é possível perceber que haviam outras razões para adotar tal postura. Em um artigo publicado no *Correio do Povo* o diretor afirma que:

[...] O essencial nos futuros trabalhos do Museu não será armar vitrinas... “pour lês enfants voir”... Nem para eles, nem para os excursionistas de prazer... Haverá disso, que é preciso, natural haver; mas o principal consistirá no esforço continuo de coleção, de arquivo e divulgação de espécimes, dos exemplares de toda ordem, reunidos e organizados [sic]. (MAYA, 24 de dezembro de 1936, p. 5)

Assim, é evidente a sua preocupação com a aquisição de novas coleções para fins de pesquisa, em detrimento da função educativa, o que reforça os indícios, de sua atuação como um intelectual criador. Com isso se pode conceber que para Alcides Maya a principal função do Museu consistia em colecionar e pesquisar, sendo que a

expografia se mostrava como algo secundário. Esse fato merece atenção, pois por aproximadamente sete anos trabalhou como diretor interino da Biblioteca do Pedagogium²⁴ estando, portanto, ciente e familiarizado com a função educativa dos museus. Esta constatação é corroborada pelo fato dele ter até mesmo proposto a criação de um museu histórico para o Rio Grande do Sul, o que teria inclusive influenciado na sua nomeação para dirigir o Museu Julio de Castilhos, já que conforme Silva (2018, p.57):

[...] os motivos da escolha de Maya para chefiar o MJC, quando essa instituição passou a dedicar-se à produção da história sul-riograndense, se relacionam basicamente à sua vinculação política com o PRR e ao seu prestígio como escritor membro da Academia Brasileira de Letras. Entretanto, é preciso considerar mais duas importantes situações que, em nosso entendimento, levaram à escolha do novo diretor: a sua experiência de trabalho no Museu Escolar do Pedagogium e o fato de o próprio Maya ter proposto a criação de um museu de história para o Rio Grande do Sul, elaborando, posteriormente, para aprovação do governo do Estado, o plano de remodelação do Museu Julio de Castilhos.

No entanto, mesmo sua experiência e conhecimento sobre as funções de um museu, não pouparam Maya de pareceres negativos acerca de sua gestão, como é explicitado em um artigo publicado no *Correio do Povo* em dezembro de 1936 quando este se defende de severas críticas recebidas do jornalista Fernando Callage:

[...] Dilemma... se o proposito de fogoso jornalista era, além de homenagear a memoria de Julio de Castilhos, á qual, como director do Museu, me associei, como sabe, á feicção , o sr. Eduardo Duarte, outro “além” visando o Museu, pelo menos, em se tratando de uma Repartição fechada, por ordem superior, indispensavel seria, uma communicação prévia. As colecções não estão “amontoadas á toa”, no dizer do plecaro Mentor, assistido pelo guia que cita: estão á espera de collocação nos respectivos armarios e mostradores lateraes e centraes. Ousarei aí afirmar, com plena consciencia... directiva que o sr. Fernando Callage, não poderia ter percorrido, assim, por deshoras, nem a decima parte das secções e sub-secções, á espera de organização conveniente, a que vaga e acrimosamente se refere [sic] [...] (MAYA, 24 dez. 1936, p. 5)

²⁴ Almeida informa que o Pedagogium foi uma instituição criada ao final do Império como “centro de treinamento de educadores”: “Uma exposição Pedagógica realizada no final do Império [...] deu origem a um projeto de lei do deputado Franklin Doria (relatado pelo presidente da Comissão de Instrução Pública, deputado Rui Barbosa), propondo a criação de um centro de treinamento de educadores, instrumentado por uma Revista Pedagógica, uma Biblioteca Pedagógica e um Museu Pedagógico[...]”. (ALMEIDA, 1994, p. 176 apud SILVA, 2018, p. 57)

Dessa forma, além de reiterar o fato do Museu Julio de Castilhos estar de portas fechadas ao público, ao contestar as impressões de desordem e má gestão alegadas visitante, Maya vai ao longo do artigo explicando o processo de remodelação e as verbas exíguas, sob as quais o Museu estava submetido para justificar as situações denunciadas. Porém, a realidade exposta se prolonga pelos quatorze anos em que esteve à frente do Museu Julio de Castilhos, ou seja, sob alegação de más condições de espaço o Museu permaneceu fechado (SILVA, 2018). No entanto, se por um lado a instituição parece ter estagnado no que diz respeito a sua reorganização, impedindo sua reabertura, o mesmo não se pode dizer sobre os rumos tomados no que refere a área da pesquisa.

As novas diretrizes adotadas no Museu Julio de Castilhos a partir da chegada de Alcides Maya tinham a ver com os objetivos que ele aspirava já há algum tempo. Conforme Arce (2015) após a saída de Florêncio de Abreu do Arquivo Público do Rio Grande do Sul em 1924, teria se compartilhado a ideia entre colegas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Arquivo Público do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos de se criar um Arquivo Histórico vinculado ao Museu. Essa proposta fazia parte de um projeto de remodelação do Arquivo, que estava a cargo de Alcides Maya. Nesse sentido Silva (2018) aponta que

[...] a reformulação do Arquivo Público efetivou-se após a saída de Florêncio de Abreu, no período em que Maya dirigiu essa instituição, articulando membros do IHGRGS e do APERS. Lembramos aqui a menção feita no capítulo anterior, da sugestão de Maya ao governo de estabelecimento de um museu de história do Rio Grande do Sul e que, não sendo possível a execução desse projeto, foi implantado um plano de remodelação do MJC. Nesse sentido, a retirada da seção histórica do Arquivo Público parece atender a esse projeto de levar a história ao MJC. (SILVA, 2018, p. 101)

Desse modo, se percebe que os esforços de Alcides Maya ao assumir a direção do Museu Julio de Castilhos, diante da impossibilidade de criação de um museu histórico, voltaram-se para a execução de um projeto pessoal de trazer a história para o centro dos interesses das instituições com as quais estava vinculado. Daí a ênfase dada ao levantamento, catalogação e pesquisa da documentação histórica, que por hora se encontrava sob o domínio da 2ª seção do Arquivo Histórico que passou a funcionar no Museu Julio de Castilhos, conforme mencionado. Silva (2018) salienta o

importante papel desempenhado por outro ator social nesse contexto, Eduardo Duarte²⁵, ao afirmar que

Embora Alcides Maya como diretor tenha exercido papel importante no desmembramento da 2ª seção, não podemos deixar de mencionar que Eduardo Duarte dedicou-se com empenho a essa tarefa, tendo em vista o papel central que assumiu, tanto no desenvolvimento dos trabalhos da 2ª seção, quanto no Arquivo Histórico do MJC e no IHGRGS, sendo o artífice da aproximação dessas instituições [...] (SILVA, 2018, p. 101)

De acordo com Martins (2015) na ocasião em que Florêncio de Abreu saiu da direção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Eduardo Duarte se empenhou ao máximo para que a 2ª seção do Arquivo, do qual era diretor na época, fosse incorporada ao Museu Julio de Castilhos. Esses novos direcionamentos dados ao Museu aos poucos foram mudando sua tônica, que até então se dedicava especialmente para a História Natural, para uma instituição voltada para os estudos históricos, tanto a nível nacional quanto local. Ainda segundo Martins (2015) Duarte teve um papel de destaque como grande articulador entre os interesses comuns ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, o Arquivo Histórico e o Museu Julio de Castilhos:

O Instituto Histórico, sediado “provisoriamente”, até setembro de 1943, no Museu do Estado, fez dele a sua casa, especialmente por causa da presença de Eduardo Duarte, que aglutinava em torno de si boa parte da intelectualidade local, estimulava novos historiadores e atraía a vida do Instituto para o seu entorno. No Museu, ocupava o posto de diretor do Departamento de História Nacional, mas, na prática, era Duarte que, desdobrando-se em muitos, tocava

²⁵ Eduardo Duarte Mafra (Porto Alegre, RS, 04/02/1874 - Veranópolis, RS, 09/12/1962). Formou-se na Escola Normal ingressando no funcionalismo público estadual em 12 de maio de 1899 atuando como professor em Alfredo Chaves (atual município de Veranópolis). Retornou a Porto Alegre em 1914, formando-se médico no ano de 1919 pela Escola Médico-Cirúrgica, onde, no ano posterior a sua formatura, passou a lecionar fisiologia. Também exerceu a docência na Academia de Comércio, ensinando língua italiana (Cf. ARCE, 2015, p. 96). A partir de 1921 passou a chefiar a 2ª Seção do APERS, quando criou a Revista do Arquivo Público, encerrada em 1925, com 18 números. Chefiou o Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos a partir de 1925 até a sua aposentadoria em 1939. Foi membro fundador do IHGRGS, atuando como secretário desde a sua fundação (e a partir de 1934 aclamado secretário perpétuo), onde após a morte do Padre Hafkemeyer, assumiu a direção da Revista do IHGRGS e, a partir de 1927, cumulativamente, também editava a Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Foi o “responsável pela publicação dos Anais do Primeiro Congresso de História, realizado em outubro de 1935, pela organização do Segundo Congresso de História em Rio Grande (1937)” (MARTINS, 2015, p. 169). Também foi membro correspondente dos Institutos Históricos e Geográfico do Uruguai, de Santa Catarina e do Pará. Após a aposentadoria de Alcides Maya, conforme Martins, o nome de Eduardo Duarte teria sido cogitado para a direção do Museu Julio de Castilhos, o que não ocorreu. Após sua aposentadoria no serviço público estadual, passou a exercer a medicina numa clínica de olhos em Guaporé. O AHRG e o IHGRGS possuem documentos relativos às atividades de Eduardo Duarte durante sua atuação no APERS, MJC e IHGRGS, organizados no ‘Fundo Eduardo Duarte’. (SILVA, 2018)

não só o Museu, mas também o Instituto e sua revista. (MARTINS, 2015, p. 164)

Um dos aspectos que se destaca nesse período é a busca incessante por documentos de valor histórico, que foi levado à frente por Duarte, fato que marcou a gestão de Maya (SILVA, 2018). Essa busca por documentos de importância histórica tinha a ver com um dos principais objetivos postos no regulamento do Museu e do Arquivo Histórico:

A intenção de Eduardo Duarte foi apresentar a opulência do Arquivo Histórico, tanto na quantidade de documentos, quanto na raridade de alguns deles, destacando a importância do trabalho desenvolvido nessa repartição, que selecionava, catalogava e divulgava os subsídios para a escrita da história. Entretanto, apesar dessa propagandeada opulência, ela, como já mencionado, ainda não era considerada totalmente suficiente para escrever a história do Rio Grande do Sul, principalmente o capítulo referente à guerra dos farrapos, já que o trabalho de busca incessante desses documentos marcou a gestão de Alcides Maya no MJC. Verifica-se nesse período um grande esforço em completar e enriquecer as coleções do opulento Arquivo, pois não podemos esquecer que o Regulamento do Museu e Arquivo Histórico impunha, em seu artigo primeiro, como uma das finalidades dessa repartição, a coleção sistemática de “todos os documentos concernentes à história e geografia”. (SILVA, 2018, p. 116)

É interessante observar a visão de Alcides Maya e Eduardo Duarte, que se encontravam à frente do Museu Julio de Castilhos no que se refere à constituição dos acervos provenientes do estado. Ambos compartilhavam da opinião de que o Museu deveria ficar com a guarda dos acervos históricos existentes nas municipalidades, visto que segundo o seu entendimento, o Museu e o Arquivo Histórico eram os locais apropriados para produzir a narrativa oficial da história, bem como teria autoridade para determinar o que era ou não documento (SILVA, 2018). De acordo com a autora:

Na visão do diretor, a criação de museus nas municipalidades significaria o empobrecimento do MJC, já que, da mesma forma que Eduardo Duarte defendeu dez anos antes, em 1929, no Congresso das Municipalidades, os acervos localizados no interior do estado, tanto nos arquivos públicos quanto nos privados, deveriam ser enviados para o MJC. O argumento para a defesa dessa proposição era calcado na competência técnica no tratamento dos acervos que o MJC possuía, capaz de transformar, pela catalogação e estudo, peças curiosas em verdadeiros documentos. Tal competência autorizava o MJC a reivindicar o impedimento de abertura de museus não só no município de Rio Pardo, mas em qualquer outra localidade que seguisse esse mau exemplo, fragmentado o acervo da nossa história em vários locais. (SILVA, 2018, p. 159-160)

Esse posicionamento, contrário à abertura de museus municipais e que defendia a postura de que o Museu Julio de Castilhos e o Arquivo Histórico se constituíam como detentores da narrativa visual e documental autorizada da história, era compartilhado em certa medida por Emílio Kemp, ao suceder Alcides Maya, como se verá adiante.

Por fim, é possível identificar nas ações de Alcides Maya ao longo de sua gestão no Museu Julio de Castilhos que os aspectos educativos não foram priorizados em detrimento do seu interesse ter se voltado para a pesquisa histórica, que culminou com a transferência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e da 2ª seção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul para o Museu. Tais fatos ocasionaram uma ênfase muito grande nos estudos vinculados a pesquisa histórica nacional e local, que foi uma marca até o final de sua gestão. O contexto apontado traduz o início da guinada para a história ocorrida no Museu Julio de Castilhos, que o transformaria em um museu histórico, porém, esse processo só ficaria completo bem mais tarde, no ano de 1954, após a saída de Emílio Kemp, que deu ao Museu Julio de Castilhos uma nova tônica nos rumos tomados pela instituição.

3 EMÍLIO KEMP: um intelectual mediador

O surgimento do conceito de intelectual no contexto contemporâneo é comumente fixado na literatura que aborda o assunto na França em fins do século XIX no caso de Dreyfus²⁶, a partir de um neologismo proposto no manifesto de Émile Zola, ao defender o militar condenado injustamente (GOMES; HANSEN, 2016). Dito isto, é preciso salientar que a figura do intelectual a partir deste momento assumiu um significado de homem de cultura, detentor de um poder simbólico, conferido pelo seu capital cultural capaz, assim, de intervir nos rumos da sociedade. De acordo com Gomes e Hansen (2016, p. 10-11) os intelectuais

[...] são homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social.

Para melhor compreender a história dos intelectuais enquanto categoria é necessário primeiramente se fazer uma reflexão sobre sua historicidade e complexidade. A categoria, assim como uma abordagem do “meio intelectual” por ela orientada, são de certo modo recentes, datados nas décadas finais do século XX. A razão por este aparecimento tardio se deve em parte por conta da visão da Escola dos Annales e dos paradigmas estruturalistas, sobre a história política, também nomeada história do presente, criticadas pelos seus “pecados” do individualismo, do subjetivismo, do elitismo e do presentismo, por exemplo. Somente a partir das décadas de 1980/90, com as críticas a tais modelos explicativos macrossociais e deterministas, são abertas novas possibilidades de análise mais propícias ao retorno dos sujeitos

²⁶ Os debates a respeito do papel e da função dos intelectuais na sociedade contemporânea acompanham, via de regra, o curso aberto pelas investigações que procuram decifrar o significado das mudanças políticas e econômicas ocorridas na ordem social existente. Toda profunda alteração do sentido da história - prenunciada pelos processos de transformação socioeconômica, pelas crises e rupturas da ordem política que revelam um mundo que se desfaz -, possibilita o surgimento de novos debates sobre a missão dos intelectuais na nova ordem social e política. Nesse sentido, procuraremos compreender o sentido originário da palavra intelectual cunhada durante o caso Dreyfus ocorrido na França da Terceira República. Visto como o defensor da verdade, da justiça e do direito, o intelectual serve para caracterizar uma nova postura do homem de cultura perante a sociedade moderna. (ZUIN, 2003)

históricos à História, dando destaque, inclusive, aos intelectuais (GOMES; HANSEN, 2016). Para Gomes e Hansen (2016, p. 11)

A partir daí, não se tratou mais de lidar com os intelectuais como coadjuvantes de uma história das ideias, abstrata e isolada, alheia às condições de sua produção social e, como decorrência, das vivências de seus produtores. Também não têm acolhida abordagens centradas nos talentos individuais desses produtores. Estes, quando surgiam, eram concebidos como os “gênios” que explicavam as mudanças, ao invés de terem eles que ser explicados para o melhor entendimento das mudanças culturais e sociais. Do mesmo modo, não eram mais personagens de uma história das mentalidades, eminentemente coletiva e serial, que não deixava espaços para individualidades, até porque elas, teoricamente, eram supérfluas, não sendo bem-vindas.

A história dos intelectuais está associada ao desenvolvimento do que se tornou conhecido como História Cultural, a partir de uma “nova” história da política (GOMES; HANSEN, 2016). Esse movimento trouxe mudanças marcantes, de um lado, um “desencantamento” da figura do intelectual como gênio, fator explicativo de transformações culturais, científicas e artísticas, e de outro, aumentam os esforços para a construção de novas categorias ou para uma retomada de categorias com sentidos renovados, que pudessem enriquecer o tratamento dado a esses sujeitos históricos nomeados como intelectuais. Nesse sentido as autoras chamam a atenção sobre a importância de se destacar que

[...] nesse grande movimento, é a centralidade que as variáveis culturais passam a assumir para a compreensão do mundo ou da “visão de mundo” dos intelectuais, cada vez mais pensados em articulação com seus pares e com a sociedade mais ampla. Ou seja, como sujeitos conectados entre si, com genealogias e passados imaginados, além de em diálogo com as questões políticas e sociais de seu tempo. [...]. A figura do intelectual, como sujeito pensante e agente, ganha centralidade e concretude. Os intelectuais têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e **tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político.** (GOMES; HANSEN, 2016, p. 12. Grifo nosso)

No contexto brasileiro da primeira metade do século XX, Daniel Pécaut em sua obra *Intelectuais e a política no Brasil*, publicada em 1990, ao analisar o país afirma que

No Brasil dos anos 20, os projetos dos intelectuais eram inseparáveis da vontade de contribuir para fundamentar o cultural e o político de uma forma diferente. Tudo estava em jogo ao mesmo tempo. Instituição alguma escapou

à necessidade de assumir uma nova legitimidade: tanto a Igreja como o Exército, tanto o Estado como os estabelecimentos de ensino superior. A intervenção política dos intelectuais inseriu-se em uma conjuntura de recriação institucional. (PÉCAUT, 1990, p. 22)

Desse modo, percebe-se que os intelectuais assumiram um papel de protagonismo no novo projeto político social instaurado a partir da República. No entanto, cabe ressaltar que a atuação destes se deu na maior parte do tempo em colaboração e por vezes até por subordinação ao Estado, especialmente após a instauração do Estado Novo²⁷. Conforme Velloso (1987) essa conjuntura era diversa até o início do século XX, uma vez que nessa época a intelectualidade brasileira sofria uma situação de marginalidade por parte do Estado, especialmente aqueles que se colocavam numa perspectiva mais crítica em relação à sociedade. Para estes intelectuais que viam a literatura como instrumento de transformação social, os caminhos não seriam fáceis. Os obstáculos de uma sociedade tradicional vetariam prontamente os seus projetos de atuação pública, restringindo e demarcando o lugar do intelectual para fora da arena política. Ao intelectual caberia, portanto, a reflexão, a quietude e o saber puramente erudito (VELLOSO, 1987). Porém, esse antagonismo sofreria mudanças com o passar do tempo. Ao lembrar o discurso proferido por Machado de Assis na fundação da Academia Brasileira de Letras²⁸, a autora aponta que

Proferido na ocasião da fundação da Academia Brasileira de Letras, o discurso de Machado oferece um interessante confronto com a ideologia do Estado Novo, no que se refere ao papel do intelectual na sociedade. Neste sentido, é interessante perceber como a doutrina do regime vai incorporar e repensar estas idéias, na perspectiva de criticar a atitude isolacionista dos intelectuais. A metáfora da "torre de marfim" [proferida por Machado Assis] é incessantemente reproduzida como símbolo da alienação política em que viviam as nossas elites culturais. O ideal esteticista da literatura, o intelectual erudito e o academicismo são objeto de crítica violenta por parte do regime, que passa a defender a função social do intelectual, chamando-o a participar dos destinos da nacionalidade. (VELLOSO, 1987, p. 9)

Assim, há uma mudança significativa na função social atribuída aos intelectuais no Brasil, no período que corresponde ao fim do Império e aos primeiros anos da República em relação ao ideal preconizado no Estado Novo. Contudo Velloso (1987)

²⁷ Regime político instaurado por Getúlio Vargas no Brasil, que vigorou de 1937 até 1945.

²⁸ Fundada em 1897, no Rio de Janeiro.

salienta que independente da posição ocupada pelo intelectual, seja isolado em sua torre de marfim, seja envolvido nas lutas nacionais, o fato é que ambos tratam de uma questão comum, o lugar de destaque conferido ao intelectual (VELLOSO, 1987). Ainda sobre esta questão a autora aponta

[...] o intelectual é caracterizado pelo estigma da diferença. Fabricante de ilusões ou consciência da nacionalidade, ele foge ao padrão do homem comum. Assim, o intelectual é sempre designado para o exercício de alguma função e/ou missão especial que varia de acordo com a conjuntura histórica. No Estado Novo o intelectual responde à chamada do regime que o incumbe de uma missão: a de ser o representante da consciência nacional. Reedita-se, portanto, uma idéia já enraizada historicamente no campo intelectual. O que varia é a delimitação do espaço de atuação deste grupo - da torre de marfim para a arena política -, permanecendo o seu papel de vanguarda social. O trabalho do intelectual - agora engajado nos domínios do Estado - deve traduzir as mudanças ocorridas no plano político. (VELLOSO, 1987, p. 10-11)

Mais adiante Velloso (1987, p. 11) evidencia um trecho do discurso de Getúlio Vargas, em que ele afirma que “[...] a partir da década de 30 é que teria sido operada a "simbiose necessária entre homens de pensamento e de ação”. Ou seja, assim se concretizava a união entre o homem do pensamento e o homem da ação. Desse modo, ao longo da primeira metade do século XX os intelectuais foram alçando novos espaços e em boa medida unindo-se ao novo ideal nacionalista, projetando-se na arena política e atuando junto às massas.

Na obra *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ações políticas*, as autoras abordam uma categoria específica de intelectuais, os chamados intelectuais mediadores, ao diferenciá-los dos nomeados intelectuais criadores (GOMES; HANSEN, 2016). Elas salientam que se trata de um conceito complexo, que necessita de alguns esclarecimentos para ser caracterizado da forma correta. Primeiramente, destacam que para fins de delimitação do enfoque proposto, o recorte teórico-metodológico do livro “[...] se concentra em estudos de caso de práticas de mediação cultural desenvolvidas por intelectuais” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 9).

Conforme as autoras é preciso esclarecer dois pontos importantes sobre o recorte feito: primeiro quanto às práticas de mediação cultural, que acreditam que podem ser exercidas por uma diversidade de atores sociais, quem nem sempre são reconhecidos ou se reconhecem como intelectuais; em segundo no que diz respeito ao próprio conceito de intelectual, que usam de forma abrangente, sem considerar hierarquizações, mas, sem deixar de demarcar a distinção entre os chamados

intelectuais “criadores” e os intelectuais “mediadores”. De acordo com as autoras os intelectuais são vistos como:

[...] sujeitos históricos, que se envolvem na produção cultural de bens simbólicos, reconhecidos por comunidades de pares como inovadores, constituindo um “pequeno mundo intelectual”. Logo, um conjunto mais restrito que pode ser considerado uma elite intelectual. Mas também, numa acepção mais ampla e numerosa, estariam os intelectuais mediadores, cuja atenção primordial se volta para práticas culturais de difusão e transmissão, ou seja, práticas que fazem “circular” os produtos culturais em grupos sociais mais amplos e não especializados. [...] Essa abordagem, de fato, faz distinções analíticas entre os sujeitos históricos identificados como pertencentes ao “meio intelectual”, mas, a princípio não os hierarquiza, nem estabelece fronteiras rígidas entre eles. O intelectual “criador” e o “mediador” podem muitas vezes estar encarnados no mesmo indivíduo, embora isso possa, também muitas vezes não acontecer. (GOMES; HANSEN, 2016, p.26-27)

Assim, o trecho acima aponta importantes aspectos a serem considerados quando se trata de analisar o pensamento e a trajetória de um nomeado intelectual mediador. Enquanto os intelectuais criadores seriam os responsáveis por produzir conhecimento, dentro de um círculo restrito, os mediadores teriam a tarefa de disseminar e transmitir os conhecimentos para públicos mais amplos, que em geral não são especializados. Ainda sobre os intelectuais mediadores as autoras afirmam que:

Consideramos, então, que os intelectuais mediadores podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos iniciado, como a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade. Dessa forma, podem ser os que se dedicam a um público de corte determinado como o escolar, o feminino, os sócios ou membros de uma organização ou comunidade étnica, profissional, por exemplo; ou a um público abrangente e heterogêneo, como o de um periódico de grande circulação. (GOMES, HANSEN, 2016, p. 21)

As autoras também chamam a atenção para o fato de muitas vezes a atividade de mediação cultural não ser devidamente valorizada e reconhecida. Sobre isso alertam por vezes que o intelectual mediador é visto como mero transmissor, sem nada acrescentar ou transformar criativamente. É percebido como tendo apenas o papel de simplificar ou didatizar algum conteúdo ou informação. Para Gomes e Hansen (2016), trata-se de um entendimento contraditório já que:

[...] apesar da atividade de mediação cultural ser considerada indispensável e incontornável, em qualquer sociedade - a educação talvez seja sua melhor expressão -, com frequência o intelectual mediador - que a ela dedica tempo, esforços e tem sempre um projeto político-cultural -, sobretudo quando exclusivamente dedicado à mediação, não é nem mesmo reconhecido como

intelectual, sendo negligenciado nas análises e considerado de valor secundário, quando não supérfluo. (GOMES, HANSEN, 2016, p.17)

Assim, a pesquisa tem como propósito compreender a atuação desses indivíduos que transitam entre os meios políticos e culturais através de um estudo de caso que pretende analisar a trajetória pessoal e profissional do médico sanitarista, poeta e educador, Emílio Kemp (figura 3). A seguir serão apontados indícios encontrados a partir de uma imersão em sua vida privada e pública, que possam evidenciar sua atuação como intelectual.

Figura 3 - Emílio Kemp



Fonte: KEMP, 1918, n.p.

Emílio Kemp Laberck²⁹ era natural do Rio de Janeiro, foi médico, jornalista, professor e poeta, além de ter dirigido o Museu Julio de Castilhos (1939-1950) até se aposentar. Ao longo de sua trajetória profissional circulou por diferentes espaços e, de acordo com Barreto (2017, p. 137) “[...] obteve reconhecimento e desenvolveu profícua produção em todas as áreas em que atuou”. De fato, as fontes analisadas apontam para uma vasta contribuição nas distintas esferas pelas quais passou deixando sua marca:

Como é possível constatar a partir de um rápido olhar sobre seu legado, Emilio Kemp foi um intelectual de muitas luzes e que somou à sua aptidão natural uma grande capacidade de trabalho e realização tornando-se, à época, uma personalidade de renome. (BARRETO, 2017, p. 144)

Tomando por base sua biografia, é indiscutível a amplitude da contribuição profissional deixada por Emílio Kemp, seja na medicina, no jornalismo, na literatura,

²⁹ Natural do Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1874 - 9 de outubro de 1955, Porto Alegre (RS). Filho de Emílio Kemp Larbeck e Maria Martins Kemp Larbeck. Fez os estudos primários e secundário no RJ. Diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Paraná (BARRETO, 2017) e defendeu a tese “A defesa da saúde pública no Rio Grande do Sul”, na Escola Médico Cirúrgica de Porto Alegre, em 1916. Atuou como Comerciarário no RJ, até 1891. Foi Jornalista, e fundou a Revista Avenida, no RJ; Redigiu O Fluminense, Niterói (RJ), em 1901; foi redator da Gazeta de Petrópolis, Petrópolis (RJ); no Rio de Janeiro: A Gazeta, O Malho e A Imprensa. Transferiu-se para o RS, onde dirigiu o Correio do Povo, em Porto Alegre, 1913-1920. Depois, dirigiu O Diário e Norte-Sul, ambos de Porto Alegre, bem como A Manhã, 1920. Ingressou no funcionalismo público do RS, foi inspetor estadual de ensino. Foi um dos fundadores do Instituto Protásio Alves e do Instituto Evarista Flores da Cunha, diretor do expediente da Secretaria da Educação, diretor do Jornal do Estado (1939-1940), da Imprensa Oficial do RS e do Museu Julio de Castilhos (1939-1950), cargo em que se aposentou. Também foi Professor da Escola Superior de Comércio de Porto Alegre, da Escola Normal de Porto Alegre e da Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre. Foi poeta, teatrólogo, romancista, pedagogo e crítico literário. Usou os pseudônimos de Bainave e Acúrio Benigno. Foi membro da Academia de Letras do RS. Publicou: Matinal, entreato em verso, P. Alegre, Liv. Jerônimo Silva, 1898, id, 2.ed., P. Alegre, Liv. Americana, 1918. Poesia, versos, Rio de Janeiro, Gráf. do Brasil, 1908, id, 2.ed., P. Alegre, Liv. Americana, 1920, id, 3.ed., Rio de Janeiro, tip. do Anuário do Brasil, 1924. A Defesa da Saúde Pública no Rio Grande do Sul, tese, P. Alegre, 1916. “A escola ativa como base da educação popular”, Congresso de Municipalidades, 1. Anais, P. Alegre, 1919. “Caixas escolares”, ibid, 1919. Gente Alegre, comédia, P. Alegre, Liv. Americana, 1919, id, 2.ed., ibid, 1921. Enciclopédia Brasileira de Educação, compilação de trabalhos pedagógicos, P. Alegre, 1922-1934, 6 v. Contribuição ao Estudo do Clima Antropológico do Rio Grande do Sul, P. Alegre, Selbach, 1933. Higiene Alimentar: Noções de Puericultura, ibid, 1934. Luz Suprema, versos, P. Alegre, Globo. 1938. Cantos de Amor ao Céu e à Terra, id, ibid, 1943. A Boneca de Sofia e o Batizado, literatura infantil. P. Alegre, A Nação, 1950. O Senhor Ministro, comédia estreada pela Cia. Cristiano de Souza, Rio de Janeiro, 1916. Uma Representação do Tim-Tim, burlesca, em parceria com Henrique Marinho. Russalka, opereta, id. A Fada Verde, id, id. O Senhor Barão, Vaudeville: Pobre Amor, O Amor de Dona Amanda, romance em folhetins no Diário do Comércio, Rio de Janeiro, 1908. “Registro semanal”, coluna semanal de crítica literária, sob o pseudônimo Acúrcio Benigno, Correio do Povo, P. Alegre, decênios de 30/40. Há uma escola estadual em Porto Alegre (RS) com seu nome, na rua Monteiro Lobato, Bairro Partenon. Casou com Hermínia Fleck Kemp. In: MUSEU DE HISTÓRIA DA MEDICINA DO RIO GRANDE DO SUL (MUHM). *Biografias médicas*. Porto Alegre, s.a. Disponível em: <https://www.muhm.org.br/biografiasmedicas/biografia?id=777>. Acesso em: out. 2021

na educação, ou nas demais atividades às quais se dedicou ao longo da vida. Ainda sobre a análise acerca da trajetória de Kemp, Barreto (2017) discorre sobre a proximidade com diferentes atores sociais das áreas da educação, das artes, da religião e da política que mantinham laços com a família Kemp, conforme será exposto e analisado ao longo do texto.

Embora as marcas de sua trajetória permaneçam vivas em espaços de Porto Alegre, nomeando ruas e escolas, estas parecem insuficientes para dimensionar a amplitude e relevância da contribuição deixada por Emílio Kemp. As pistas destas contribuições podem ser encontradas de forma difusa em diversas obras que abordam temas como literatura, artes, carnaval, política, educação, medicina, entre outros. Entretanto, por estarem dispersas, não compõem uma obra que possibilite uma visão mais ampla acerca da produção de Kemp ao longo de sua trajetória. Talvez o fato destes indícios se encontrarem diluídos em inúmeras produções explique, ao menos em parte, a razão de ainda não haver nenhuma publicação que se detenha a investigar e de algum modo recuperar a história de Emílio Kemp Larbeck, alguém que conforme os vestígios apontam, apesar de ter sido notadamente um intelectual influente em sua época, sofreu, como tantas outras figuras expoentes nos cenários cultural, científico, político e educacional, um apagamento ao longo do tempo.

Diante da grande extensão alcançada pela atuação de Emílio Kemp, o presente estudo não tem a pretensão, e nem seria este o objetivo central da pesquisa, de abarcar a totalidade das obras desenvolvidas por Kemp, nem tão pouco aprofundar a análise nas diversas áreas nas quais atuou³⁰. Por hora, é importante ressaltar que a presente pesquisa procurou analisar o percurso de Kemp tendo como mote sua carreira multifacetada e seu amplo círculo de relações, objetivando a busca de vestígios que pudessem indicar a sua atuação como intelectual. Desse modo, para fins de análise, este capítulo foi organizado em seções levando em conta diferentes facetas profissionais e pessoais de Kemp: como médico sanitarista; como literato; como patriarca da família Kemp e pessoa pública; e por fim, como educador.

Embora Kemp tenha tido ao longo da vida interesses diversos, provenientes de áreas distintas do saber, é possível identificar uma convergência entre eles. Os

³⁰ Em um contexto de normalidade, já se sabia que seria uma tarefa impossível abarcar toda a produção escrita e a trajetória de Kemp, no decurso de apenas dois anos, havendo necessidade de um recorte analítico. No entanto, a situação imposta pela pandemia dificultou, e em alguns casos inviabilizou avançar em certos aspectos da pesquisa.

indícios encontrados sugerem que nas diferentes atividades profissionais nas quais atuou, e nos círculos sociais pelos quais passou, Kemp procurou não apenas produzir conhecimento, mas preocupou-se principalmente em disseminá-lo, como se verá a seguir.

3.1 O médico sanitarista: educar para curar

O primeiro aspecto abordado diz respeito a atuação de Emílio Kemp na área da medicina. Embora antes de atuar como médico, Kemp tenha exercido outras atividades, como jornalista e escritor, a escolha de iniciar a análise por este aspecto deve-se ao fato de constituir a maior parte dentre os trabalhos pesquisados (dissertações e teses) que abordam a sua trajetória profissional. Além disso, as fontes indicam que a sua atuação no campo da medicina não ficou restrita à área da saúde, influenciando e sendo influenciado, por exemplo, por suas práticas como educador, conforme será abordado ao longo do capítulo.

Como médico, diplomado pela Faculdade de Medicina do Paraná, Kemp defendeu a tese intitulada *A defeza da saude publica no Rio Grande do Sul* junto à Congregação da Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre, que foi posteriormente publicada, em 1916 (BARRETO, 2017). A tese apresentada correspondia a um trabalho de conclusão, obrigatório para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Médicas, prática que permaneceu até 1930, quando se tornou optativa. A Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre foi criada em 1914, sob o nome de Faculdade de Medicina Homeopática, e se colocou como uma alternativa à Faculdade de Medicina de Porto Alegre, já existente nessa época (LHULLIER, 2003).

De acordo com a autora Beatriz Weber (1997) a Escola Médico-Cirúrgica era mal-vista por outros médicos formados no Estado, provavelmente por procurar manter-se vinculada ao governo estadual, positivista, e por fazer uso de práticas cujos demais médicos procuravam desqualificar, como a homeopatia. No ano de 1932 a Escola Médico-Cirúrgica foi fechada, quando houve a regulamentação da profissão de médico, sob a alegação de que ela não possuía as condições formais para funcionar (WEBER, 1997).

Os apontamentos acima indicam a existência de uma rivalidade entre as duas faculdades, seja pelos tratamentos oferecidos, seja por posicionamentos políticos,

como se verá a seguir. Para tanto, se faz necessário antes contextualizar o cenário político rio-grandense, em especial no que se refere à Capital nesse período.

O fim do período imperial foi marcado pela ascensão do Partido Republicano no poder, sendo nessa época organizados em partidos estaduais. No Rio Grande do Sul o Partido Republicano Riograndense (PRR) assumiu algumas peculiaridades. De acordo com Lhullier (2003, p. 13):

A gestão política do PRR, que se estenderia até 1928, marcou o modo de pensar, viver e sentir no sul do país sendo responsável por transformações sociais que visavam transformar Porto Alegre na vitrine de um novo regime, de uma nova filosofia e de uma nova visão de ciência. [...] Um dos projetos do primeiro presidente do estado, Julio Prates de Castilhos, era incentivar a criação de cursos de ensino superior, fazendo com que o Rio Grande do Sul tivesse a possibilidade de formar uma intelectualidade local sem a necessidade da longa, e por vezes arriscada, viagem ao centro político do país. Entretanto, este desejo chocava-se com uma das diretrizes da filosofia positivista tão cara ao modo castilhista de governo – a não-intervenção do Estado na educação.

Esta aparente contradição, que preconizava a não intervenção do Estado na educação superior, traço marcante do Governo, e a intenção de Julio de Castilhos de incentivar a criação de cursos de ensino superior tinha a ver como citado acima, com aspirações pessoais do chefe de Estado, que conseguiu uma maneira de efetivar o seu intento ao apoiar a concretização da Faculdade de Medicina através do incentivo à criação de sociedades, que viriam a dar origem a instituição médica (LHULLIER, 2003). De acordo com a autora (LHULLIER, 2003) tais empreendimentos faziam parte de um ideal republicano e positivista que podiam ser avistados na Capital, uma vez que

A criação de uma Porto Alegre republicana e positivista se expressava não apenas no seu aspecto físico, com a reorganização das ruas centrais, a demolição dos cortiços e os melhoramentos sanitários. Havia também uma face cultural, onde se encaixa a fundação das faculdades de Medicina e Direito [...] (LHULLIER, 2003, p. 37-38)

Desse modo, a criação da Faculdade de Medicina foi saudada por Julio de Castilhos, fato expresso em uma carta direcionada ao primeiro diretor da faculdade, o positivista Protásio Alves, na qual mencionou que se tratava de uma vitória não somente do ensino livre, mas uma ratificação dos preceitos preconizados na Constituição riograndense, que visava a separação entre o poder temporal do poder

espiritual, que em sua visão se manifestava na eliminação de uma ciência oficial do Estado (LHULLIER, 2003).

No entanto, ao mesmo tempo em que o Governo comemorava e incentivava abertamente o surgimento das faculdades, o que de algum modo parecia chocar-se com princípio positivista de neutralidade, por outro lado deixava bastante claro suas intenções em não intervir no funcionamento das instituições, o que por vezes gerou tensões. Esses embates travados que colocavam em xeque os preceitos de liberdade versus intervenção foram em várias ocasiões estopim para conflitos envolvendo a Faculdade de Medicina, o Estado e os médicos (positivistas e não positivistas). Um dos atritos ocorridos dizia respeito ao exercício das profissões, uma vez que

O posicionamento do governo estadual com relação ao ensino superior influenciou também a maneira como eram encarados os diplomas obtidos pelas faculdades. A liberdade profissional no estado estava garantida pelo parágrafo 5º do artigo 71 da Constituição estadual, aprovada em 14 de julho de 1891, que proclamava não serem admitidos “no serviço do estado privilégios de diplomas eclesiásticos ou acadêmicos, quaisquer que sejam, sendo livre, no seu território, o exercício de todas as profissões de ordem moral, intelectual e industrial” (LHULLIER, 2003, p. 39-40)

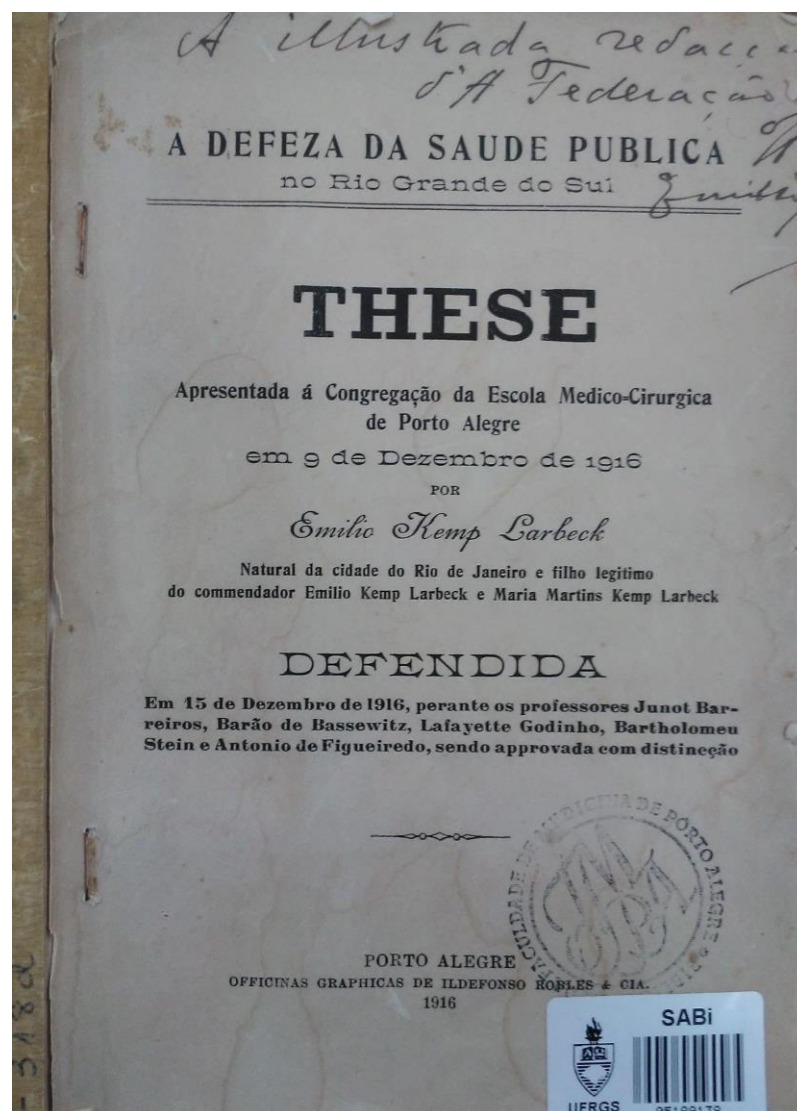
Como era de se imaginar, o artigo presente na Constituição estadual era alvo de muitas críticas por parte dos médicos da Faculdade de Medicina, por dar total liberdade ao exercício da profissão, o que na percepção deles poderia dar margem para outros métodos não reconhecidos por muitos profissionais naquela época (como a homeopatia), assim como também abria espaço para a prática de charlatanismo.

Retomando a análise acerca da atuação de Emílio Kemp, a seguir, se abordará indícios acerca dos seus posicionamentos enquanto médico sanitário. Primeiramente, é relevante apontar que conforme se verificou nas primeiras décadas, após o fim do Império, as atuações na medicina assumiram em muitos momentos uma forte conotação político-partidária. Dito isto, cabe mencionar que Emílio Kemp era filiado ao PRR (GONÇALVES, 2013), portanto, estava afinado com os preceitos positivistas, fato que parece ter influenciado sua atuação.

Em sua tese *A defesa da saúde pública no Rio Grande do Sul* (figura 4), Kemp defende a necessidade do Estado promover a saúde pública, como forma de proteger a sociedade, especialmente voltando-se para os trabalhadores, que na visão dele eram a verdadeira riqueza de um Estado. Ao mencionar a referida tese Lhullier (2003, p. 87) aponta que

Em 1916, Emílio Larbeck defende, na *Escola Medico-Cirurgica de Porto Alegre*, a sua tese de doutoramento *A defeza da saude publica no Rio Grande do Sul*. Neste trabalho ele procura demonstrar a necessidade de uma política de saúde que envolvesse toda a sociedade, caracterizada como um dever do Estado. A preocupação com a saúde se justificaria, pois caberia ao Estado não somente defender os seus componentes das epidemias e endemias, mas também proteger aqueles que comporiam a verdadeira riqueza de um estado – os trabalhadores. Seriam os indivíduos, detentores da força de trabalho, que deveriam ter preservadas a inteligência e o equilíbrio das funções físicas e fisiológicas.

Figura 4 - Capa da tese apresentada por Emílio Kemp à Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre



Fonte: FAMED, 1916, capa

O trecho acima evidencia a percepção de Kemp no que tange a relação entre saúde e economia, sendo a primeira uma premissa para o pleno desenvolvimento

da segunda. Essa visão é bastante clara em suas próprias palavras (LABERCK, 1916, p. 3-4):

Estando a civilização em pleno periodo industrial e utilitario, a defeza sanitaria do individuo, por parte do Estado, deve ser, hoje, muito mais rigorosa, porque é a defeza da sua propria existencia, como valor intriseco no computo das nações productores, e portanto validas, que elle, Estado, effectua. Cada homem, cada cidadão representa uma fracção da riqueza publica, tem, por isso, um valor monetario, que é tanto maior quanto maior essa riqueza [...] está no dever [do estado] de sanear a sua população no interesse de tornal-a forte e resistente, activa e productora, capaz, emfim, de cooperar efficazmente para o augmento da riqueza publica, para a grandeza da Nação [sic].

Para Kemp, a saúde pública estava intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da Nação, ou seja, para que o país prosperasse era necessário que a população fosse saudável, o que só poderia acontecer pela ação do Estado. Esse posicionamento se choca em certa medida com os preceitos do positivismo, no que se refere à liberdade individual. E Kemp demonstra estar ciente das orientações positivistas ao afirmar que

Mas si o Estado tem a obrigação indiscutivel de defender a sua riqueza, defendendo a população do paiz dos flagellos das doenças, pela bôa applicação dos principios da hygiene, elle não deve, nem pôde, dentro da organização da sociedade moderna que caminha para a realisação para os mais perfeitos estagios de liberdade individual, obrigar a alguém que pratique em si ou no seu lar determinadas exigências, a menos que não se trate de casos extremos de salvação geral [...] Si, de facto, a legislação brasileira, e maximé, a rio-grandense não permite a decretação de medidas que ponham a salvo as populações do ataque de doenças que se propagam por differentes processos, ha, no entanto, outros meios para se conseguir esses resultados. [sic]. (LARBECK, 1916, p. 5-8)

Nesse sentido, Kemp procura fazer uma conciliação entre a defesa da saúde pública a partir da ação estatal, sem que esta entrasse em conflito com o ideal positivista:

Numa época em que se agita a questão da defeza nacional pelo aproveitamento de todos os filhos do paiz como elementos validos e intelligentes, nenhum problema se offerece mais interessante do que esse da difusão dos conhecimentos de hygiene, afim de se defender a raça, e, principalmente, milhões de criaturas que vegetam, nas regiões do centro de do sertão, em despreziveis estados pathologicos por ignorarem o meio de se defenderem das insidias do sólo, da água e do ar, dos microbios, dos parasitas, das molestias contagiosas, das infecções, inclusive as que provêm dos animaes domesticos, emfim, de todas as doenças que assaltam o homem e pôdem ser evitadas com os preceitos de hygiene. [...] Na Europa esses males estão desaparecidos ou diminuidos consideravelmente. Póde-se attribuir esses beneficios ás leis de hygiene publica, que prohibem, taxativamente, determinados usos e obrigam a população á pratica de medidas prophylaticas. Não diremos que não. Mas ao que se deve attribuir,

principalmente, a excelente situação sanitária dos países adiantados da Europa, é ao seu grau avançado de cultura geral, ao reduzido número de analfabetos, de modo que toda gente saiba, pela leitura de jornais e das publicações em folhetos, que os governos espalham, dos cuidados de higiene indispensáveis à boa saúde, além do que aprendeu nas escolas nesse particular. [sic] (LARBECK, 1916, p. 10-11)

Segundo Kemp, a solução para se atingir o progresso material e um estado ideal de saúde era preciso avançar por meio da higiene pública, e segundo ele esta se daria a partir da instrução da população, ou seja, a educação era vista por ele como alternativa viável para se atingir as condições sanitárias ideais, sem que houvesse necessidade de coerção por parte do Estado, o que iria contra a doutrina positivista. No trecho acima ele menciona que diferentemente do Brasil, em países europeus desenvolvidos, embora houvesse leis que obrigassem a população a seguir determinadas regras sanitárias, o fator de maior destaque para o nível atingido foi a educação, uma vez que os índices de analfabetismo nesses lugares eram baixos e os governos procuravam disseminar informações sobre a importância dos cuidados com a higiene.

Na perspectiva positivista caberia ao Governo mostrar o caminho ao povo, à luz das ciências, sem, contudo, interferir nas liberdades individuais. Conforme Weber (1997, p. 41):

Cabia ao governo incentivar a educação para que os indivíduos se esclarecessem dos fundamentos da estrutura ao racional da sociedade e se submetessem aos preceitos "científicos" que os dirigentes apregoavam. Entretanto, a reorganização da sociedade devia ocorrer primeiro nas ideias para passar em seguida aos costumes e, finalmente, às instituições. Não caberia ao governo interferir nas decisões dos indivíduos antes que esse processo se concretizasse, devendo apenas favorecer o processo educativo à luz da ciência e da filosofia positiva.

Contudo havia discordâncias no que diz respeito ao entendimento até onde deveria ir a liberdade preconizada pelos governos positivistas. Um dos pontos conflitantes devia-se aos posicionamentos acerca da vacinação e das medidas sanitárias junto aos cortiços. A ocorrência do movimento de 1904 que levou à vacinação compulsória no Rio de Janeiro acirrou os ânimos, entre os que defendiam o movimento por considerá-lo indispensável, e os positivistas mais ortodoxos que se colocavam contra qualquer tipo de violência que ferisse a liberdade individual

(WEBER, 1997). Outro aspecto bastante discutido, conforme já mencionado anteriormente dizia respeito ao exercício da profissão de médico

Provavelmente, o princípio de liberdade profissional, juntamente com a liberdade religiosa, favoreceu a presença de diversos práticos de cura no Rio Grande do Sul, onde não eram perseguidos pela legislação como ocorria no restante do país. O que se pode afirmar é que houve conflitos constantes com os médicos diplomados, especialmente após a fundação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre em 1892, contrários à liberdade profissional e exigindo a regulamentação do exercício de sua profissão. (WEBER, 1997, p. 56)

De fato, havia razão para o descontentamento da categoria médica formada pela Faculdade de Medicina, tendo em vista as regras frouxas acerca do exercício legal da medicina no Estado:

Para exercer a medicina, o Regulamento dos Serviços de Higiene do Rio Grande do Sul de 1895 estabelecia que os interessados deviam inscrever-se em registro existente na Diretoria de Higiene, assim como para exercício de "farmácia, drogaria, obstetrícia e arte dentária". Os diplomados em faculdade nacional ou estrangeira também requeriam o mesmo registro. Deveriam ser multados os que exercessem as atividades sem o registro na Diretoria, da mesma forma que os registrados que cometessem erro de ofício. Essa fiscalização era tida como letra morta porque o cargo de delegado de higiene era honorário, exercendo-o, sem remuneração ou algum médico afeiçoado ao partido governamental. (WEBER, 1997, p. 54-55)

Para além dos conflitos, o fato que persiste é o papel exercido pelo Estado, por vezes impreciso, mas que tinha como fundamento principal conduzir o povo ao progresso à luz da ciência e do conhecimento. Em consonância com esse pensamento, Kemp destacava a importância de aliar o conhecimento como meio de melhorar a saúde da população, e, o que conseqüentemente na sua visão levaria ao aperfeiçoamento da produção humana.

No que se refere aos propósitos de melhoramento da "raça humana", Lhullier (2003) aponta que tais preceitos estavam ligados aos estudos eugenistas e relaciona a tese de Kemp a tais preceitos, uma vez que segundo ela no início do século XX

[...] os preceitos eugênicos começaram a ser discutidos no Brasil. Encontram-se referências à eugenia em pelos menos seis teses, duas delas dedicadas aos cuidados com a infância (ver teses de Larbeck, 1916; Pereira, 1917; Vasconcellos, 1919; Ferraz, 1928; Espírito, 1934; Baptista, 1942 discutidas nos capítulos dos resultados). O melhoramento da raça era desejado para por um fim às doenças endêmicas que grassavam entre a população, em particular a sífilis e a tuberculose. Estas eram relacionadas ao alto grau de miscigenação do povo brasileiro. O projeto eugênico teria um ramo dedicado

às moléstias mentais, cuja etiologia era identificada com a transmissão de "taras hereditárias" e o nascimento de crianças com o sistema nervoso enfraquecido pelas doenças de seus pais. (LHULLIER, 2003, p. 124)

Sobre a eugenia Weber (1997) explica que o termo se baseava na perspectiva de que não se transmitiriam caracteres adquiridos, sendo as raças resultados imutáveis e todo o cruzamento entendido como um erro, compreendendo a mestiçagem como sinônimo de degeneração racial e social. O termo foi criado em 1883 pelo cientista inglês Francis Galton, influenciado pela leitura de Charles Darwin. No entanto, o texto considerado fundador da eugenia foi publicado em 1869 e buscava provar que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação. A partir dos anos de 1880 foi transformada em um movimento científico e social na Europa e Estados Unidos, cuja aplicação visava a produção de "nascimentos desejáveis e controlados", preocupava-se em produzir casamentos entre determinados grupos e desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade. No Brasil, a partir da década de 1920 proliferaram ligas e associações voltadas para a divulgação dos princípios da eugenia (WEBER, 1997).

Todavia, Weber (1997) salienta que no se refere ao contexto brasileiro, os estudos acerca dos princípios eugenistas são controversos, e muitas vezes se confundem com o positivismo

A visão de eugenia e suas filiações é bastante controvertida nos estudos realizados no Brasil. Alguns autores afirmam que o positivismo foi a teoria que propunha a confiança no futuro do Brasil, contrapondo-se a perspectiva de degenerescência social, que propagaria um pessimismo racial, social e climático do país, fadado a inferioridade racial pela sua formação mestiça. Nessa visão, o positivismo seria frontalmente contrário à perspectiva eugenista. No entanto, as formas como o positivismo foi mesclado aos interesses de vários defensores da eugenia no Brasil não permitem que se afirme de forma generalizada a incompatibilidade das duas concepções. (WEBER, 1997, p. 95)

Weber (1997) também salienta que os estudos eugenistas apontavam as escolas como locais de adestramento da população a partir de um projeto médico-pedagógico, o que de certa forma se aproxima dos princípios positivistas, ao dar ênfase ao papel da educação. No entanto, embora a tese de Kemp seja identificada

com os preceitos eugenistas na obra supracitada, há outros pontos de vista acerca de sua tese.

A autora Maria Stephanou (1999) ao abordar as relações entre eugenia e as práticas dos médicos sanitaristas das primeiras décadas do século XX destaca que, se por um lado havia médicos que endossavam uma posição determinista da hereditariedade, por outro lado havia os que procuravam relativizá-la. No caso da tese de Kemp, a autora (1999) o situa no segundo grupo afirmando que ele procurava atribuir a higiene um papel de destaque no combate ao que chamava de “terreno favorável” às moléstias hereditárias, sem desconsiderar esses fatores, mas ao mesmo tempo abrindo possibilidades de mudança através das condições do meio, que seriam propiciadas pela medicina preventiva, na qual se destacava a educação.

A medicina preventiva, com ênfase na puericultura foi fortemente defendida por Kemp em sua tese (1916)

Com os preceitos da hygiene moderna, que começa por cercar o embryão de cuidados especiaes, zelando pela boa saude do organismo materno durante a gestação, e, depois, resguarda a creança na primeira infancia, protege-a no collegio, com hygiene escolar, e assim segue o ser humano, de idade em idade [...] A assistencia á infancia, por meio de pensarios e crèches, a esterilisação do leite, os ensinamentos para a boa alimentação e hygiene infantil têm diminuido, consideravelmente, a mortalidade nos dois primeiros annos de vida [sic] (LARBECK, 1916, p. 37)

Em sua tese, Kemp atribui o êxito da prática da medicina aos preceitos da higiene, e, mais especificamente, aliada à educação. Na sua visão, o ponto chave para se alcançar a saúde plena deveria começar ainda na gestação e deveria se estender ao longo da vida. E em todas as etapas era a educação a responsável por garantir uma vida saudável (LARBECK, 1916). A autora Stephanou (1999) salienta que os discursos médicos do início do século passado se empenharam em demonstrar que a Medicina Social preventiva era inconcebível sem a Educação, assim como esta era impensável sem a incorporação dos avanços da ciência, nesse caso representados pela medicina.

A influência desses ideais defendidos por médicos que, assim como Kemp, acreditavam da importância do papel central ocupado pela educação na aplicação das práticas de higiene perdurou pelas décadas seguintes, como aponta a Lhullier (2003, p. 92)

Quase duas décadas mais tarde, Poli Marcelino Espírito, doutorando da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, mantém-se fiel aos preceitos de Larbeck relativos à higiene escolar. Ele defendeu, em 1934, a tese *Contribuição para a higiene escolar no estado do Rio Grande do Sul*, onde estudava as condições estruturais e de localização de três escolas da cidade de Porto Alegre.

Do mesmo modo que Kemp havia escrito anos antes sobre a centralidade da escola no desenvolvimento dos preceitos higienistas, Espírito (1934) também apontava o espaço escolar como *locus* para o desenvolvimento de uma conscientização acerca dos bons hábitos de higiene que levariam a um corpo saudável

[...] O ensino primário precisa ser vulgarizado, para atingir todo o território nacional. Mas não apenas a ministração dos conhecimentos das letras e das ciências. O Capital humano precisa ser preservado das infecções que aniquilam o valor do homem, e para isso é ainda a escola o lugar melhor para infundir uma consciência sanitária, que será tanto mais habitual, quanto mais cedo for movida. [sic] (ESPÍRITO, 1934, p. 4)

Conforme já mencionado, nas décadas seguintes à publicação da tese de Emílio Kemp o tema relativo à higiene e suas relações com a escola seguiu norteando os debates sobre a saúde pública. Kemp procurou demonstrar a importância da puericultura e da educação para promoção da saúde do corpo, especialmente na infância. A obra *Hygiene Elementar: noções de puericultura* (1934), de sua autoria, traz um compêndio sobre a higiene pública a partir da puericultura. Ao comentar sobre a obra o autor evidencia seu intento ao afirmar:

Para que tenhamos hábitos de hygiene, preciso é que elles venham da escola. [...] Escrevi este livrinho pensando nas professoras do Rio Grande do Sul e de todo o Brazil, educadoras dedicadas que estão realizando a obra gloriosa da formação civica e moral da nossa Patria [sic]. (LARBECK, 1934, p. 6).

Dessa forma, este livro mais uma vez coloca em evidência a escola como centro difusor dos preceitos higienistas, ao afirmar que a escola é responsável por disseminar bons hábitos de higiene. Não por acaso, a obra tinha um público-alvo bem específico a ser atingido, nas palavras do autor, as educadoras do Estado e do restante do país. O uso do termo professoras somente no feminino foi proposital, uma vez que como o próprio autor faz questão de assinalar nas primeiras páginas “Neste livro fala-se em ‘professoras’ e nunca em professores. É que o autor não compreende

o ensino primario sinão por senhoras. É a sua mais alta missão. A escola é a continuação do lar; e no lar quem educa são as mães [sic]" (LARBECK, 1934, p. 8). As afirmações contidas neste excerto, retratam o pensamento preponderante da época acerca da função social da mulher, que por sua vez eram permeados pelos preceitos positivistas, cujo Kemp comungava, que via a mulher como figura maternal, tendo uma vocação natural para o lar. Daí a relevância em se escrever uma obra destinada a orientar sobre os cuidados com a higiene na infância, quando ainda estavam em formação, sob os cuidados das mães em casa e das professoras nas escolas.

O formato de organização da obra e a linguagem utilizada evidenciam a preocupação do autor em didatizar o conteúdo da mesma, como é destacada por ele mesmo ao explicar os objetivos e forma dada ao mesmo (LARBECK, 1934, p. 7):

Resolvi fazer o que fiz; começar pela parte mais chã da hygiene, e que de imediato, interessa á creança: o asseio corporal. [...] A linguagem precisou, também, cuidado especial. Usei da mais trivial possível, evitando, quanto pude, os termos scientificos. Os primeiros capitulos destinados aos pequenos alunos, escrevi-os com a maior simplicidade de expressão, usando, depois, de linguagem ao alcance das classes mais adeantadas, de modo que este livrinho pôde ser usado desde a terceira classe até o fim do ensino elementar [...]. Para o professor, sobre quem recae toda a soma de trabalho na Escola Activa, este livrinho servirá de orientação [sic].

Assim, dois aspectos se sobressaem ao analisar os argumentos usados por Kemp para justificar a estruturação da obra. Primeiramente, no que refere ao destaque dado à escola como local primordial para a disseminação dos preceitos higienistas, a partir da atuação das professoras, vistas por ele como detentoras de um lugar privilegiado para cumprir a missão de educar, servindo como uma ampliação da educação vinda de casa. Por segundo, o cuidado do autor em tornar a obra compreensível não apenas para as educadoras, mas também para os estudantes, adaptando a linguagem usada, e organizando de forma a despertar o interesse dos pequenos. Tais orientações estavam em consonância com diretrizes preconizadas pela Escola Nova, também chamada de Escola Ativa, movimento reformista do ensino primário, que ganhou força a partir dos anos 1930, e que podiam ser percebidas na atuação de Kemp, enquanto médico sanitaria e como educador, uma vez que nesse período que já estava inserido no meio escolar (como se verá melhor adiante). Assim, Kemp procurava didatizar os conhecimentos médicos, a fim de torná-los disponíveis para os públicos não especializados.

Por fim, no que se refere a atuação de Kemp como médico sanitário, é possível identificar uma posição firme e constante em relação ao papel central atribuído à educação, vista como fundamental para se atingir a saúde plena, era preciso educar para curar. Como afirmava desde a publicação de sua tese, em 1916, seu propósito era produzir escritos com temas de interesse social, e não apenas de pura medicina, extraídas de observações e anotações feitas pelos mestres nas clínicas, que em geral só serviam para confirmar a regra (LARBECK, 1916). Ou seja, sua defesa era de que os conhecimentos extrapolassem os muros dos centros médicos e chegassem à população, sendo a escola o caminho eleito para que tal intento pudesse ocorrer de fato. No entanto, a ênfase dada à educação e a disseminação de conhecimentos não se restringiu à sua atuação na área médica, como é possível verificar em seus escritos na área literária, conforme se verá a seguir.

3.2 O literato: educar no mundo das letras

Emílio Kemp foi jornalista, poeta e teatrólogo, tendo uma vasta produção nessa área. Em relação a sua atuação na área das Letras Barreto (2017) aponta que

Também conhecido como Arcúcio Benigno ou Baianave, seus pseudônimos, foi muito reconhecido tanto como poeta quanto escritor. Como poeta participou do movimento simbolista, colaborou com a Revista Vera Cruz e publicou vários livros. Foi membro da extinta Academia de Letras do Rio Grande do Sul e da Academia Fluminense de Letras. Dentre suas publicações de poesia podemos citar *Matinal*, *Poesia*, *Luz Suprema* e *Cantos de Amor ao Céu e a Terra*, sendo os dois últimos publicados pela Livraria do Globo, em 1938 e 1943 respectivamente. Como escritor publicou *O Amor de D. Amanda*, *O Snr. Ministro* e *Gente alegre*, comédia publicada em Porto Alegre, posteriormente traduzida para o idioma italiano pelo escritor Atila Moriconi e representada pela Companhia Clara Della Guardia em Porto Alegre, Roma, Milão, Turim e Palermo, em 1922. (BARRETO, 2017, p. 143-144)

E assim como em sua atuação como médico sanitário é possível identificar traços de sua predileção pela área da educação, como por exemplo, quando escrevia uma coluna de crítica literária no jornal *Correio do Povo*, sob o pseudônimo Arcúcio Benigno. Em diferentes momentos, ao expressar sua opinião sobre as obras ele enfatizava o caráter didático das mesmas. Em um destas situações ele procurou ressaltar a importância da literatura na infância, ao rebater supostos malefícios

presentes nos contos de fada, que, segundo alguns, poderiam levar as crianças a uma falsa ideia sobre a vida. Sobre isso, Kemp afirmou que

A infancia não é mais do que um mundo de fadas e de assombros! [...] A natureza é, para o cerebro infantil, a mais caprichosa das fadas. É ella que deslumbra os olhos da infancia com as mais empolgantes fascinações. Jámais esquecemos, do decorrer da existência a lembrança dos contos de fadas. Nem delles, nem de quem nos contou. [...] Os contos de fadas como o dos animaes que falam não fazem nenhum mal ás creanças. São, antes, estimulantes da sua intelligencia. O que é preciso é que sejam belo, que sejam escriptos por quem tenha imaginação [...] [sic] (BENIGNO, 27 out. 1940, p. 5)

Em outro momento, ao avaliar a publicação de uma coleção de Ciências denominada “A Sciencia da Vida”, Kemp tece elogios a uma coleção científica, ao enfatizar que a mesma promove a vulgarização dos conhecimentos científicos, no sentido de torná-los acessíveis a um maior número de pessoas, especialmente ao público escolar.

“Formas da Vida”, é o titulo do volume no qual os autores passam em revista toda a escala dos seres vivos hoje existentes, e o leitor, depois de acompanhar com interesse palpitante essa paginas de puras sciencia, chegará á conclusão de que a realidade da natureza é bem mais prodigiosa do que se supõe e os monstros fabulosos, de que todos nós ouvimos falar nos contos da carochinha, estão muito aquem do mysterio que temos diante de nós. Mysterio para a iniciação do qual não poderíamos dispor de melhores mestres do que os autores de “Sciencia da Vida”. Sabem elles expor de maneira attrahente e originalissima, ainda inegalada em obras do genero. Vulgarizam a sciencia, elevando-a, em lugar de rebaixa-la, e esses livros, destinados ao grande publico, são principalmente preciosos aos estudantes. [...] (BENIGNO, 27 out. 1940, p. 5)

A sua preocupação com a didatização dos conhecimentos, como se observa acima, aparece em outras situações, como quando destaca uma coleção, intitulada “Viagem através do Brasil”:

O brasileiro viaja pouco. Dificuldades de toda a ordem [...] tornaram as viagens um privilégio de alguns homens de negócio e uma pequenina classe de criaturas abastadas e com lazeres. E todos nós gostamos de viajar; sonhamos conhecer, ao menos, determinados recantos do nosso imenso país. [...] O professor Ariosto Espinheira, um dos nossos técnicos em educação, coordenador da Radio-Escola Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal e professor da Escola Técnica Secundária, criou, há tempos, na hora infantil da P. R. F-4- Radio Jornal do Brasil, um programa que se tornou famoso. “Viagem através do Brasil” era o título desse programa radiofônico agora editado numa série pelas edições Melhoramentos. [...] O último volume dado à público é o que se refere ao Estado de Santa Catarina. É o relato de uma viagem de avião à terra de Cruz e Souza e Anita Garibaldi. Um relato de todas as coisas daquela Federação: agricultura, industria,

comercio, aspectos de paisagens e características principais de seus municípios. Um livro de viagens, educativo, exato, real, mas que se lê como uma boa novela, um bom romance. (BENIGNO, 11 abr. 1943, p. 5)

Os trechos acima evidenciam duas questões. Por um lado, a consciência de Kemp sobre a realidade brasileira da época, em que apenas uma pequena parcela da sociedade tinha condições de viajar, por outro lado, novamente a defesa da educação, através da leitura, como forma de se instruir e conhecer o país.

Ainda sobre sua atuação como crítico literário, dois aspectos se destacam. O primeiro deles diz respeito à forma como se dirige à novos escritores que lhes enviam suas obras. Ao fazê-lo, de um modo bastante professoral, procura encorajar e incentivar que continuem aconselhando que persistam, conforme se vê abaixo:

Uma coisa que tenho dito e repetirei ainda: não serei capaz de desencorajar os que principiam. É uma crueldade dizer a um jovem autor que ele va cuidar de outra, por não apresentar jeito para as letras. Nada doi mais que destruir uma ilusão de quem aspira a mais nobre das funções, qual seja contribuir para a beleza da vida ou para suportá-la melhormente. Um ou outro escritor começou conquistando logo a vitoria. A maioria viu-se às voltas com o rigor da crítica mudando, muitas vezes, de rumo, tão acrimoniosamente foram recebidos. Romancistas, como o nosso grande Aluicio de Azevedo, ao publicar o seu primeiro trabalho, foram aconselhados a plantar batatas, pois o Brasil precisava de lavradores. Os casos como Euclides da Cunha são raros, são raríssimos. Euclides apareceu triunfante com “Os Sertões”, mais já passava bem dos trinta anos e já poetara e escrevera prosa pelas revistas modestas de estudantes e de pequenos grupos de rapazes dados às letras. [...] Não há nenhum menospreso da minha parte por esses lutadores que se apresentam com o nobre intuito de abrir caminho no mundo das letras. São inteligentes que aspiram o seu lugar ao sol e que ninguem sabe até onde chegarão. [sic] (BENIGNO, 11 abr. 1943, p. 4)

Outro fato que chama a atenção é justamente por Kemp incentivar a atividade literária, ele expõe em certo ponto sua impossibilidade de ler todas as obras que chegam às suas mãos. Ao mencionar as razões para não realizar o que lhes pedem ficam evidenciadas algumas características de Emílio Kemp, como se percebe a seguir:

É uma incumbencia, fóra, por completo, do intuito de quem escreve esta secção. Em primeiro lugar, falta-lhe, em absoluto, tempo para esse encargo e, mais do que tempo, qualquer presunção de ter autoridade para tanto. [...] Em segundo lugar não há aqui, nenhuma intenção de critica, de opinião decisiva, e sim, apenas, o intuito de se fornecer noticias literarias, registro de livros aparecidos e que recebe e dos quais falo conforme a impressão que me despertam. [...] Repito: não me sobra tempo para tal fim, ficando os originais de lado com prejuizo aos seus autores. [...] Aproveito o ensejo para agradecer cartas e telegramas recebidos, principalmente do Rio e São paulo, e declarar, pelas razões já expostas, que não me é possível entreter as

correspondências literárias solicitadas por vários escritores daquelas cidades. Como gostaria de mantê-las... mas, meus amigos, a vida não permite, pelo menos a mim, o encanto dessas palestras epistolares. Hoje é ali, no duro: trabalhar, trabalhar e, quando muito um cineminha para distrair as idéias... (BENIGNO, 24 jan. 1942, p. 4)

Ao analisar as razões apontadas por Kemp é possível aferir alguns aspectos sobre sua forma de pensar e agir. Em primeiro lugar, ele afirma com modéstia que não se sente uma autoridade competente para avaliar tais obras, declarando que o intuito da seção no *Correio do Povo* tem um caráter informativo, e avaliando seus comentários, se poderia acrescentar um caráter educativo. Em seguida, um fato relevante é a menção de Kemp à várias cartas e telegramas recebidos de outros estados, em especial das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, o que leva a mensurar o alcance de seu prestígio enquanto colunista.

Por fim, Kemp, ao justificar sua impossibilidade de responder às demandas justifica o acúmulo de trabalho, o que permite quando muito idas ao cinema. Essa afirmação de algum modo o aproxima da realidade da maioria do povo, que se dedica a maior parte do tempo ao trabalho, tendo poucos momentos de lazer. Ainda que se faça a ressalva de que Emílio Kemp vinha de um extrato social abastado, não deixa de ser curiosa a maneira como buscava se aproximar da linguagem e interesses dos seus potenciais leitores, dirigindo-se não apenas aos pares, mas a um público mais amplo.

Além da atuação como crítico literário, Emílio Kemp também foi autor de diversas obras literárias, como por exemplo, *Luz Suprema*, publicada em 1938 que foi reconhecida por outros intelectuais renomados na época

Um livro maravilhoso de poesia. Emilio Kemp é um dos melhores poetas do Rio Grande do Sul. Num estudo que sobre sua personalidade publicou no 'Jornal do Comércio' do Rio de Janeiro, Alcides Maia salientou 'o surto para a perfeição moral, vislumbrada através da arte', que predomina na poesia do ilustre gaúcho. É esse surto que domina neste novo livro de Emilio Kemp. 'Luz Suprema', quando estudado paralelamente com o volume 'Poesia', mostrará o mesmo filão de onde provêm a criação poética do autor. [...] 'Poesia' é obra da mocidade e 'Luz Suprema' da maturidade. O primeiro embora publicado em 3ª edição pela empresa do 'Anuário do Brasil', do Rio de Janeiro, está completamente esgotado e mereceu dos maiores nomes da literatura brasileira os mais fartos e espontâneos aplausos. 'Luz Suprema', obra luminosa de um cérebro privilegiado, continuará por certo o êxito retumbante de 'Poesia'. (BARRETO, 2017, p. 143-144)

Em outra crítica publicada no *Correio do Povo* no ano de 1920, sobre a referida obra *Poesia*, mencionada por Alcides Maya no trecho acima, a avaliação é bastante positiva

Desde alguns dias, acha-se a venda, editado pela Livraria Americana, o livro de versos do dr. Emilio Kemp, intitulado “Poesia” [...] Emilio Kemp é, em frase de portico, um nome cujo alto perigrinar, atravez os mais variados matizes do pensamento, dispensa aqui, a etiquêta da apresentação. [...] Para mim, “Poesia” é uma joia de primeirissima qualidade levada ao erario das Musas brasileiras e Emilio Kemp um poeta de sabido valor, cheio de alma, de finura, virtuosidade e calor... Alfredo Lino Dias [sic] (*CORREIO DO POVO* apud BRUM, 2009, p. 104)

Como é possível observar, Kemp era reconhecido por sua atuação como poeta, sendo reverenciado por figuras expoentes, como Alcides Maya, também um escritor de renome nos meios intelectuais. Outro gênero literário ao qual Emílio Kemp se dedicou a escrever foi a dramaturgia. Na tese *A literatura dramática do Rio Grande do Sul (1900-1950)*, o autor Antenor Fischer contextualiza o cenário literário nas primeiras décadas do século XX, em especial quanto ao gênero dramático, e dentre as obras analisadas figura a peça teatral *Gente alegre*, de Emílio Kemp. Ao comentar o cenário rio-grandense Fischer (2007) salienta que assim como o restante do país, não há uma tradição forte em se produzir peças teatrais uma vez que

Se, por um lado, a qualidade do que se produzia em nossos palcos deixava muito a desejar; por outro, inúmeras notas e matérias em revistas e jornais dão conta do enorme movimento nos palcos brasileiros, nos primeiros anos do século XX, como essa, por exemplo, da *Ilustração Brasileira*, de setembro de 1912 (n° 80, p. 105): “É o fim da temporada? Não! O carioca de hoje tem teatro o ano inteiro. A ‘estação teatral’ de ontem, que durava, no máximo, 43 quatro meses – de junho a setembro – passou, definitivamente, com o velho Rio. Agora, Companhias há que para aqui vêm em janeiro e só nos deixam de dezembro”. A exemplo do que ocorria no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul também não havia sala de espetáculo desocupada. Se faltava qualidade ao teatro carioca, aqui a situação não era diferente. (FISCHER, 2007, p. 43)

O autor salienta, que embora as salas de teatro tivessem um público significativo, isso não significava qualidade nas peças apresentadas. Porém, o autor enfatiza a importância em se relativizar a produção teatral no Brasil, não podendo ser comparada com o contexto europeu

Vale alertar, aqui, para o inconveniente da busca de critérios absolutos e da tentativa de recorrer a comparações com outras realidades (como as dos países europeus, por exemplo) – procedimento esse comum e, de certa

forma, até mesmo involuntário ou inconsciente. Acontece que a literatura dramática sul-rio-grandense (nascida tardiamente, mesmo se comparada com a de outros centros do país) só pode ser estudada num sentido relativo, e nunca de forma absoluta. É preciso ter em mente que, assim como nenhum país do mundo, exceto a Inglaterra, conseguiu produzir um Shakespeare, também nenhum outro Estado brasileiro, exceto o Rio de Janeiro, conseguiu produzir um Martins Pena ou um Nelson Rodrigues (possivelmente, as expressões máximas da dramaturgia e do teatro brasileiros, nos séculos XIX e XX, respectivamente). (FISCHER, 2007, p.32-33)

Desse modo, Fisher (2007) alerta para o perigo de se comparar o contexto brasileiro, sem uma tradição na dramaturgia, com o europeu, e mais adiante ao se referir ao Rio Grande do Sul, aponta seu nascimento tardio. Isso para o autor explicaria a falta de qualidade das peças escritas. No entanto, para Fischer (2007) isso não impediu que se desenvolvesse um panorama favorável ao teatro gaúcho

Os dramaturgos gaúchos do século XIX, sem contar com o apoio de um “antes”, bem ou mal construíram uma tradição que, mesmo enfrentando refluxos ou interrupções temporárias naquela centúria, resultou numa herança que possibilitou o surgimento de sociedades dramáticas, casas de espetáculos e, principalmente – já após a virada do século –, de uma crítica que, depois de deixar de lado sua análise e apreciação voltada ao mero desfrute e consumo, passou a se tornar co-participativa da criação dramática. (FISCHER, 2007, p. 33)

Conforme já mencionado, dentre as obras analisadas encontra-se a peça *Gente alegre* (1918), de Emílio Kemp. Sobre esta Fischer (2007) comenta que

Traduzida para o italiano pelo escritor Atila Mariconi, a peça *Gente alegre*, do carioca de nascimento Emílio Kemp (1873-1955), foi representada pela Companhia Lara Della 80 Guardia, em Porto Alegre, em 1918, e em Roma, Milão, Turim e Palermo, em 1922. (FISCHER, 2007, p. 79-80)

Ainda sobre a peça Fischer traz uma crítica feita por Moacyr Flores em sua obra *Rio Grande do Sul: aspectos da cultura* (1997), no capítulo que trata do teatro no Rio Grande do Sul, onde traz uma definição acerca da obra de Kemp

Gente alegre é uma comédia em quatro atos, com ação no Rio de Janeiro, tendo como tema a mentira dos alegres gozadores da vida, fartos da pureza e da virtude, pois são na realidade tristes sofredores. Fazem parte da gente alegre, aqueles que no fim de semana ceiam com mulheres de vida fácil, bebendo o bom vinho. (FLORES, 1997 apud FISCHER, 2007, p. 80)

E assim como ocorre com a maior parte das críticas relativas à produção dramática rio-grandense, a crítica não é positiva, e concordando com Flores, Fischer (2007) afirma que

Moacyr Flores (1997, p. 102) chama acertadamente a atenção para o fato de que, além da situação da mulher, “sem crítica social, mas como lição de moral, há uma leve crítica ao francesismo reinante no Rio Grande do Sul: quando um personagem reclama que na ceia não estarão mulheres francesas, mas nacionais, outro retruca que o vinho será de procedência francesa”. Concordamos com a avaliação final de Flores (1997, p. 102), sobre Gente alegre: “O drama é frágil, sem consistência, à moda dos dramalhões franceses, sem estudo dos personagens, mas com fortes doses dramáticas em suas emoções e discursos moralistas”. (FLORES, 1997 apud FISCHER, 2007, p. 82)

Embora, ainda que segundo a avaliação de Moacyr Flores exista uma inconsistência de crítica social na obra de Kemp, este parece ter se ocupado de questões de cunho social em sua trajetória como escritor. Sobre isso, há um aspecto interessante acerca de sua visão quanto ao papel social do escritor. Ao participar de um debate organizado pela revista *O Globo*, no ano de 1944, após a obra *Frenteira Agreste*, de Ivan de Martins, ter sido apreendida por um tempo pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Kemp foi um dos autores a reconhecer o papel social dos escritores frente às realidades sociais.

A polêmica em torno da apreensão de *Frenteira Agreste* movimentou o debate, no meio literário gaúcho, acerca da função social do escritor. Logo que o romance foi liberado pelo DIP, a *Revista do Globo* – lembremos, sob a direção do comunista Justino Martins - promoveu um inquérito com importantes escritores e tradutores da Casa sobre a neutralidade na criação artística. Eles emitiram suas opiniões a partir de três questões: “Qual deve ser a atitude dos intelectuais diante dos problemas políticos e sociais que atualmente abalam o mundo?”; “É lícito o escritor colocar-se à margem de tais problemas, isto é, permanecer ‘neutro’?”; e “Em que poderá consistir a colaboração do escritor para a construção de um mundo melhor?”. (Percebe-se que a construção das questões sugeria a resposta esperada). Com exceção de Mário Quintana e Telmo Vergara, os demais defenderam explicitamente a arte como “expressão social” através da qual o intelectual daquele momento deveria esclarecer e orientar as massas, harmonizar a sociedade, lutar pela coletividade, pela liberdade e pela democracia, combater os preconceitos e o nazi-fascismo. O intelectual “neutro” fugiria da sua “missão”: a de ser “intérprete da comunidade nacional”. Para os comunistas Dyonélio Machado e Juvenal Jacinto, especialmente, sendo os intelectuais os “líderes natos do povo”, a “camada superior da sociedade”, seu papel era o de promover o debate sobre os problemas e o de mobilizar a população. (MARTINS, 2012, p. 156-157)³¹

³¹ Serão fascistas os escritores gaúchos? *Revista do Globo*, Porto Alegre, Ano XVI, n.362, 06/05/1944, p.28-31 e 59 apud MARTINS, 2012. Os consultados foram Antônio Barata, Athos Damasceno, Cyro Martins, Darcy Azambuja, Dyonélio Machado, Emílio Kemp, Erico Verissimo, Juvenal Jacinto, Limeira Tejo, Mário Quintana, Moysés Vellinho, Otelo Rosa, Reynaldo Moura, Telmo Vergara, Waldemar de Vasconcelos e Walter Spalding.

Assim, verifica-se que Kemp compõe o grupo majoritário entrevistado, que acredita no papel da arte como meio para esclarecer e orientar as massas, cabendo aos intelectuais conduzir este processo. Interessante observar que na época o diretor da revista *O Globo* era comunista e entre os entrevistados também haviam membros do partido. No entanto, em relação ao posicionamento de Kemp, embora este aparentemente compartilhasse do pensamento similar ao de outros escritores comunistas, isso não implica afirmar que o mesmo também o fosse. Ao contrário, há indícios de que Kemp era contrário ao comunismo, como transparece em um artigo do *Jornal O Syndicalista*, no qual o articulista acusa Kemp de desconhecer

No primeiro número d'O *Syndicalista*, de 1º de abril, aparece um pequeno artigo, *Jornalistas de Fancaria*, que caracteriza o *Correio do Povo* como “*um jornal incapaz de dar uma opinião própria sobre qualquer assunto, principalmente sobre a momentosa questão social. Mas é supinamente conservador e carrança...Uma fortaleza contra todas as idéias que não estejam nos moldes da Santa Madre Igreja.*” Depois o autor do texto desautorizava o articulista Emílio Kemp, que escrevia no *Correio*: “*Não entendendo nada do que vai pelo mundo com o nome de maximalismo, bolchevismo, espartacismo, revolução social, o Kemp apega-se à opinião mais que suspeita do clericalíssimo Alfred Capus e infla de contentamento...pobre criatura...* (O *Syndicalista*, 1919 apud BARTZ, 2008, p. 90)

Assim, se por um lado Kemp reconhecia que o escritor tinha uma função transformadora na sociedade através de sua arte, por outro lado, como se poderia esperar, levando em conta o grupo social ao qual pertencia e suas convicções políticas, não causa surpresa que ele estivesse alinhado aos discursos anticomunistas, baseando-se em boa parte em fatos e boatos que circulavam sobre o ocorria na URSS, que povoavam o imaginário brasileiro na época, e, que de forma surpreendente em parte perduram até os dias de hoje.

À despeito de seu posicionamento contrário frente às ideias comunistas que começavam a circular no Brasil, Kemp em várias oportunidades externou uma faceta altruísta, ciente da realidade social desigual que o rodeava, como pôde ser observado em sua atuação enquanto médico e crítico literário. Esse olhar aberto às diferentes realidades sociais parece ter influenciado a atuação de Kemp, fato que teria lhe rendido um lugar de prestígio perante seus pares, alcançando reconhecimento enquanto intelectual e escritor.

Na tese de doutorado intitulada *A “Estrada Perdida” de Telmo Vergara*, de autoria de Fábio Augusto Steyer (2006), ao destacar o papel da Livraria Globo no

processo de modernização urbana pelo qual Porto Alegre passava na primeira metade do século XX, especialmente a partir da década de 1930, o autor enfatiza que os escritores também tinham atingido um status de modernização literária. Dentre os “[...] principais nomes da intelectualidade da época [...]” (STYER, 2006, p. 62) está o de Emílio Kemp, ao lado de Érico Veríssimo, Mário Quintana, Cyro Martins, Manoelito de Ornellas, Dante de Laytano, Walter Spalding, Augusto Meyer, Dyonélio Machado, Telmo Vergara, entre outros.

Um dos espaços onde alcançou uma visibilidade foi no *Correio do Povo*, onde atuou não somente como colunista, mas também esteve à frente do comando editorial do Jornal, entre os anos de 1913 e 1920 dividindo o posto com Francisco Leonardo Truda (MARCILIO, 2018). Além de ter atuado anteriormente em outros periódicos, tendo inclusive ajudado a fundar alguns como a *Revista Avenida* (RJ), também foi redator no jornal *O Fluminense*, Niterói (RJ), em 1901, na *Gazeta de Petrópolis*, Petrópolis (RJ), entre outros. E após sua chegada ao Rio Grande do Sul, além de atuar no *Correio do Povo*, dirigiu *O Diário e Norte-Sul* e jornal *A Manhã*, 1920 (MUHM, 2021). Ou seja, teve uma larga experiência na área jornalística, o que na época lhe rendeu um lugar de renome nos meios literários e intelectuais.

Por fim, é preciso ressaltar que embora Emílio Kemp tenha tido uma grande influência no meio literário, como crítico, escritor e tendo sido inclusive membro das Academias de Letras do Rio Grande do Sul e Fluminense (MUHM, 2021), além de colaborador em diversas revistas, não existem muitos vestígios dos detalhes dessas atuações que tenham chegado aos dias de hoje, o que infelizmente contribuiu para o apagamento de sua trajetória. A exceção encontrada, após vasta pesquisa desde a composição do estado da arte e ao longo do desenvolvimento da pesquisa, até o presente momento, é uma dissertação de Mestrado, do ano de 1997, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulada *Recortes de Porto Alegre: a crônica de Paulinho de Azevedo e Emílio Kemp*³², que consta nas referências de outra dissertação, do Programa de Pós-Graduação de Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, defendida em 2014, intitulada *O circuito artístico de Porto Alegre na década de 1950 a partir do jornalismo: análise das colunas Notas de Arte, de Aldo Obino, no*

³² Infelizmente, devido a situação pandêmica não foi possível ter acesso a esta dissertação, o que teria certamente contribuído para elucidar a atuação de Emílio Kemp como intelectual.

Correio do Povo. Assim, espera-se que os vestígios rastreados ao longo da pesquisa possam servir de mote para futuras pesquisas.

3.3 O patriarca da família Kemp: educar e socializar

A trajetória de Emílio Kemp demonstra que o seu prestígio não se restringia apenas ao âmbito profissional. Existem diversas referências que apontam a sua presença em diferentes espaços, atuando como mediador e interlocutor em eventos e projetos, além de ter exercido também forte ascendência em seu núcleo familiar e círculo pessoal também.

No âmbito familiar, as evidências encontradas sugerem que ele exerceu influência sobre suas herdeiras. Uma das pessoas para quem teria servido de inspiração foi uma de suas filhas, conforme referências encontradas. Na dissertação *A fotografia de Luiz Arthur Ubatuba de Faria: um olhar de um urbanista*, ao mencionar o relacionamento de Emílio Kemp com sua filha Hercília, que foi casada com Luiz Ubatuba, a autora Barreto (2017) afirma que

É improvável que a trajetória de Hercília enquanto intelectual e poetisa não tenha sido influenciada, ou até mesmo determinada, pelo convívio com seu pai, figura central da família Kemp. Emilio Kemp Larbeck Filho, era tão influente em tantos meios sociais e áreas do saber que se torna impossível a análise de qualquer pessoa de seu núcleo familiar, central ou periférico, sem referenciar o alcance de sua atuação. (BARRETO, 2017, p. 137)

E mais adiante Barreto segue essa linha de raciocínio ao destacar que

Hercília cresceu em um ambiente de vasto capital intelectual e interação cultural criado pela proximidade com seu pai. Emilio Kemp era um homem que se relacionava com os mais altos estratos de intelectuais tanto no Rio Grande do Sul quanto no Rio de Janeiro. Tal qualidade proporcionou à Hercília, desde muito cedo, o convívio com inúmeros intelectuais, artistas e homens de governo da época. Esse ambiente social foi, ainda, incrementado pela rede de contatos que desenvolveu por si, bem como à que teve acesso através de seu marido, que também parecia ter um dom inato para o trânsito entre intelectuais e artistas bem-conceituados. [...] Teria sido impossível ficar indiferente à presença de Emilio Kemp e a todas as consequências que o relacionamento com ele pudesse implicar, especialmente quando tão próximo como no caso de Hercília, como filha, e de Ubatuba de Faria, na qualidade de genro. (BARRETO, 2017, p. 144)

Desse modo, fica bastante evidente que Emílio Kemp era alguém notadamente reconhecido publicamente, por suas várias habilidades e talentos, fato que parece ter marcado suas relações com familiares. Quanto ao relacionamento de Kemp com Hercília, parece ter sido de bastante proximidade e afeto, como indica um poema que ela fez intitulado *Pai*, em que escreve:

Pai, que saudades que eu tenho!
Vontade de te abraçar.
Deitar a cabeça em teu peito
Muitas lágrimas chorar.

Teu amor por toda a vida
Meu caminho enfeitará
Abriste-me a porta dele,
Vou segui-lo, terminar.

Para todos foste nobreza
Meu conde, minha realeza
Meu poeta a sonhar!

Quanto carinho e bondade
Muito e muito te devo
E nem sei onde estás.

(UBATUBA DE FARIA³³, s.d., apud BARRETO, 2017, p. 144)

O poema é repleto de ternura e saudosismo em relação ao pai, o que sugere que Hercília via em Kemp alguém em quem se espelhar. A força desta ascendência é evidenciada em diversos momentos por Barreto (2017):

Hercília era uma moça de família aristocrática que fora criada em seus primeiros anos, juntamente com suas irmãs Zilck, Belkiss, Adelaide e Gracieta, na cidade do Rio de Janeiro. Essa conformação fez com que as irmãs da família Kemp apresentassem um perfil arrojado com uma formação cultural sólida. De seu núcleo familiar original e de suas irmãs, Hercília afirma, em poema intitulado *Minhas Irmãs*, terem sido todas belas. Em suas palavras, as moças teriam sido descendentes da mesma árvore genealógica “cujas raízes alcançam sangue azul sacramentado” e, também, teriam figurado como “capas de revistas e ornamentos de bailes” (UBATUBA DE FARIA, s.d., apud BARRETO, 2017, p. 135).

Desse modo, aos olhos de Hercília, a posição social e cultural alcançada por ela (e pelo que sugere o texto também pelas irmãs) tinha a ver com sua descendência, com suas origens. Reforçando esta impressão, ao referir-se ao

³³ Hercília, cujo nome de batismo era Hercília Maria Hermínia Fleck Kemp, após o casamento passou a assinar Hercília Kemp Ubatuba de Faria (BARRETO, 2017).

matrimônio de Hercília com o engenheiro e urbanista Luiz Arthur Ubatuba de Faria, Barreto (2007) indica que este tinha alcançado uma posição de destaque social a partir de suas relações através da Escola de Engenharia, e que teria sido ampliada após sua união com a família Kemp. Sobre o casamento, afirma que

Ubatuba de Faria contraiu o sacramento do matrimônio no ano de 1936, aos 28 anos de idade. Se a finalidade do matrimônio, conforme indicava a Religião da Humanidade, para além da procriação, visava primeiramente o aperfeiçoamento recíproco dos cônjuges, foi em Hercília Kemp que o urbanista encontrou a companheira à altura da trajetória que iniciara para compor seu núcleo familiar. Juntos parecem ter compartilhado uma visão de mundo afinada, baseada em uma postura altruísta com vistas para o progresso a partir do desenvolvimento intelectual, artístico e emocional. (BARRETO, 2017, p. 135)

Desse modo, Hercília vinha de uma família culta, ilustrada e que dentre as suas qualidades, demonstrava preocupação com o outro. Esta sugestão é reforçada em um registro fotográfico feito pelo marido, em que Hercília aparece com uma criança flagelada em seu colo, foto feita por ocasião da grande enchente que acometeu Porto Alegre no ano de 1941 (BARRETO, 2017). Em outro trecho a autora retoma este ponto de vista, ao evidenciar um traço marcante de Ubatuba de Faria, o que sugere que partilhava de convicções similares às do sogro, Emílio Kemp. Ao analisar sua proximidade com a doutrina positivista Barreto (2017) aponta que

Não obstante Ubatuba de Faria tenha sido apenas simpatizante da doutrina e não um positivista religioso, a análise mais aprofundada de sua vivência permitiu que fossem identificados inúmeros indícios do ideário positivista em suas ações. Esses indícios podem ser observados na sua vida profissional, em sua destinação, marcada pela dedicação obstinada ao trabalho em prol da ordem das cidades, do progresso da sociedade e do conhecimento científico. Sua trajetória de vida de alguma forma espelharia estas ideias, sendo pautada pela moral positiva, baseada na subordinação do homem individual à sociedade, à pátria e à humanidade. Repetiria constantemente [conforme apontado em entrevista pelos filhos] o dizer: “Faça o bem”, uma derivação do “Viver para outrem” [termo cunhado por Comte] que preconiza o predomínio do altruísmo sobre o egoísmo. Destacam-se dentre as contribuições progressistas positivas que parecem ter ecoado em Ubatuba de Faria: o pensamento antropológico em uma postura antirracista, sem distinções de classe e cor; a exigência sempre reiterada da austeridade financeira no trato da coisa pública e o interesse pela humanização das condições de trabalho do operariado. Além desses, podemos citar como aspectos incentivados pelo ideário positivista, o culto pelas artes, como arquitetura, música e poesia, e o gosto pela sociologia e pelas ciências de um modo geral. [...] Em sintonia com tal doutrina, Ubatuba de Faria transitou por diversas artes e áreas do saber e acabou por desenvolver um olhar caleidoscópico, de grande sensibilidade para a realidade social focado através de uma visão com filtro ajustado em grande angular. (BARRETO, 2017, p. 94-95)

Mesmo não sendo possível afirmar acerca da influência de Kemp sobre a visão e ações de Ubatuba de Faria, ao menos é possível afirmar que Emílio Kemp partilhava destes pensamentos, sintonizado com os preceitos da doutrina positivista e dotado de um pensamento altruísta, e um admirador das artes, o que certamente serviu como modelo de vida para sua filha Hercília. Nesse sentido, os trechos acima permitem, a partir de um olhar sobre membros do núcleo familiar, identificar traços comuns entre o pensamento de Kemp e a postura adotada por aqueles que lhes eram próximos.

Ao abordar o círculo social que rodeava Hercília e Luiz Ubatuba, Barreto (2017) aponta uma obra escrita por Hercília, em que ela dedica as primeiras páginas para agradecer às pessoas que teriam influenciado sua trajetória. Acerca dos intelectuais que conviviam com os Kemp, afirma que

Para exemplificar o estrato cultural em que o casal estava inserido através de seus conhecidos, cito aqui os agradecimentos proferidos nas páginas iniciais do livro *Filosofia de Galpão* (1986), onde Hercília, consciente do diferenciado ambiente cultural em que esteve inserida, presta suas homenagens aos que lhe influenciaram. A passagem em questão foi por ela denominada *Grandes Vultos do meu Caminho*, aqui transcrita em partes e agrupada em categorias da seguinte forma: a primeira trata de seu relacionamento com homens de Governo, a segunda com religiosos ou líderes espirituais e a terceira enumera seu relacionamento tanto com intelectuais como com artistas, escritores, urbanistas [...]. (BARRETO, 2017, p. 144).

O primeiro trecho destacado por Barreto (2017), refere-se aos nomes de políticos e personalidades públicas citadas por Hercília:

Dr. Antônio Borges de Medeiros
 Governou o Rio Grande do Sul por 25 anos
 Meu pai, jornalista, combatia suas ideias
 Pelas colunas do *Correio do Povo*, que dirigia.
 Foi convidado por S. Excia.
 Para dirigir a Escola Normal de Porto Alegre.

General Flores da Cunha, Presidente do Estado,
 Caudilho, revolucionário
 Convidou-nos, as alunas da Escola Normal,
 Para seus comícios políticos.
 Era sua a frase: "Ou voltamos com honra ou não voltamos mais".

Dr. Osvaldo Aranha, presidente da ONU,
 Inteligência, talento.
 Quando secretário da Educação do nosso Estado,
 Visitava as exposições da Escola Normal
 E assistia aos nossos exames orais de didática e química.

Dr. Getúlio Vargas,
O maior político,
Visitava a Escola Normal
Presidente do Estado.

(UBATUBA DE FARIA, 1986, apud, BARRETO, 2017, p. 144-145)

Os escritos de Hercília expressam experiências e episódios vivenciados em sua mocidade. O fato de citar vários nomes de figuras políticas de influência na época pode dar uma ideia do círculo social com o qual convivia. Conforme Barreto,

[...] parece ter sido recorrente que grandes políticos visitassem a Escola Normal e se dirigissem às normalistas, [...] Emilio Kemp, como diretor da Escola, muito provavelmente, recepcionava os visitantes ilustres e, possivelmente, os apresentava à sua filha, normalista da Escola. (BARRETO, 2017, p. 145)

Nesse sentido, Kemp aparece como figura central, ao ocupar o cargo de diretor da Escola Normal, um espaço de reconhecido prestígio na época. Ainda sobre sua relação com Hercília, é possível afirmar que, além do amor pela poesia, a filha também compartilhava o amor pela educação, uma vez que foi normalista e atuou posteriormente como professora na Escola Normal e na Aliança Francesa (BARRETO, 2017).

Na sequência Barreto apresenta um trecho em que Hercília nomeia personalidades religiosas que frequentavam a casa de seus pais:

D. João Becker,
Arcebispo de Porto Alegre,
Assistia ao Natal na nossa casa.
Minha mãe adorava o Natal, e como o festejava!

Monsenhor Mariano da Rocha,
Religioso de Porto Alegre,
Belo, alegre, descontraído,
Apreciava as feijoadas da minha mãe.

Eng° Carlos Torres Gonsalves,
Chefe da Igreja Positivista.

Dr. Paulo Hecker, advogado, espírita militante,
Que me iniciou no espiritualismo.

(UBATUBA DE FARIA, 1986, apud BARRETO, 2017, p. 145-146)

O excerto acima permite intuir a ampla rede de contatos que convivia com o núcleo familiar de Hercília. É importante destacar que nas duas situações citadas acima, esse círculo de pessoas influentes tinha ligação com sua família nuclear, ou seja, eram figuras públicas ligadas a Emílio Kemp. Isso pode ser facilmente percebido, primeiramente por Hercília situar a escola Normal, onde Kemp era diretor, como um dos espaços onde acontecia essa aproximação. E no segundo caso, ela situa a casa dos pais como *locus* para o convívio. Outro aspecto que merece destaque é a pluralidade de ideias que povoava a casa dos Kemp, sendo identificados membros proeminentes da Igreja Católica, do Templo Positivista e até mesmo de membros ligados ao Espiritismo³⁴.

Essa liberdade de pensamento parece ter sido incentivada e sugere o tipo de educação proporcionada no ambiente familiar dos Kemp:

Hercília, nascida no Rio de Janeiro, era o que se podia chamar de uma mulher à frente de seu tempo. Era livre em seu agir e em seu pensar como ela própria chegou a afirmar: “eu penso com liberdade” (UBATUBA DE FARIA, 1986, p. 84). Esse perfil, que lhe permitiu o livre pensar, em momento algum divergiu da imagem do que se costumava chamar de “moça de família” que a solidez e a tradição da família Kemp requeriam. Hercília, que concluiu seus estudos na Escola Normal, era fluente em francês. A fluência em um segundo idioma lhe oportunizou ser financeiramente independente na medida em que foi professora na Escola Aliança Francesa do Centro Franco-Brasileiro. O domínio do idioma era suficiente para que ela, em mais de uma ocasião, fosse confundida com uma francesa nativa por professores visitantes. Além de professora de francês, Hercília era poetisa, tendo publicado, em sua maturidade, três livros com versos em português e em francês intitulados. [...] (BARRETO, 2017, p. 136)

Retomando o círculo social apontado por Hercília, Barreto aponta que dentre as pessoas que teriam sido uma inspiração, “[...] Hercília menciona também o pensador hindu Krischnamurti e o Papa João Paulo II” (BARRETO, 2017, p. 146). No entanto, Barreto (2017) salienta que Hercília afirma expressamente não ter conhecido nenhum dos dois pessoalmente, o que sugere que os demais apontados faziam efetivamente parte de sua rede de relações pessoais.

E seguindo a lista de nomes, em seus escritos Hercília aponta, além de nomes ligados à política e a à religião, também personalidades ligadas às artes e à educação.

³⁴ Sobre isso Barreto (2017) afirma em nota que: Emílio Kemp e Zeferino Brasil, seu amigo e vizinho, aparecem entre os poetas que supostamente teriam ditado poemas através da psicografia à Francisco de Paula Cândido [Chico Xavier], na obra Antologia dos Imortais, de 1963. O fato de seu pai e seu amigo estarem relacionados a esta obra pode ter influenciado Hercília com relação a esta doutrina em sua maturidade.

Zeferino Brasil ,
Poeta rio-grandense,
Vizinho de meu pai.

Pintor Di Cavalcanti
Amigo do meu falecido esposo.
Procópio Ferreira, artista,
Amigo de meu pai,
Nos meus 15 anos,
Recitou o monólogo das mãos.

Madame Suzanne Burtin Vinhales, 95 anos,
Formada pela Escola Normal de Paris,
Professora Excelsa, amiga dedicada,
Espírito sempre jovem.
Condecorada pela França, homenageada pelo Brasil.

Batista Luzardo, último caudilho,
Embaixador do Brasil no Uruguai,
Convidou-me a lecionar português
No Cultural Brasileiro Uruguaio.
Queria que eu ficasse no Itamarati.

Urbanista Lúcio Costa,
Amigo do meu falecido esposo.

Albert Camus,
Escritor Francês,
Realizou uma palestra a meu convite
No Instituto de Educação Gal. Flores da Cunha.

Professor Agache,
Urbanista francês,
Amigo do meu falecido esposo.

Margarida Lopes de Almeida
E Berta Singerman – declamadoras.

(UBATUBA DE FARIA, 1986 apud BARRETO, 2017, p. 147))

Assim, é possível perceber através da rede de contatos mencionada por Hercília, o quão influente eram as relações sociais partilhadas por sua família, seja por parte de seu marido, seja por parte do pai, ou por si mesma. O fato é que seus escritos demonstram claramente o ambiente em que foi criada, bem como as relações mantidas por Kemp, o que parece ter influenciado suas vivências na vida adulta. Embora os registros se resumam às percepções de Hercília em relação aos círculos sociais com os quais conviveu e a presença constante de Emílio Kemp nessas memórias, não sendo possível afirmar como isso se dava em relação aos outros membros da família como a esposa e as outras filhas, se pode supor que o mesmo tenha exercido sua marca nestes também. O fato é que, os escritos deixados por Hercília permitem intuir que a presença do pai em sua vida influenciou, ao menos em

parte, a pessoa que ela se tornou: uma mulher forte, culta, de pensamento livre e postura altruísta, segundo indicam as referências.

Para além dos muros de sua casa, Kemp ocupou outros espaços onde pôde exercer suas ideias, como na arena política e nas artes. É válido ressaltar que suas atuações na esfera cultural e na política se davam de forma imbricada, uma vez que suas atividades na esfera da cultura foram pautadas por seus posicionamentos políticos, como se verá a seguir. À exemplo disso, na Era Vargas houve um movimento levado adiante visando a organização dos festejos carnavalescos em Porto Alegre, que teve o protagonismo de intelectuais ligados à imprensa, com o auxílio do poder público. Ao pesquisar sobre o tema nas décadas de 1930 e 1940, o autor Marcus Vinícius de Freitas Rosa (2008) afirma que

Ao longo de todo o período pesquisado, foi comum a constituição de grandes “comissões organizadoras” dos festejos carnavalescos, em sua maioria composta por jornalistas, mas que também contavam com indivíduos de profissões diversas. Tais comissões, com o auxílio dos poderes públicos, tinham por objetivo “administrar” os “folguedos populares” da cidade, através da elaboração de programas de atividades, da realização de desfiles e concursos. [...] as referidas comissões manifestaram uma característica constante: a postura normatizadora e a tendência a tratar os folguedos como a manifestação de uma “identidade nacional”. Assim, os homens de jornal – desde antes do Estado Novo – foram responsáveis, ao lado dos poderes públicos, pela construção de um sentido amplo e totalizante para o carnaval. Contando, além dos jornalistas, com escritores, pintores, escultores e músicos – que atuaram nas comissões julgadoras dos concursos e desfiles – , as comissões que “tomaram a si” a tarefa de “gerenciar” e “moldar” os carnavais da cidade foram compostas majoritariamente por integrantes das elites culturais porto-alegrenses. (ROSA, 2008, p. 147)

Ao falar sobre a preocupação com a dispersão das comemorações carnavalescas Rosa salienta que “Foi em 1931 que, *‘reconhecendo o grande inconveniente da dispersão’* dos folguedos pela cidade, uma verdadeira ‘comissão de notáveis’ desejou unificar o carnaval porto-alegrense [...]” (ROSA, 2008, p. 148). Dentre estes “notáveis” figurava o nome de Emílio Kemp³⁵, conforme nota veiculada pelo *Correio do Povo* naqueles dias (ROSA, 2008). As evidências apontam que havia uma forte ligação entre estes intelectuais e o poder público, como indica Rosa (2008, p. 149-150):

³⁵ A participação de Emílio Kemp em comissões e entidades culturais não se configura em um fato isolado. Anteriormente, em 1913 ajudou a fundar, juntamente com outros intelectuais (Mario Totta, Leonardo Truda, Pedro Weingartner, entre outros) o Centro Artístico de Porto Alegre, cujo objetivo era desenvolver o gosto pelas artes e adquirir obras de arte (ver: BOHNS, 2005), além de ter participado das Academias e Letra Rio-grandense e Fluminense, já referidas anteriormente.

Naquele período, como já foi dito, os grandes responsáveis pelo “gerenciamento” do carnaval eram os jornalistas, mas eles contavam com o auxílio e a anuência dos poderes públicos. A referida comissão organizadora do carnaval de 1931 visitou o general Flores da Cunha, interventor federal no Rio Grande do Sul, comunicando sua aclamação como “*presidente honorário das festas*”. Na mesma ocasião, entregou ao governador um ofício no qual solicitava um abatimento nas passagens da Viação Férrea, “*a fim de que grande número de pessoas residentes no interior do estado pudesse assistir as homenagens a Deus Momo*”. Flores da Cunha não recusou a solicitação: os preços das passagens de trem para a capital gaúcha sofreram uma redução de 50% durante o tríduo momesco. (Grifo do autor)

Rosa (2008) salienta que nos anos subsequentes a dinâmica acerca dos festejos seguiu no mesmo formato, sob o gerenciamento dos homens das letras, com o aval do poder público. Ainda segundo o autor, a ideia era aos poucos ir conformando um ideal nacionalista, a partir dos festejos carnavalescos, dentro dos parâmetros normatizados pelos organizadores que possuía entre seus nomes reconhecidos intelectuais gaúchos de várias áreas. Por exemplo, no mesmo ano em que Emílio Kemp participou

A comissão julgadora do concurso oficial do carnaval de 1931, além de vários jornalistas, contava também com Ângelo Guido, pintor; Fernando Corona, escultor; Tasso Corrêa, advogado e professor do Conservatório de Música do Instituto de Belas Artes; e Mário Totta, médico e presidente do Clube Jocotó³⁶. (ROSA, 2008, p. 155)

Conforme já mencionado havia um intuito normatizador e unificador por trás da atuação dessas comissões, tendo sempre à sua frente a direção da intelectualidade. Para Velloso (1987, p. 34) “[...] ficam claro, portanto, os esforços do governo no sentido de utilizar as manifestações da cultura popular como canal de difusão da ideologia oficial”. Sobre este aspecto Rosa (2008, p. 157) salienta que

Naqueles anos em que os cronistas carnavalescos “tomaram a si” a administração dos festejos de Momo, verifica-se uma forte ação normativa: eles elaboraram programas e regulamentos para os desfiles e elogiaram as formas de conduta consideradas “corretas”, “ordenadas” e “bonitas”. Para os homens da imprensa e para os integrantes das comissões julgadoras, esses dias de festa constituíam um momento privilegiado para atuar sobre os costumes, tradições, práticas e sentidos dos foliões de rua. Desta maneira, foram definidas normas e regulamentos através dos quais os jornalistas

³⁶ O autor cita ao longo do texto, nos anos seguintes, diversos nomes que se fizeram presentes nestas comissões, ou como organizadores ou como julgadores. Além dos citados se pode destacar: Érico Veríssimo, Francisco José Bertaso, Thomaz Thompson Flores, Alcides Barros Cassal, José Leonardi, entre muitos outros nomes ligados aos veículos de imprensa, ao universo da moda e das artes.

buscavam dar um formato às práticas dos festeiros que eles classificavam como “populares”. Para vencer esses concursos, os grupos de foliões tinham que se adequar aos valores dos jurados e, assim, na visão desses últimos, passavam por um processo de “refinamento” cujo objetivo era “elevar a qualidade” de suas músicas, fantasias e formas de apresentação pública.

Assim, verifica-se que a atuação das comissões assumiu um papel identificado com a missão a ser cumprida pelas mentes ilustradas, de conduzir o povo rumo ao progresso e a civilidade. Nos anos seguintes e até o golpe do Estado Novo, em 1937, coube majoritariamente a estes indivíduos, ligados especialmente à imprensa, a função de dirigir os festejos. “[...] Em Porto Alegre, o rádio e a imprensa escrita, veículos compreendidos como mediadores entre o Estado e as ‘massas’, tiveram importante papel na construção da imagem de uma ‘unidade nacional’ (ROSA, 2008, p. 170). No entanto, a partir da era estadonovista, especialmente após o ano de 1939, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o Estado tomou para si a incumbência de estabelecer as regras e normas dos carnavais, contudo, sem abrir mão da colaboração da intelectualidade local. No ano de 1940, a comissão, ao contrário do que acontecia nos anos de 1930, foi presidida por um representante do poder público.

Com o objetivo de elaborar o programa para os folguedos que deveriam “animar o povo”, a Comissão Diretora do Carnaval Oficial de 1940, escolhida pelo prefeito Loureiro da Silva, se reuniu na sede da Associação Riograndense de Imprensa. Composta por jornalistas e “broadcasters”, o grupo foi presidido por Nilo Ruschel, representante da Prefeitura. Também fizeram parte dela Adail Borges Fortes da Silva, do *Correio do Povo*; Adil Borges Fortes da Silva, da *Folha da Tarde*; Raul Castilhos, do *Diário de Notícias*; Arnaldo Balvé, da Rádio Farroupilha; Waldy Rodrigues, da Rádio Gaúcha; e Nelson Lança, da Rádio Difusora. Também integrou a comissão o jornalista e escritor Carlos Reverbel. (ROSA, 2008, p. 170)

Importante analisar que independente de quem estivesse no comando da organização dos festejos, o fato é que pelo menos na maior parte do tempo houve uma fina sintonia entre o pensamento e as ações dos intelectuais envolvidos nas comemorações de carnaval e o governo. Esta espécie de simbiose é reforçada em publicações feitas em jornais da época, por exemplo,

De acordo com Gláucia Konrad, as páginas do *Jornal do Estado*, no ano de 1940, defenderam a necessidade do “esforço dos intelectuais”, dos “homens de letras”, daqueles que podem “escrever e falar” ao “povo brasileiro” com “elegância e agilidade” em prol da realização daquela “cruzada necessária” que era a “nacionalização”. Durante o Estado Novo, ficou evidente a

importância dos intelectuais, principalmente jornalistas e escritores, para a efetivação da “mobilização nacionalista” e a defesa do regime varguista³⁷. (KONRAD, 1994 apud ROSA, 2008, p. 170-171)

Retomando a análise central da pesquisa, é possível identificar nas ações de Kemp uma consonância com a atuação de uma boa parcela da intelectualidade gaúcha, que apoiou o Estado varguista, não somente no contexto do Estado Novo, mas, conforme indicam algumas fontes, desde o seu início:

Quando eclodiu a Revolução de 1930, Mansueto Bernardi acompanhou Getúlio Vargas ao Rio de Janeiro. [...] No dia seguinte à deflagração da revolução, Mansueto lançou pela Revista do Globo o “Manifesto dos Intelectuais” gaúchos em apoio à Revolução. Este “Manifesto” é significativo do endosso dos intelectuais gaúchos à Revolução. Mas é também uma forma de mobilização coletiva, de afirmar simbolicamente a sua participação relevante no processo. É interessante notar que o “Manifesto” é lançado por uma empresa particular, não-oficial, apesar dos estreitos vínculos de seu diretor com os políticos locais. É uma forma de dizer que a esfera intelectual, lançando mão dos seus próprios recursos de reconhecimento público, não-oficial, e balizada pelas suas próprias regras de legitimação fornecia apoio aos agentes do campo político. [...] Foram signatários desse manifesto expressivos nomes da elite intelectual do Rio Grande do Sul.³⁸ (MARTINS, 2015, p. 122-123)

Desse modo, Emílio Kemp, assim como outros nomes expressivos da intelectualidade gaúcha, emprestaram sua voz para dar apoio ao Estado varguista, em diferentes momentos, alinhando-se ao discurso nacionalista e homogeneizante

³⁷ Ainda de acordo com Konrad (apud ROSA, 2008, p. 171) em Porto Alegre, colaboraram com o Estado Novo intelectuais como Guilhermino César, Athos Damasceno, Ângelo Guido, Moysés Vellinho, Dante de Laytano, Emílio Kemp e Reinaldo Moura. Segundo a autora, as posições desses intelectuais não foram rígidas. Adaptaram-se às orientações estado-novistas, conquistando cargos que propiciavam *status* social e criavam oportunidades de viagens, bons salários e espaço na imprensa. Entretanto, quando o Estado Novo começou a dar sinais de desgaste, muitos deles começaram a defender a redemocratização, assumindo posições mais liberais. Konrad argumenta que, a partir de 1944, apesar da heterogeneidade em termos políticos e ideológicos, predominou nesse grupo de escritores, jornalistas e intelectuais uma oposição ao Estado Novo.

³⁸ A nominata completa dos signatários do Manifesto é a seguinte: Alcides Maya, André Carrazzoni, Augusto Meyer, Athos Damasceno Ferreira, Adroaldo Mesquita da Costa, Angelo Guido, Carlos Dante de Moraes, Clemenciano Barnasque, Darcy Azambuja, Dante de Laitano, Edgar Luiz Schneider, Ernani Fornari, Emílio Kemp, Eduardo Duarte, Fábio de Barros, Fernando Caldas, Isolino Leal, João Carlos Machado, José Carlos de Souza Lobo, Lindolfo Collor, Leonardo Truda, Luiz Vergara, Maurício Cardoso, Mansueto Bernardi, Mario Totta, Martins Gomes, Moysés Vellinho, Mem de Sá, Manoel de Faria Correa, Mário de Sá, Pedro Vergara, Paulo Correa Lopes, Raul Pilla, Roque Callage, Raul Bitencourt, Raymundo Golçalves Vianna, Ruy Cirne Lima, Renato Costa, Rubem Machado da Rosa, Raul Totta, Sérgio de Gouvea, Teodomiro Tostes, Telmo Vergara, Vargas Netto, Waldemar Vasconcelos, Zeferino Brasil. Cf. MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. 2015. 277 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2015.

assumido nesse período. A partir desta constatação, somada a trajetória de Emílio Kemp na área da educação, é possível afirmar que sua postura estava em consonância com o cenário nacional da época, com o advento da reforma educacional, a partir dos preceitos escolanovistas, de sua proximidade com a doutrina positivista, cujos valores centrais estavam ligados ao culto à pátria, a liberdade e ao progresso, e posteriormente ao dar apoio ao governo de Vargas. Em relação ao papel dos intelectuais na sociedade, Rosa (2008, p. 171) aponta que

Em diferentes momentos da história brasileira, os intelectuais assumiram uma espécie de “ideal de representação”, ou seja, reivindicavam a tarefa de falar em nome de grupos sociais supostamente considerados como “destituídos de discernimento” e de “capacidade de expressão”. No mesmo sentido, “tomaram a si” o papel de guias da “consciência nacional”. Durante o Estado Novo, eles foram tratados pelos poderes públicos como “o grupo mais esclarecido da sociedade” e participaram do projeto político-pedagógico destinado a difundir a ideologia nacionalista do regime e “educar” a coletividade. Em Porto Alegre, nesse mesmo período, os indivíduos que desempenharam essa tarefa estavam sobretudo ligados à imprensa.

Nesse sentido, a atuação de Emílio Kemp, juntamente com outros espectros da intelectualidade gaúcha denotam sua “vocação” para conduzir a sociedade, rumo ao esclarecimento, à civilidade e à conformação de uma identidade nacional. Kemp exerceu seu papel de intelectual em vários espaços na cena gaúcha, ocupando cargos de prestígio, especialmente na arena política. Um destes *locus*, onde pôde exercer sua influência, foi a Escola Normal, onde atuou como professor e diretor, como se verá a seguir.

3.4 O educador: a síntese de um intelectual mediador

Emílio Kemp foi designado como diretor da Escola Normal (1927-1935), através de uma indicação de Borges de Medeiros. E para compreender a relevância de tal gesto, cabe uma breve contextualização do lugar ocupado pela instituição no cenário gaúcho da época.

A Escola Normal foi criada na província do Rio Grande de São Pedro somente em 1869. A primeira escola normal do Brasil data da década de 1830, com a fundação da Escola de Niterói em 1835 e da Escola Normal de São Paulo, em 1846. A lei que regulamentava a criação de escolas era o Ato Adicional de 1834, o qual deixava claro que as Assembleias Provinciais eram as responsáveis em legislar sobre o assunto. (GONÇALVES, 2013, p. 31-32)

A criação de uma escola normal tinha em vista dois aspectos. Por um lado, a necessidade de se formar professores, diante da escassez dos quadros e, por outro lado, o receio quanto às questões de segurança pública. Conforme Gonçalves (2013, p. 32) “O debate sobre instrução pública e, conseqüentemente, da formação de professores estava muito ligado ao pensamento da época que a relacionava com segurança social e, até mesmo, às normas de civilidade”.

Para compreender melhor o contexto que deu origem à Escola Normal, se faz necessário olhar o cenário nacional da época. Conforme Gonçalves (2013) a partir da década de 1860, o Brasil passou a ter contato com processos de consolidação da educação através de exposições universais,

A cada exposição, o Brasil anuncia evidências de um compromisso crescente com a educação, acompanhando a tendência geral da época, como, por exemplo, a criação de escolas noturnas para adultos; de estabelecimentos de educação e instrução profissional para as crianças desvalidas; de escolas normais; a instalação de bibliotecas populares e de gabinetes de leitura; a realização de conferências pedagógicas; em síntese, a adoção de alguns símbolos da modernidade educacional (BASTOS, 2002, apud GONÇALVES, 2013, p. 33).

Nesse sentido, o fim do Império e o advento da República trouxeram mudanças na cena política nacional, o que alterou também o contexto social rio-grandense, e conseqüentemente os ideais para a educação. Conforme Gonçalves (2013, p. 47) a educação “[...] passou a ter um caráter de construção do cidadão, trabalhador, conhecedor dos seus direitos e deveres, com liberdade para fazer suas escolhas, desde que estivesse de acordo com a ordem e o progresso ditadas pelo Estado”.

No Rio Grande do Sul estas mudanças não ocorreram de forma drástica, tendo sido orientadas por políticos, que de certa forma, eram conservadores. Mesmo após a ascensão do Partido Republicano não houve mudanças na direção da Escola Normal, permanecendo Alfredo Clemente Pinto, mesmo após a Proclamação da República, o que se explica provavelmente pelo fato do mesmo ter se filiado ao PRR, quando este assumiu o poder (GONÇALVES, 2013). Desse modo, se percebe uma certa “acomodação” entre o antigo e o novo, o que não implica afirmar que o novo regime não trouxe mudanças. Sobre a conjuntura social que levou a passagem do Império para a República, Corsetti (2007 apud GONÇALVES, 2013, p. 47-48) sinaliza um duplo movimento:

[...] o da rejeição da velha ordem e o da proposta de construção de outra. Destaca-se ainda que para os agentes sociais envolvidos surgia uma nova realidade, a modernidade e seus respectivos valores, que significavam reordenar a sociedade tendo como fundamento a igualdade e a liberdade de seus integrantes. Essa sociedade emergente criticava a sociedade hierárquica e escravista, porque se opunha à ideia de sociedade moderna com as supostas igualdade e liberdade dos seus agentes. A constituição dessa nova sociedade passava por um reordenamento, a partir da construção de novas formas de dominação, que dessem conta da nova ordem, de como dominar homens livres e formalmente iguais. Isso, no entanto, demandaria novas estratégias diferenciadas de poder. Nessa nova perspectiva educacional, o atraso passou a ser identificado com a sujeira, a feiúra, a doença, a ignorância, a prostituição, a loucura, a vadiagem, a morte, ou seja, com a desordem que deveria ser eliminada. Por outro lado, o progresso era representado pela limpeza, pelo embelezamento das cidades, pela saúde, pela reprodução da vida, pela educação, bem como, pela disciplina, pela ordem, pela produtividade, pela lucratividade.

Os novos tempos preconizados estavam estreitamente ligados aos preceitos idealizados pelos positivistas, com o qual Emílio Kemp se identificava. As diretrizes na educação também refletiam a chegada da modernidade. Os indícios encontrados sugerem que no campo da educação que Kemp pôde colocar em prática as ideias que conformavam sua visão de mundo. Ocupar o cargo de diretor da Escola Normal, lhe garantiu ao mesmo tempo prestígio no cenário político e novas possibilidades de atuação como intelectual.

Quanto ao papel ocupado pela Escola Normal na sociedade da época Guacira Louro, na obra *Prendas e Antiprendas: uma escola de mulheres*, publicada em 1987 afirma que

Sendo uma escola oficial, ligada ao estado, localizada na capital, e tendo como suas dirigentes pessoas de confiança do governo, nela é possível perceber expressivamente as mudanças políticas do Rio Grande e do país. Para ela também se canalizam os esforços e apoios no sentido de que possa acompanhar novas idéias e processos pedagógicos que surgem (LOURO, 1987, p.13)

Assim, o fato de Borges de Medeiros ter indicado Emílio Kemp para dirigir a Escola Normal não deve ser visto como uma decisão aleatória, uma vez que “[...] o cargo de diretor da Escola tinha conotação política e social de prestígio na sociedade porto-alegrense”. (GONÇALVES, 2013, p. 261). Portanto, as designações eram definidas tendo em vista o alinhamento do proponente ao cargo com os direcionamentos do Governo. Assim, a predileção refletia por um lado o prestígio do

eleito para o cargo e por outro a dava destaque a Escola Normal, vista como uma vitrine da educação rio-grandense. A instituição era tomada como um modelo a ser seguido pelas outras escolas, especialmente no que se refere aos aspectos pedagógicos. Conforme Gonçalves (2013, p. 58):

A Escola Normal aplicava os conhecimentos escolanovistas, embora não fosse uma prática orientada oficialmente pelo Estado. Como esteve sempre na vitrina das escolas estaduais, os atos políticos do governo estadual interferiam diretamente nos projetos pedagógicos e no quadro de professores da Escola. Desde o governo de Borges de Medeiros até a campanha de nacionalização do Estado Novo as ações governamentais tiveram influência direta de professoras e alunas da Escola.

Desse modo, a Escola Normal passava a ser considerada um lugar de vanguarda, colocando em prática as novidades pedagógicas. O escolanovismo, visto como uma inovação frente à escola tradicional que privilegiava a memorização mecânica, propunha, em contrapartida, uma escola ativa “[...] onde o processo de se centraria mais no aluno e onde os métodos e técnicas passariam a ser mais valorizados do que os conteúdos”. (LOURO, 1987, p. 16). A autora ao situar o período em que mudanças ocorreram no Brasil afirma que

As décadas de 20 e 30 são plenas de modificações sociais, políticas e culturais no país e representa uma modernização da sociedade brasileira. No âmbito educacional este é o momento de ascensão da Escola Nova, uma tendência que impressiona e entusiasma os educadores brasileiros da época (LOURO, 1987, p. 15)

Aos poucos a Escola Normal foi ganhando cada vez mais reconhecimento e prestígio, servindo inclusive como fonte de propaganda política, especialmente após o início da Era Vargas.

A partir de 1930, quando o Rio Grande do Sul passou a ser governado pelo General Flores da Cunha como interventor e, após, como governador. Em seus mandatos, várias medidas foram adotadas para a organização administrativa da educação [...] A educação passou a ter outra conotação para o Estado. E a escola normal adquiriu uma importância significativa nos projetos relacionados à educação por parte do governo estadual, pois representaria um sinal da modernidade no estado. Em 1935, o então governador General Flores da Cunha mandou construir um novo prédio para a Escola Normal. Só para se ter uma ideia do patamar de importância que a construção do novo prédio tinha para a administração estadual, o parque em que foi construído tal prédio tinha sido projetado pelo arquiteto e urbanista francês Alfred Agache para ser aproveitado para a Exposição do Centenário

da Revolução Farroupilha (MONTEIRO, 2007 apud GONÇALVES, 2013, p. 58).

A notícia sobre a construção do novo prédio da Escola Normal ganhou notoriedade. Conforme aponta Rheinheimer (2018) na época, Emílio Kemp, sendo então o diretor da Escola foi entrevistado

Em 1934, Emílio Kemp concedeu uma entrevista ao Jornal da Noite confirmando a presença de uma equipe incumbida de realizar a construção da nova sede da Escola Normal, a construção iniciou ainda em 1934. O diretor ressaltou que era necessário que o novo edifício satisfizesse plenamente a finalidade de uma Escola Normal moderna. (RHEINHEIMER, 2018, p. 63)

O projeto de construção da nova sede para a escola era constituído por um conjunto arquitetônico composto por três edificações, que foi idealizado e executado na década de 1930 pelo espanhol Fernando Corona, que se estabeleceu em Porto Alegre, em 1912 (BONFADA, 2017). Em suas memórias, deixadas em forma de diários, Fernando Corona em uma passagem descreve como ocorreu a conversa entre ele e o general Flores da Cunha, e ao contar a história relembra que após medir o terreno na av. Osvaldo Aranha, fez uma visita a Emílio Kemp na Escola Normal, antes de iniciar o anteprojeto. Nesse sentido Fernando Corona, ao conceber e realizar o prédio da Escola Normal, teve em Emílio Kemp um facilitador e orientador dos seus passos e projetos³⁹.

A aproximação com o centenário farroupilha fez com que a obra fosse executada em um tempo exíguo. “A construção do prédio iniciou-se em setembro de 1934 e foi concluída em agosto de 1935” (CANEZ, 1998, p. 66). Sobre este projeto, Corona viria comentar em suas memórias: “Tive muita felicidade ao projetá-la e não é só a beleza que ainda encontro na obra, mas porque a dirigi e administrei” (CORONA, 1946 apud CANEZ, 1998, p. 67). Ainda no que diz respeito ao conjunto arquitetônico Corona explica:

Como sempre condenei áreas fechadas, [...], onde os espaços livres são amplos e arejados. Coloquei o jardim de infância com face ao interior do parque, intercomunicável por uma pérgula. Centralizei o pequeno auditório para a música, colocando o pavilhão de ginástica, livre. (CORONA, 1946 apud CANEZ, 1998, p. 67)

³⁹ Informações extraídas da página na internet Estudos de Arte, de autoria do professor Círio Simon, onde traz trechos dos diários de Fernando Corona. Para mais informações, disponível em: <http://profcirosimon.blogspot.com.br/2017/04/199-estudos-de-arte.html>. Acesso em dez. 2021.

Nesse sentido Bonfada (2017) aponta que embora primeiramente o prédio tenha servido para celebrar o centenário da Revolução Farroupilha, em 1935, não restam dúvidas de que o objetivo central da obra era projetar um conjunto escolar, com o intuito de abrigar as normalistas.

Sobre o estilo da construção Canez (1998) afirma que Corona se utilizou do método mimético de analogias visuais, a partir do modelo do Templo de Artemis e retirou algumas partes ou fragmentos para conferir um significado de monumentalidade que foram usados nos acessos principais e saliências volumétricas das extremidades. Nos outros prédios, como o Jardim de Infância e o Pavilhão de Ginástica, ele limitou-se a fazer referências aos elementos clássicos, e a ordem colossal era sugerida pelo relevo da estrutura das paredes, como se fossem pilastras (CANEZ, 1998).

Assim, evidencia-se que a construção estava longe de representar uma obra austera, ao contrário, de acordo com Possamai (2005) ao analisar álbuns de fotografias de Porto Alegre nas décadas de 1920 e 1930 destaca que

[...] o estilo arquitetônico da Escola Normal, assim como o Palácio Piratini, a Biblioteca Pública, a Delegacia Fiscal, os Correios e Telégrafos e o Colégio Elementar Fernando Gomes, foram construídos num contexto que, utilizando uma heterogeneidade de estilos que caracterizava o ecletismo arquitetônico essas edificações estruturavam uma nova paisagem urbana, que correspondia ao imaginário de modernidade da época, tendo sido valorizadas nas remodelações realizadas por estarem afinadas com o princípio de embelezamento da cidade presente no plano proposto. É interessante ver que essas edificações – erguidas no espaço urbano de Porto Alegre com o objetivo de se configurarem como monumentos positivistas – ao passo que dotavam o desenho urbano de maior beleza e suntuosidade, nas imagens fotográficas têm reforçada a sua função memorial (POSSAMAI, 2005, p. 72-73).

A realização de tal obra se insere em um contexto, conforme mencionado por Possamai (2005), de consagração do moderno, da urbanidade. Para Gonçalves (2013) essas mudanças se situam no centro dos novos interesses do governo varguista.

Com a criação do Ministério da Educação e a ampliação das escolas estaduais, a partir de 1930, houve mudanças na situação da instrução pública. Neste sentido, tanto o governo federal quanto o estadual procuravam divulgar suas ações. Em 1934, o interventor federal, general Flores da Cunha ordenou a construção do novo prédio para a Escola. Artigos e manchetes sobre isso foram muito frequentes, e, na maior parte das vezes, a construção

do prédio estava associada à ideia de grande inovação na Instrução Pública e a construção de monumentalidade e representatividade da Escola Normal. (GONÇALVES, 2013, p. 271)

Desse modo, cada vez mais a Escola Normal foi tornando-se um espaço destacado no contexto porto-alegrense, sendo presença constante em notícias em periódicos

Cada vez mais notas sobre solenidades na Escola Normal ganhavam espaço, abaixo tem-se um recorte de artigo sobre as homenagens que as normalistas prestaram aos seus professores e paraninfo da turma. [...] Uma prática da cultura escolar evidenciada nas notícias sobre a Escola Normal eram os Clubes de Leitura. A escola homenageou Emilio Kemp e o General Flores da Cunha em seus clubes de leitura. A prática iria ser bastante difundida ao longo da década de 1930, principalmente a partir da Reforma de Francisco Campos, que procurava incentivar o gosto pela leitura nas escolas. (GONÇALVES, 2013, p. 269-270)

A conotação política por vezes assumia um caráter bastante explícito, como quando no ano de 1935, Emílio Kemp sugeriu a alteração do nome da Escola Normal, acrescentando o nome do General Flores da Cunha. A alteração do nome da escola deu ainda mais visibilidade para a mesma, conforme aponta Gonçalves

Em 03 de abril de 1935, em reunião dos lentes dirigida pelo diretor Emilio Kemp, foi realizada a alteração do nome da escola para Escola Normal General Flores da Cunha, assim permanecendo até 1939, quando foi transformada em Instituto de Educação. A alteração do nome da escola para o nome do governador pareceu dar mais visibilidade nas notícias sobre a mesma. Em 1935, várias notas e artigos de grande destaque foram publicadas em A Federação, inclusive com fotografias do novo prédio que estava sendo construído ou de autoridades e normalistas em atividades festivas. O uso da fotografia pelos periódicos servia tanto ao processo de construção de uma imagem de modernização da cidade quanto ao projeto educacional do Estado, as representações de cerimônias e eventos da Escola Normal, exemplificavam essa modernidade. (GONÇALVES, 2013, p. 273)

As novas edificações da Escola Normal eram constantemente noticiadas nos periódicos da capital. De acordo com Gonçalves (2013) eram constantes os elogios ao novo conjunto arquitetônico. Ao mencionar um artigo de capa a autora comenta que

A segunda reportagem da metade inferior da capa tinha o artigo intitulado, O edifício da Escola Normal Flores da Cunha e suas instalações, com uma foto da Escola no centro. O texto tratava das características físicas do prédio, com muitos elogios, tais como: “uma impressão de surpreendente grandiosidade com a imponência severa e harmoniosa da fachada e o aspecto geral do edifício, admiravelmente equilibrado no jogo de suas linhas e na disposição

das suas massas de conjunto”. Ao longo do texto, outras palavras elogiosas foram usadas para descrever o novo prédio da Escola Normal. O texto estava de acordo com o pensamento sobre educação do período, o que pode ser exemplificado no trecho a seguir: “a disposição interna, não é menos surpreendente do que o aspecto exterior do edifício. Todos os requisitos de higiene, comodidade, técnica pedagógica e iluminação de uma escola modelar moderna foram rigorosamente observados”. Além das instalações internas do prédio principal, estavam descritas as instalações do Jardim de Infância e do Pavilhão de Ginástica. Sobre o prédio do Jardim de Infância destacava-se: “Do corpo principal do edifício passa-se, por debaixo de uma elegante pergola de estilo grego, para o pavilhão destinado ao Jardim de Infância, dividido em quatro salas de aulas de 25 alunos cada uma. Uma extensa e espaçosa galeria, aberta para o pátio, percorre a extensão do pavilhão, levando para uma grande sala de merenda, que tem instalações adequadas para o gracioso mundo infantil. No pavilhão do Jardim de Infância encontra-se também uma sala de higiene e puericultura”. (GONÇALVES, 2013, p. 277)

Um aspecto que se destaca diz respeito ao fato de que os elogios não se restringiam a configuração externa do conjunto arquitetônico, mas também ao seu interior. Salientavam a preocupação com os aspectos pedagógicos, de higiene e até de iluminação. Um dos prédios de destaque era o do jardim da infância, contendo uma sala de higiene e de puericultura. Levando em conta a participação atuante de Kemp na idealização do projeto, conforme as palavras do próprio Fernando Corona, não causa surpresa que a nova escola tivesse salas destinadas à higiene e ao cuidado com o desenvolvimento infantil.

No que se refere a sua atuação como professor, embora existam indícios sobre sua atuação como professor na Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre, na Escola Superior de Comércio de Porto Alegre, na Escola Normal de Porto Alegre⁴⁰, à exceção de uma breve menção a sua prática docente na Escola Normal (como se verá um pouco adiante), não foram encontradas maiores informações sobre sua atuação como docente nesses espaços. Esse fato se configura em uma lacuna, que infelizmente limitou as possibilidades analíticas acerca da atuação de Emílio Kemp como educador. Como já mencionado, o atual contexto, em que se enfrentam limitações aos espaços de pesquisa, por questões de segurança sanitária, não permitiu avançar nesse aspecto. No entanto, acredita-se que os indícios apontados possam servir no futuro como proposições para novas pesquisas.

Voltando a análise da atuação de Kemp dentro da Escola Normal, há indícios que apontam sua ingerência sobre vários assuntos ligados à Escola, até mesmo no

⁴⁰ Ver: FRAGA, 2012; MARTINS, 1978; MUHM, 2021; STEPHANOU, 1999.

que se referia às publicações feitas pelo Grêmio estudantil da Escola Normal, conforme Fraga (2012) evidencia em sua dissertação sobre a imprensa estudantil e as práticas de escrita e leitura, a partir da análise da revista *O Estudo*, entre os anos de 1922 a 1931

Ao pesquisar no Instituto de Educação à procura de informações acerca da revista, encontrei um papel, com uma anotação manuscrita sem maiores detalhes de quem a escreveu e de onde a retirou, contendo a seguinte transcrição:

Em 1928 a revista era impressa nas oficinas dirigidas pelo Cônego Leopoldo Neis. Off. n. 77
15/06/1930.

Illmo. Sr. J. R. da Fonseca e Cia.

Conforme autorização do Sr. Secretario do Interior podeis imprimir a revista "O Estudo" do grêmio de estudantes desta Escola, correndo a despesa por conta do Thesouro do Estado.

O preço da página da revista será de vinte mil réis, não podendo cada número ter mais de 50 páginas.

Saúde e fraternidade

Director

Por essa anotação, percebe-se que a tipografia Centro da Boa Imprensa foi substituída e os serviços de J. R. da Fonseca foi contratado, responsável pela edição n.1 de agosto/1930. Essa pequena anotação também traz outras informações, a de que a revista era impressa com o financiamento de dinheiro público e que o diretor da escola, que na época era Emílio Kemp, interferia no processo editorial estipulando o número total de páginas e o valor de capa da revista. Não há, contudo, mais detalhes sobre a tiragem do impresso. (FRAGA, 2012, p. 63)

As evidências encontradas apontam que os conteúdos das publicações estudantis estavam em plena consonância com os novos métodos de ensino em voga nesse período. A autora Andréa Silva de Fraga em sua tese intitulada *Trajatórias de alunas-mestras a professoras intelectuais da Educação no Rio Grande do Sul (1920 a 1960)*, procura abordar as produções realizadas pelas alunas-mestras da Escola Normal

Na década de 1930, na segunda fase da produção, a revista *O Estudo* publica quase que inteiramente textos de suas alunas tratando de assuntos "científicos e didáticos", com o objetivo de difundir os modernos métodos de ensino praticados na Escola Normal de Porto Alegre aos demais cantos do Estado. Buscavam legitimidade com um saber pedagógico embasado nos seguintes aspectos: *de tipo novo, moderno, experimental e científico* (CARVALHO, 2001 apud FRAGA, 2017, p. 111. Grifo da autora).

Em outra publicação, a autora aponta um artigo sobre museus escolares, escrito por uma das alunas da Escola Normal onde

[...] são divulgadas as sugestões dadas pelo Dr. Everardo Backheuser (diretor-técnico dos museus escolares do Distrito Federal) sobre a temática. A compilação textual dedica três páginas e meia para expor o *objetivo* e os *tipos de museus escolares – museu de classe, museu da escola e museu pedagógico central* (FRAGA, 2017, p. 111).

Conforme Fraga (2017) é possível perceber no artigo a passagem dos ideais do Método Intuitivo para os preceitos da Escola Nova.

Diversa deve ser a orientação que, de acordo com os preceitos, se deve dar aos museus escolares, actualmente considerados como base do ensino intuitivo em geral, pratico e experimental e ainda fonte fecunda para o ensino de determinadas matérias, como lições de cousas, sciencias naturaes, etc. [...] apresentam elles um aspecto nitidamente pratico, podendo os alumnos aprender por si, sem explicação do professor que se limitará tão sómente a guiar a observação do seu discípulo, o qual terá facilidade de ver, tocar e até manusear os objetos expostos. Tem assim os actuaes museus a grande vantagem de reduzir o trabalho do mestre que exerce então papel de um orientador, facilitando o aprendizado infantil, desenvolvendo a actividade innata nas crianças e tornando mais completo o conhecimento dos objetos pela observação directa das cousas. [sic] (O ESTUDO, 1930, apud FRAGA, 2017, p. 112)

A visão preconizada no artigo, de uma educação visual e ativa era certamente partilhada pelo diretor Emílio Kemp, tendo ele mesmo publicado obras sobre o tema⁴¹. Além disso, é possível sugerir que o mesmo fosse um incentivador de tais práticas, uma vez que foram encontrados documentos que mostram que no ano de 1932 Kemp teria solicitado junto ao Museu Julio de Castilhos objetos para montagem de uma exposição na Escola Normal:

O sr. Dr Emilio Kemp, diretor da Escola Normal, solicita a esta directoria a sua cooperação no sentido de concorrer à exposição de objetos que evocam a vida doméstica dos primitivos povos do Brasil. Esta Repartição, pode, de fato, concorrer de modo eficiente aquela exposição, notadamente quanto à indumentária dos ameríndios, pois possui exemplares magníficos e em excelente estado de conservação. Julgando de grande utilidade o concurso solicitado pelo referido diretor, queira Vossa Excelência dar a indispensável autorização, certo de que os objetos expostos serão guardados com o máximo zelo e carinho. Essa exposição será feita na próxima sexta-feira,

⁴¹ Obras publicadas por Emílio Kemp na área da educação: “A escola ativa como base da educação popular”, Congresso de Municipalidades, 1. Anais, P. Alegre, 1919. “Caixas escolares”, *ibid*, 1919. Enciclopédia Brasileira de Educação, compilação de trabalhos pedagógicos, P. Alegre, 1922-1934, 6v.

sendo, por isso, de urgência a determinação de Vossa Excelência. (RIO GRANDE DO SUL, 1932, p. 251).

Desse modo, há uma convergência entre as publicações feitas pelas alunas-mestras e o pensamento do então diretor Emílio Kemp, que se faziam presentes nos temas e visões expostas pelas estudantes. Emílio Kemp atuou como diretor na Escola Normal até o ano de 1935, mas sua permanência na Escola se estendeu por mais tempo, pelo menos até o ano de 1937. De acordo com os dados apresentados na dissertação *Ensinar e aprender Matemática: ressonâncias da Escola Nova em um olhar sobre a formação de professores no Instituto de Educação General Flores da Cunha (1940-1955)*, de autoria de Juliana Mercedes Rheinheimer (2018), a partir de informações publicadas no periódico a Federação, do ano de 1937, Kemp figurava na época como um dos “Professores dos Cursos de Aperfeiçoamento, Aplicação e Jardim de Infância” (RHEINHEIMER, 2018, p. 65). Nesse período, conforme indica a nota do jornal, a sua filha Hercília também fazia parte do corpo docente.

Ainda durante o período em que esteve à frente da direção da Escola Normal, Kemp teve proeminência em esferas estruturais da educação, produzindo documentos e atividades de caráter legal. A autora Louro (1987) ao abordar a implantação de novas normas disciplinares no ano de 1929 no estado, aponta Emílio Kemp como autor das mesmas:

[...] em 1930 a Escola Normal de Porto Alegre já tinha um prestígio bem firmado no estado gaúcho e era objeto de atenção por parte dos órgãos oficiais. Recém-reformada (Decreto 4.277/29), crescia em número de estudantes e procurava incorporar as idéias modernas do escolanovismo. [...] As normas disciplinares apontadas no decreto de 1929 possivelmente poderão nos dar algumas indicações ainda se considerarmos que Emílio Kemp (que projetara a reforma geradora do decreto) era o diretor da escola (1927-35), o que faz supor que as regras ali postas fossem empregadas na Escola Normal. (LOURO, 1987, p. 32)

As evidências encontradas também apontam que Kemp teve atuação junto a uma Comissão que tinha por objetivo avaliar as obras pedagógicas em circulação nas escolas gaúchas. De acordo com Trindade (2001) no ano de 1921 foi instruída a partir do Decreto nº 2.732 a atuação da Comissão Permanente das Obras Pedagógicas, com o encargo de examinar e propor as obras pedagógicas que mais se adaptassem à organização das escolas mantidas pelo estado. Em 1929 foram baixadas novas instruções para a atuação desta Comissão, que era tomada como órgão consultivo e

deliberativo. As funções deliberativas dela consistiam em aprovar programas de ensino primário e do curso complementar; na aprovação e adoção de livros didáticos e literatura infantil; e em todas as questões de serviço em que o diretor geral julgasse necessária sua intervenção (TRINDADE, 2001).

Por fim, o fato do tema educação ter sido abordado com maior ênfase somente na última seção, ficando praticamente restrito a atuação de Kemp na Escola Normal, não implica sugerir que ele tenha menor relevância. Ao contrário, ao longo do capítulo se procurou evidenciar que a visão de educador, ou intelectual mediador, perpassou as várias áreas do saber em que atuou, seja como médico sanitário, seja como crítico literário e escritor, seja como homem público.

Cabe ressaltar ainda, que a análise realizada acerca da vida e obra de Emílio Kemp não teve como propósito sacralizar ou mesmo cristalizar a sua imagem. O propósito ao longo do texto foi evidenciar a partir dos indícios encontrados quais foram os espaços ocupados por Kemp no contexto da primeira metade do século XX no Rio Grande do Sul e no Brasil, visando analisar sua atuação como um intelectual, membro da elite, ligado ao Partido Republicano e afinado com os ideais positivistas. Como se viu, em diferentes cenários Kemp tomou para si a função de guia ilustrado, do mesmo modo como uma parcela expressiva da intelectualidade gaúcha da época, vinculando-se aos novos tempos preconizados pelo governo varguista. Mas, não só isso, exerceu seu papel, na maioria das vezes demonstrando preocupação em democratizar o acesso à educação, ao conhecimento, vendo a educação como preceito básico para o progresso. E ao fazê-lo atuou como um intelectual mediador, disposto a mediar, didatizar e disseminar o conhecimento não apenas aos seus pares, mas principalmente aos públicos não especializados. Os indícios encontrados sobre sua trajetória pessoal e profissional, aparecem atravessados pela educação nos diversos âmbitos por onde passou. São estas marcas deixadas que, de algum modo, acabaram conformando sua visão de mundo e, por conseguinte sua imaginação museal.

4 UM PROFESSOR NO MUSEU JULIO DE CASTILHOS: a imaginação museal de Emílio Kemp

A chegada de Emílio Kemp no Museu Julio de Castilhos, em março de 1939, marcou um novo direcionamento nos objetivos da instituição. Após quatorze anos praticamente sem visitas públicas, o Museu reabriu as portas poucos meses depois de Kemp ter assumido a sua direção. Desde o princípio seus esforços foram direcionados no sentido de reorganizar as coleções, o que em sua visão significava contribuir para o desenvolvimento cultural da sociedade, retomando assim a sua finalidade educativa (RIO GRANDE DO SUL, 1939). Esse posicionamento já dava indícios de sua imaginação museal.

O conceito de imaginação museal foi cunhado por Mário Chagas (2009) e, conforme o autor, este conceito teria surgido de forma embrionária a partir de um estudo feito na década de 1990 sobre o pensamento museológico de Mário de Andrade, em que de acordo com suas palavras:

Debrucei-me sobre a obra (teórica e prática) de Mário de Andrade e dela recortei aquilo que tinha uma relação explícita com o campo museal. Assim, detive-me não apenas em seus escritos literários (poesias, contos, romances e crônicas), mas também em seus outros textos: críticas de arte, correspondências, discursos, relatórios, projetos e anteprojetos. [...] Já naquela época o meu interesse era compreender como determinados intelectuais brasileiros sem formação específica no campo dos museus, sem um treinamento especial e sistemático no ofício museológico, percebem, pensam e praticam a museologia. (CHAGAS, 2009, p. 23-24)

Mais tarde ao propor em sua tese de doutorado uma análise sobre a imaginação museal de Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro (CHAGAS, 2009), o autor procurou compreender o pensamento e as práticas destes intelectuais no âmbito da Museologia, não se restringindo aos documentos relativos às suas atuações frente aos museus onde eram gestores, mas também buscando identificar a presença de uma imaginação criadora por trás de suas ações. É importante salientar que para Chagas (2009) a imaginação criadora é o que permite que as coisas ganhem ou percam relevância, ou seja, sejam lembradas ou esquecidas. Os objetos são vistos como pontes entre as lembranças e os esquecimentos projetados nas relações com os sujeitos, desta forma “[...] pelo menos do ponto de vista museológico, haveria uma relação indissolúvel entre o visível e o invisível, entre o fixo e o volátil, e de que o

amalgama dessa relação deveria ser procurado na *imaginação museal*" (CHAGAS, 2009, p. 21. Grifo do autor).

Mais adiante o autor reforça a existência de uma imaginação criadora que permite que as coisas sejam investidas de memória ou esquecimento e ainda considera que

[...] as regras do jogo entre esquecimento e memória não são alimentadas por eles mesmos e que preservação e destruição, além de complementares, estão sempre ao serviço de sujeitos que se constroem e são construídos por práticas sociais. [...] Indicar que memórias e esquecimentos podem ser semeados e cultivados corrobora a importância de se trabalhar pela desnaturalização desses conceitos e pelo entendimento de que eles resultam de um processo de construção que também envolve outras forças. Uma delas, bastante importante é o poder, semeador e promotor de memórias e esquecimentos. (CHAGAS, 2009, p.23)

A passagem acima traz vários aspectos importantes para compreender a visão do autor sobre a imaginação criadora e conseqüentemente a imaginação museal. É necessário, por exemplo, salientar que as memórias e os esquecimentos se dão a partir da ação dos sujeitos, e mais, que o ato de lembrar ou esquecer não são naturais, mas socialmente construídos e formados pelas memórias que se forjam como oficiais e estas são decorrências do poder pelos quais alguns indivíduos são investidos.

Nesse sentido, o museu é um espaço privilegiado para que se deem esses embates entre as memórias e os esquecimentos. Conforme Chagas (2009) o museu é um campo discursivo, produzido de forma similar a um texto, por narradores específicos que lhe conferem significados histórico-sociais diferentes. Ainda ressalta que a elaboração desse texto não está isenta de disputas, o que demarca sua posição de arena política, assim resta saber por que, por quem e para quem esses textos são produzidos. Para o autor,

[...] a imaginação museal configura-se como a capacidade singular e efetiva de determinados sujeitos articularem no espaço (tridimensional) a narrativa poética das coisas. Essa capacidade imaginativa não implica a eliminação da dimensão política dos museus, mas, ao contrário, pode servir para iluminá-la. (CHAGAS, 2009, p. 58)

Desse modo, para Chagas (2009) a imaginação museal consiste na forma como certos indivíduos conseguem transpor sua visão de mundo no espaço onde atuam, empregando seus valores, suas crenças e sua trajetória nas ações que desenvolvem, o que ocorre na esfera simbólica e também política. Ao produzir a análise no âmbito

dos museus, Chagas (2009) procura compreender como alguns intelectuais brasileiros atuavam a partir dessas instituições.

A partir da investigação da imaginação museal de Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, Mário Chagas (2009) procurou responder algumas questões, como, por exemplo, que tipo de museus esses intelectuais imaginavam e materializaram? Que prática museológica eles estimularam? Trazendo estas questões para o centro do problema da presente pesquisa, se procurou direcionar, a partir dos indícios encontrados, as mesmas perguntas para Emílio Kemp, no que se refere a sua gestão no Museu Julio de Castilhos, conforme se verá a seguir. No entanto, antes de adentrar nos pormenores da imaginação museal de Kemp, se faz necessário contextualizar, ainda que de forma breve, como se davam as relações entre museus e a educação, e como estas se refletiram no campo dos museus e da história da educação em museus no início do século XX.

A autora Marcele Pereira (2010) ao abordar a trajetória do Museu Nacional no âmbito da educação, aponta que a partir das primeiras décadas do século XX os museus foram intensamente afetados por processos de especialização e mudanças de paradigmas científicos, que levaram à diversificação das instituições de pesquisa, não ficando sob a responsabilidade exclusiva dos museus. Nesse contexto, os museus ampliaram suas funções, de um seu viés investigativo para paulatinamente assumir sua função escolar. Segundo Pereira (2010), as ações no Brasil foram inspiradas em propostas pioneiras no âmbito da educação em museus, que vinham acontecendo desde o fim do século XIX nos Estados Unidos, e que aqui sofreu forte influência do movimento da Escola Nova. Ao analisar esse influxo a autora afirma que

[...] o movimento chega aos museus por intermédio de educadores ligados diretamente ao movimento da Escola Nova e que compreendem o espaço do museu como alternativo à educação que prega a valorização da experimentação, vivência e plena centralidade nas ideias e conceitos dos alunos como elemento fundamental da relação entre professor e aluno. A partir dos anos 1920, os educadores descobrem no universo museal oportunidades de utilização pedagógica e iniciam uma trajetória de aproximação e utilização. No Brasil, identificamos importantes educadores que estiveram à frente das principais discussões na relação entre museu e sociedade no início do século XX. (PEREIRA, 2010, p. 60)

Para Pereira (2010) nesse novo cenário os museus servem como *locus* de expressão do novo potencial transformador da educação. Ao ser levado para o interior dos museus, o movimento da Escola Nova provoca uma mudança, onde os

profissionais de museus passam a se dedicar cada vez mais a proporcionar, via museus, o alcance de metas educacionais escolares.

Ainda sobre os debates acerca da educação em museus, a autora Faria (2017, p. 168-169) aponta que

O tema educação ganhou, ao longo das primeiras décadas do século XX, protagonismo nos debates sobre museus. Ao realizar uma imersão investigativa, a partir dos diferentes registros da época, percebe-se que os agentes e agências vinculados ao campo dos museus produziram discursos científicos, educativos e culturais que reforçavam o papel central dos museus na contemporaneidade. Havia uma profusão de profissionais interessados em aprimorar o aprendizado nos museus - arquitetos, artistas, conservadores de museus autodidatas e diplomados, educadores, historiadores, historiadores da arte, naturalistas, por exemplo - além do estímulo das agências internacionais - ICOM, UNESCO, Associação Americana de Museus - em promoverem reflexões e proposições sobre o tema. Ao concentrar o debate na produção brasileira, observou-se um esforço em legitimar os museus como espaços de aprendizado.

O cenário apontado se insere em um contexto mais amplo, no qual as propostas da reforma do ensino, também situadas na primeira metade do século XX no Brasil, incentivadas pelo movimento da Escola Nova, protagonizaram o aprendizado pela experiência. “Os museus ganharam atenção nessa proposta pois, pelos registros materiais da vida, possibilitavam a aproximação do indivíduo com sua herança social” (FARIA, 2017, p. 127).

As colocações acima apontam algumas considerações e servem para reforçar a relevância do estudo proposto para refletir sobre a trajetória do Museu Julio de Castilhos em suas primeiras gestões. Conforme já apontado inicialmente, até o presente momento a gestão de Kemp tem ocupado um lugar periférico no âmbito das discussões sobre a história do Museu na primeira metade do século XX, que de um modo geral tem centrado os debates em caracterizar a instituição enquanto museu enciclopédico ou tem se voltado para a análise do processo que culminou com o desmembramento dos acervos e levou a conversão do Museu Julio de Castilhos em um museu histórico.

Conforme se evidenciou, nas primeiras décadas do século XX um importante movimento começou a se desenvolver no interior dos museus, especialmente a partir da década de 1920, de valorização e incentivo da dimensão educacional dos museus. No entanto, contrariando as novas tendências nos âmbitos internacional e nacional, nesse período o Museu Julio de Castilhos, que estava sob a direção de Alcides Maya,

manteve-se a maior parte do tempo de portas fechadas, dedicando-se a produzir e disseminar os conhecimentos advindos das ciências naturais e, em especial àqueles vinculados à exclusivamente à pesquisa histórica, o que de certo modo demonstra um descompasso com as propostas vigentes e em pleno desenvolvimento no país. Tal contexto só se alterou com a chegada de Emílio Kemp no Museu, que ao conceber o museu como espaço educativo, aproximou o Museu Julio de Castilhos da realidade dos grandes museus do centro do país.

4.1 Educação e difusão científica no Museu Julio de Castilhos: indícios da imaginação museal de um professor no museu

Desde sua chegada no Museu Julio de Castilhos, Emílio Kemp já dava sinais de sua imaginação museal, e tomando como fio condutor as questões propostas por Chagas (2009), é possível afirmar que desde o princípio ele deu pistas de que tipo de museu imaginava e procurou materializar. E mais, evidenciou através de seus posicionamentos e ações quais as práticas museológicas iria estimular.

Ainda no ano de 1939 ele enviou uma correspondência ao Secretário de Educação e Saúde Pública, ao qual o Museu estava vinculado desde 1938, sua contrariedade em relação a criação de museus municipais⁴². Os argumentos usados para se opor a tais empreendimentos denotam um conhecimento sobre as práticas museológicas, além de evidenciarem sua posição sobre o lugar ocupado pelo Museu Julio de Castilhos no campo dos museus no Sul do Brasil.

Os museus municipais, por interessantes que sejam, não poderão ter a importância de um museu geral do Estado, que será sempre preferido para consultas e estudo dos interessados na nossa história e nas nossas manifestações de cultura científica. Ademais, as coleções que não são previamente estudadas, classificadas e autenticadas, nenhum valor apresentam como documento, não passando de coleções curiosas [...] Esses trabalhos requerem conhecimentos e métodos técnicos especializados no sentido de oferecerem subsídios legítimos de autenticidade. É lógico que os estudiosos procurem de preferência o Museu do Estado, presumindo nele existir tudo quanto haja no Rio Grande capaz de figurar num instituto de tal natureza, e assim as coleções municipais ficarão esquecidas e inúteis nos seus mostruários. Sem recursos para coletar e recolher o material de valor histórico e científico nos municípios, este Museu tem sido privado de cumprir a sua finalidade, mas logo que tenha as verbas necessárias para esse fim, far-se-á o recolhimento do que houver espalhado no interior, mas se tudo já

⁴² Como visto no capítulo 2, o debate acerca da inconveniência da criação dos museus municipais já era defendido por Alcides Maya e Eduardo Duarte na década de 1940.

estiver depositado nos museus das comunas, não será possível a sua arrecadação, e o Museu do Estado ficará empobrecido e estagnado. (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p. 48)

Os fragmentos acima trazem duas importantes constatações. Por um lado, é possível perceber que Kemp pretendia reforçar o caráter científico do Museu, e por outro mostra claramente que Kemp estava ciente do papel dos museus no século XX, não mais como mero gabinetes de curiosidades, mas como espaços de produção e difusão de conhecimentos. Outras evidências desse posicionamento são suas colocações sobre a retomada da publicação da revista do Museu, ainda no ano de 1939, argumentando sobre o seu papel enquanto difusora de conhecimentos científicos:

Quanto ao Museu, este deve e precisa ter uma revista propria, na qual sejam publicados trabalhos originais sobre ciencias naturais, arqueologia, palentologia, heologia etc. que lhe estão afetas, como as suas coleções de modo que estas fiquem conhecidas dos demais museus nacionais e dos estrangeiros para as devidas relações desses institutos de cultura [sic]. (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p. 241)

Decorridos dois anos de sua gestão, Kemp demonstra que ainda aspirava que o Museu Julio de Castilhos retomasse a publicação de sua Revista e ao fazê-lo se utiliza novamente de argumentos ligados à sua relevância científica ao afirmar que “[...] São os museus por meio de suas publicações, que espalham esses conhecimentos, contribuindo para a cultura geral e demonstrando, por sua vez, o grau de instrução do povo que representam” (RIO GRANDE DO SUL, 1941a, p. 143).

Ainda sobre o caráter científico atribuído ao Museu, Kemp em vários momentos procurou relatar ações voltadas para a produção de conhecimento científico, enviando relatórios sobre excursões científicas ou comunicando a participação de funcionários em eventos⁴³ (RIO GRANDE DO SUL, 1940, 1942a). Em ambos os casos Kemp procurou evidenciar a importância de se produzir conhecimento científico, seja como uma forma de trocar informações com outros especialistas (RIO GRANDE DO SUL, 1942a) ou ainda demonstrando preocupação em qualificar os funcionários do Museu Julio de Castilhos (RIO GRANDE DO SUL, 1940).

⁴³ Conforme apontado no capítulo 2, as excursões científicas e participação em eventos científicos não se constituíam em novidades na gestão de Emílio Kemp, uma vez que estas atividades já ocorriam nas primeiras gestões, no entanto, são apontadas no intuito de reforçar, que assim como seus antecessores também atuou como um intelectual criador, em diversos momentos de sua gestão.

Outra característica marcante da trajetória de Emílio Kemp, que inclusive antecedia sua chegada ao Museu Julio de Castilhos, era o fato de ser alinhado com preceitos nacionalistas, o que em boa medida ia ao encontro do projeto de nação proposto na Era Vargas. Por isso, não causa estranheza a aproximação de Kemp com a Liga de Defesa Nacional⁴⁴, criada no ano de 1916, e que tinha como presidente o próprio Presidente da República, Wenceslau Brás, apesar de suas atividades girarem em torno das palestras e campanhas de Olavo Bilac (OLIVEIRA, 2009). De acordo com as colocações de Jorge Nagle, em sua obra *Educação e Sociedade na Primeira República*, publicada pela vez em 1974, a Liga de Defesa objetivava:

Manter a idéia de coesão nacional; defender o trabalho nacional; difundir a instrução militar nas diversas instituições; desenvolver o civismo; o culto ao heroísmo; fundar associações de escoteiros, linhas de tiro e batalhões patrióticos; avivar o estudo da História do Brasil e das tradições brasileiras; promover o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras existentes no país; propagar a educação popular e profissional; difundir nas escolas o amor à justiça e o culto ao patriotismo; combater o analfabetismo. (NAGLE, 2001, p. 66)

Percebe-se que os objetivos propostos pela Liga de Defesa Nacional estavam em consonância com o pensamento de Emílio Kemp, em vários aspectos, no que se refere a sua visão nacionalista e que via na educação a solução para se alcançar o desenvolvimento da sociedade. A documentação analisada aponta inúmeras ocasiões em que foram trocadas correspondências entre Emílio Kemp e a Liga de Defesa Nacional (RIO GRANDE DO SUL, 1942a; 1943b; 1944a; 1944b; 1945a; 1946; 1947b). Em geral os assuntos tratados se referiam a organização da Semana da Pátria, porém a documentação aponta essa proximidade se dava em outras ocasiões, como quando Kemp foi convidado a participar de uma solenidade cívica no Teatro São Pedro (RIO

⁴⁴ A LIGA DA DEFESA NACIONAL é uma entidade cívico-cultural fundada em 7 de setembro de 1916, apertidária, imparcial, independente e transparente, estimulando o patriotismo, o respeito e o culto aos símbolos nacionais, além de incentivar o brasileiro a pensar e participar da vida política do País, tanto do campo cívico como no social, independente de credo político, religioso ou filosófico. [...] Olavo Bilac criou a Liga que tornou-se realidade em 07 de setembro de 1916, motivado e visando incentivar o civismo, como devotado culto aos símbolos da Pátria e a referência aos vultos históricos que ajudaram a escrever brilhantes páginas de nossa história. Olavo Bilac, inspirado no histórico exemplo da França, onde surgiu a Liga da Pátria decidiu criar a Liga de Defesa Nacional. Bilac, sentindo a necessidade de um grande movimento de opinião que empolgasse a Nação, realizou uma intensa campanha cívica de âmbito nacional, procurando despertar nos jovens, principalmente, o espírito cívico nacional e, reacender no meio militar, as lembranças das heroicas jornadas vividas na guerra. Em suas oratórias, nos artigos e livros que escrevia o Poeta Escritor, exaltava os grandes valores da Pátria procurando incutir em todos o orgulho da nacionalidade. Ver: <https://www.ligadedefesanacionalrs.org.br/>. Acesso em 27 nov. 2021.

GRANDE DO SUL, 1945b), tendo sido frequentes os convites para participar em eventos e solenidades de cunho nacionalista e cívico, inclusive fora da capital gaúcha (RIO GRANDE DO SUL, 1947b). A proximidade de Kemp com uma instituição ligada a preceitos de cunho patriota e nacionalista sugerem que ele procurou desenvolver no Museu Julio de Castilhos ações que além de educativas, também ajudassem a promover a noção de uma identidade nacional, pautada no civismo e na exaltação de figuras e fatos relevantes para a história do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Outro aspecto que merece destaque na atuação de Emílio Kemp no Museu Julio de Castilhos e que denota sua imaginação museal são as semelhanças entre sua trajetória e a de outro intelectual, contemporâneo seu, Edgar Roquette Pinto, que atuou no Museu Nacional na primeira metade do século XX. Pereira (2010), ao pesquisar sobre a institucionalização das práticas educativas no Museu Nacional, a partir da criação da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural, se propõe a analisar a imaginação museal de Roquette Pinto. A autora já dá pistas que ajudam a perceber as similaridades entre os dois intelectuais, ao referir-se a Edgar Roquette Pinto como

[...] o intelectual, educador, antropólogo, cientista e médico enxergava, através de seu nacionalismo militante, a educação como um instrumento de salvação nacional, capaz de moldar o povo e constituir a nação a partir da compreensão da cultura, da arte e da história. (PEREIRA, 2010, p. 128)

E logo em seguida Pereira (2010) apresenta as razões para investigar a trajetória de Roquette Pinto no Museu Nacional ao afirmar que a atuação de Roquette Pinto como cientista e educador já teria sido realizada por pesquisadores, nos diversos campos onde atuou, como na antropologia, na medicina, na divulgação científica e na educação, mas ela chama atenção para o fato de até aquele momento não haver na revisão de literatura feita sobre a sua obra nenhuma que refletisse acerca de sua temporada como gestor do Museu Nacional e, conseqüentemente, como interessado e atuante no que hoje se denomina como campo dos museus (1926-1935).

Esse ponto se aproxima muito da história de Emílio Kemp, ambos médicos e educadores, atuantes em diversos espaços, não tiveram suas gestões como objeto de um estudo aprofundado, enquanto gestor de um museu. No caso de Kemp, conforme já referido anteriormente, sua gestão tem servido apenas para ilustrar a interrupção que houve no processo da chamada “guinada para a história”, que culminaria com o desmembramento dos acervos do Museu Julio Castilhos,

convertendo-o em um museu histórico. Nesse sentido, o período de Kemp como diretor é em geral superficialmente mencionado, visto como uma gestão voltada às ações pedagógicas, sem que outros aspectos sejam suscitados. No entanto, um olhar mais atento permite verificar que sua gestão foi bem mais que do que uma gestão “fora da curva”, ao contrário, as ações de Kemp visavam sobretudo colocar o Museu Julio Castilhos no mesmo patamar que outras instituições do país, que desde a década de 1920 vinham fortemente defendendo o caráter educativo dos museus, à exemplo do que acontecia no Museu Nacional no período de Roquette Pinto.

Outras evidências apontam que as semelhanças entre os dois intelectuais iam além de sua trajetória anterior à chegada nos museus. A defesa da criação de museus escolares era compartilhada por Emílio Kemp, conforme se verá mais adiante neste capítulo. Sobre o incentivo a criação de museus escolares, Pereira (2010, p. 130) afirma que no período de Roquette Pinto

O Museu passou a incentivar escolas a montarem seus próprios gabinetes de História Natural, promovendo a publicação de guias para formar coleções científicas básicas (como coletar, tratar, classificar, desenhar etc.). O lema adotado era: “um gabinete de história natural em cada escola”.

Ainda sobre a atuação de Roquette Pinto frente ao Museu Nacional nota-se outras aproximações com a conduta de Kemp no Museu Julio de Castilhos:

A partir daí podemos observar com bastante riqueza de detalhes as transformações vividas pelo Museu Nacional no sentido de fortalecer seu aspecto educacional. As ações tornaram-se sistemáticas e rotineiras, toda a estrutura do Museu foi envolvida na tarefa de propagar a ciência e a educação. [...] Assim, as ideias de Roquette encontraram terreno fértil para se desenvolverem. Para ele foi uma felicidade poder executar, em lugar privilegiado, as ações que acreditava no campo da educação. O Museu serviria como locus de experimentação para as ações educativas que Roquette acreditava. Adepto dos conceitos e preceitos da Escola Nova, movimento educacional internacional difundido na década de 1920 por educadores e filósofos, principalmente norte americanos, Roquette seria um dos pioneiros que enxergariam no Museu um local para experimentação e para o exercício da aprendizagem a partir da observação e da prática como acreditavam os escolanovistas. (PEREIRA, 2010, p. 130)

As considerações acima feitas sobre a gestão de Roquette Pinto no Museu Nacional se aplicam facilmente a gestão empreendida por Kemp, cerca de dez anos depois no cenário gaúcho, no Museu Julio de Castilhos. E acredita-se que aí reside a relevância no propósito da presente pesquisa, visualizar a forma como Emílio Kemp procurou inserir o Museu Julio de Castilhos nos debates acerca das relações entre o

campo dos museus e da educação, conduzindo a instituição ao mesmo patamar dos projetos desenvolvidos nos principais museus do país nessa época.

Ao final da análise Pereira (2010) salienta que a partir das ideias difundidas acerca da imaginação por Mário Chagas (2009), é possível identificar com facilidade nas ações de Roquette-Pinto, os aspectos que configuram sua postura imaginativa e poética. Para a autora a imaginação museal e também educacional de Roquette Pinto extrapola todas as fronteiras estabelecidas por sua atuação científica, uma vez que a participação de Roquette-Pinto nas discussões acerca dos museus e da museologia inevitavelmente se volta para os assuntos de cunho educacional buscando uma aproximação entre os dois campos (PEREIRA, 2010). A atuação de Emílio Kemp pode igualmente ser identificada com os posicionamentos adotados por ele durante a sua gestão no Museu Julio de Castilhos, ao defender a educação como preceito básico para o cumprimento da função social dos museus. Ao final do primeiro ano de sua gestão, ele enviou ao Secretário de Educação e Saúde Pública um relatório completo sobre as condições da instituição, bem como as atividades realizadas naquele período. Em um dos trechos ele menciona sobre a relação entre o Museu e o ensino ao relatar de modo entusiasmado sobre o envio de ofícios aos institutos de ensino oferecendo as salas do Museu para aulas:

Reaberto o Museu e tendo em vista a sua finalidade precípua e a preocupação constante de V. Ecia. de proporcionar aos institutos de ensino primario e secundario os mais variados e completos elementos de instrução, foi oficiado ás direções das escolas e ginasios oferecendo as salas e mostruarios do Museu para a para a realização de aulas e preleções [...] Esse oferecimento encontrou franca acolhida por parte das direções e dos professores desses institutos, começando em Julho a frequencia, de alunos e professores, inclusive dos propios diretores dos ginasios e escolas [sic].” (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p. 12).

Desse modo, a partir dos indícios apontados acima, se pode identificar pistas da imaginação museal de Emílio Kemp, através de seus posicionamentos acerca do papel dos museus, da importância da difusão dos conhecimentos, mas sobretudo a partir da defesa feita em aproximar a educação da Museologia. Tais evidências ficam mais fortes ao se analisar suas ações enquanto um intelectual mediador, atuante em um museu. A seguir são apontadas algumas estratégias educacionais que procurou colocar em prática ao longo de sua gestão.

4.2 Práticas educativas no Museu Julio de Castilhos na gestão de Emílio Kemp

Já no primeiro ano de sua gestão, em 1939, Emílio Kemp enviou ao então Secretário de Educação e Saúde Pública um extenso relatório sobre as condições no Museu Julio de Castilhos, destacando como estavam as coleções, apontando problemas estruturais e salientando sua pretensão de reabrir o Museu, após este ter passado quatorze anos fechado. O relatório evidencia alguns pontos importantes para a pesquisa, ao apontar o posicionamento de Emílio Kemp diante da situação em que se encontrava o Museu. Primeiramente, Kemp discorre sobre a reorganização realizada nas coleções, evidenciando uma preocupação com aspectos ligados à higienização e conservação do acervo. Conforme ele menciona na primeira página do relatório logo teve início a

[...] reorganização das secções de exposição, começando pela limpeza, cuidadosa desinfecção dos objetos visando a sua conservação, e á classificação justa, quanto possivel, procurando-se a nomenclatura científica fazendo-se a arrumação nos mostradores. Do cofre onde se achavam encerrados varios objetos historicos de valor intrinseco, foram eles tirados e colocados de fórma serem vistos [sic]. (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p.5)

Em seguida, Kemp enfatiza que a instituição deixou de cumprir seu papel durante o período em que esteve fechado, que seria de “[...] contribuir para o desenvolvimento da cultura geral do Estado. Era um simples deposito coleções incompletas, desorganizadas, sem nenhuma finalidade educativa” [sic] (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p. 11). E sobre o fato do Museu ter estado fechado ao longo dos últimos quatorze anos ele afirmou que “[...] um Museu fechado, por mais ricas que sejam suas coleções, é uma instituição inexistente”. (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p. 11). No mês de junho de 1939 Kemp enviou ao Secretário de Educação e Saúde Pública um ofício sobre a reabertura do Museu em que afirmava que “[...] de acôrdo com o que me foi determinado, foi reaberta a visitação publica deste Museu nas terças e quintas feiras das 14 as 17 horas, tendo se registrado hoje, primeiro dia de visitas, avultada frequencia” (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p.259). Nos trechos destacados o diretor reafirma sua intenção ao gerir o Museu, de organizar as coleções para que pudessem ser expostas para visita pública, visando retomar sua finalidade educativa. Tal propósito parece ter surtido efeito, uma vez que ao final do primeiro ano de sua gestão, Kemp envia no relatório de atividades da instituição uma lista de escolas que visitaram

o Museu Julio de Castilhos a partir de julho daquele, como se verá em detalhes mais adiante.

Os trechos acima evidenciam não somente a preocupação de Emílio Kemp em relação às condições do acervo, mas também o firme propósito de reabrir as portas do Museu, a fim de que este pudesse cumprir, o que em sua visão, se constituía em sua principal missão institucional: contribuir com o desenvolvimento cultural do Estado. O relatório enviado ao Secretário revela que o novo diretor estava ciente da função social que era imputada aos museus nesse período, e mais, demonstra que Kemp tinha um bom entendimento sobre a importância das práticas museográficas, para a realização das exposições.

Ao longo da década de 1940 as salas expositivas foram reorganizadas, recebendo inclusive o nome de figuras ilustres da história do Rio Grande do Sul e ex-diretores do Museu. Em relatório enviado ao Secretário de Educação e Saúde Pública no início de 1948⁴⁵, Emílio Kemp apresenta uma lista com os títulos das salas e, em seguida, pormenoriza a distribuição do acervo no Museu, conforme sua distribuição nas referidas salas:

1. Hall com panoplia

Compreende a nossa coleção de armas, aliás bem reduzidas de peças de diversas épocas e tipos, desde dos canhões garibaldinos das campanhas de 35 até o material belico das mais atuais revoluções. [...]

2. Sala General Osório

É uma sala dedicada exclusivamente á História Natural onde guardamos objetos e indumentarias de uso pessoal de D. Pedro I, Deodoro, Carlos Gomes, Pinheiro Machado, Barão do Triunfo, General Osório, Rafael Pinto Bandeira, Almirante Saldanha da Gama, Solano Lopes e de outros personagens famosos. [...]

3. Corredor com Pinacoteca

Possuimos uma ótima Galeria de Quadros de famosos pintores, principalmente nacionais, como Lucilio de Albuquerque e estrangeiros, como Raveta. [...]

4. Sala Bento Gonçalves

Dedicada inteiramente ao ciclo farroupilha guardamos em exposição muitas peças de Bento Gonçalves, David Canabarro, Antonio Souza Neto, Ulhôa Cintra Chico Pedro, João Antonio da Silveira, Pe. Francisco das Chagas, Pe. Hildebrand, Zambecari, Garibaldi etc. [...]

5. Sala Julio de Castilhos

Julio de Castilhos é o patrono deste Museu que não só tem seu nome ilustre como a casa onde ele residiu muito tempo. Sala a ele dedicada, reverencia-lhe a memória guardando sua mascara do dia da morte e grande parte do mobiliario [...]

⁴⁵ Conforme documentos da década de 1930, na gestão de Alcides Maya já havia um projeto de novo regulamento para o MJC onde constava a organização de uma exposição das coleções, em que já figurava alguns nomes de personagens expoentes da história, no entanto, o regulamento, embora aprovado na gestão de Alcides Maya, só foi publicado em 1943, durante a direção de Kemp (SILVA, 2018).

6. Sala Alcides Maya

Diretor que foi deste Museu, o autor de “Ruínas Vivas” tem, na casa uma sala onde expomos o nosso material de Arqueologia Indígena composto de variadas e grandes coleções de ornamentos, armas, instrumentos, objeto de cozinha e uso doméstico, etc. [...]

7. Sala Rodolfo Von Ihering

Compreende esta sala uma parte das nossas ricas coleções de História Natural.

A fauna do Rio Grande aparece aí na sua plenitude e o número de espécimes nas vitrines do Museu é sempre crescente [...]

8. Sala Araujo Porto Alegre

Compoem-se de três partes distintas

X) coleção de trabalhos de pintura de Araujo Porto Alegre.

Preciosa coleção da qual consta o próprio auto-retrato do Barão de Santo Angelo e 30 peças desenhadas e pintadas pelo famoso artista do Romantismo.

Y) Galeria de retratos [...]

9. Adolfo Mabilde

É uma das mais importantes da casa.

Possue celebre coleção de lepidopteros (borboletas) classificadas por Adolfo Mabilde, classificadas, colecionadas e catalogadas. [...]

Parte terrea do edificio

1. Laboratorio

Sala escura, sem ar, desprovida de aparelhos de refrigeração para conservação das peças que são preparadas, é laboratorio somente no nome mas a falta de lugar obrigou a lançar-se mão deste cubiculo onde taxidermista e laboratorista operam verdadeiros passes de magia [...]

2. Sala Francisco Rodolfo Simch

Leva esta sala o nome de um dos ex-diretores do Museu. Professor, secretario de Estado e grande conhecedor do Rio Grande do Sul, [...] dá o seu nome á sala de mineralogia [...]

3. Sala Apolinário Porto Alegre

A figura de humanista que foi Apolinario Porto Alegre, romancista, poeta, cronista, historiador, jornalista, filólogo, professor, teatrólogo e orador, honra com seu nome uma das salas na verdade no porão deste museu sem casa. A sala é dedicada a moveis antigos e nela estão alguns do Partenon Literario, Escola Brasileira, Presidencia da Provincia e um que serviu a D. Pedro II, quando esteve no Rio Grande. [...]

4. Vitrine de Historia Natural

Reunimos numa vitrine aproveitando-se o subsolo, e fazendo um fundo de cenoplastia, segundo o indicado pelos maiores museus, 34 tipos da fauna sul-riograndense. (RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949a, p. 13-17)

Ao discorrer sobre as salas pode-se perceber que ao longo de sua gestão Emílio Kemp não privilegiou nenhuma das seções, ao contrário, foi ampliando as coleções e abordagens. Diferentemente do que ocorreu nas gestões que antecederam a sua, visto que Rodolpho Simch, por exemplo, deu ênfase ao acervo de História Natural, em especial aos objetos mineralógicos, enquanto Alcides Maya direcionou seus esforços para o acervo histórico.

Assim, enquanto os dois primeiros diretores demonstraram uma predileção por determinadas coleções, de acordo com a área de pesquisa do seu interesse e cujos

objetivos eram a difusão de um conhecimento de cunho mais cientificista, Kemp procurou transformar o Museu Julio de Castilhos em uma grande “vitrine” do Rio Grande do Sul, expondo aspectos naturais, históricos, arqueológicos e paleontológicos, em uma clara intenção de instrução pública. Ao mesmo tempo, os trechos apresentados evidenciam a familiaridade de Kemp com recursos museográficos e expográficos da época, por exemplo, quando menciona as condições de funcionamento do laboratório ou explica como o uso “cenoplastia” como fundo para as coleções da fauna. As salas expositivas se convertiam em espaços educativos, vistas por Kemp como colégios para o ensino de todos os graus, como o próprio Kemp sinaliza no relatório anual 1948 ao afirmar que os museus

[...] não são simples mostruários de antiguidades, de objetos notáveis pelo seu valor histórico ou científico, ou de curiosidade por qualquer circunstância, porém, verdadeiros institutos de ensino, podemos dizer colégios para o ensino de todos os graus, inclusive o superior, e é nesse sentido que os museus são hoje considerados em todo o mundo civilizado [sic]. (RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949a, p. 194)

Mais uma vez Kemp reafirma sua visão sobre a função dos museus, e por conseguinte a sua imaginação museal. Ao longo de sua trajetória como diretor da instituição Emílio Kemp deixou pistas de como idealizava o Museu Julio de Castilhos, e mais, demonstrou preocupação em projetar o Museu para além dos seus muros, através da difusão científica, por meio de publicações, excursões científicas entre outros. Por outro lado, e concomitante a este posicionamento defendeu o Museu como um espaço eminentemente educativo. Nesse sentido, cabe ver detalhadamente as estratégias utilizadas por ele que ajudam a compreender a sua imaginação museal, voltada para a educação em museus, e como esta se refletiu na sistematização de práticas educativas no Museu.

4.2.1 Museus escolares

Um importante aspecto evidenciado na documentação pesquisada diz respeito à formação de museus escolares enviados a várias instituições de ensino básico. Nesse ponto cabe esclarecer que a noção de museu escolar era plural (GARCÍA, 2007; MELO, 2019; PAZ, 2015; POSSAMAI, 2015), podendo se constituir de caixas ou quadros com mostras naturais, coleções escolares, sendo assim, o termo tem sido

usado para designar materiais e coleções destinadas à educação no âmbito da Museologia, e nesse sentido, Possamai (2015) defende uma noção ampliada de museus de educação, que abarque diferentes formatos.

Dito isso, também é importante ressaltar que a formação de museus escolares não se constituiu em uma novidade no Museu Julio de Castilhos, visto que ao longo da primeira gestão (1903-1925) o então diretor Rodolpho Simch colaborou com a formação de mil coleções escolares, compostas de exemplares mineralógicos (MELO, 2019; POSSAMAI, 2012). No entanto, no contexto da gestão de Kemp houve algumas diferenciações, por exemplo, as evidências sugerem que existe uma relação direta entre a formação dos museus escolares e o aumento considerável de público escolar que visitou o Museu ao longo da gestão de Emílio Kemp. Há registros que demonstram que Kemp ao assumir a direção tomou a iniciativa de anunciar a reabertura do Museu, convidando diversas instituições de ensino a visitarem o Museu Julio de Castilhos, como por exemplo a correspondência enviada a diretora do Asilo São Benedito:

Exm^a Sra. Madre Diretora do Asilo S. Benedito

Estando, de novo, o Museu "Julio de Castilhos" aberto á visitação publica, nas terças e quintas-feiras, das 14h ás 17 horas, venho comunicar a V. Excia., que independente desse horário, o museu poderá ser visitado por turmas de alunas dos estabelecimentos de ensino desta capital, acompanhados de professores, em outros dias, inclusive no turno da manhã [...].(RIO GRANDE DO SUL, 1939, p. 223)

Em outro documento Emílio Kemp envia um ofício ao Secretário de Educação e Saúde Pública comunicando sobre o envio de convites às instituições de ensino para visitarem o Museu:

Cumpre-me comunicar que conforme autorização de V. Excia., esta direção oficiou a Excia. Sra. Diretora da Instrução Publica e a todos os diretores dos institutos de ensino secundario e primario desta capital, pondo á disposição dos mesmos as salas do museu para visitação e preleções aos alunos por professores desses estabelecimentos e pelos funcionarios da casa. (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p. 229)

Melo (2019, p. 110), ao analisar a gestão de Kemp, corrobora com esta impressão ao afirmar que "[...] talvez, as escolas por visitarem frequentemente o museu e terem abertura do diretor Emílio Kemp, possam ter feito seus pedidos [de museus escolares] pessoalmente através dos próprios professores que acompanhavam os estudantes nas visitas". De fato, os dados apontam que houve um

considerável aumento de público ao longo da gestão de Kemp, como evidencia o quadro 5 enviado no relatório de 1950, no qual se percebe que o número de visitas, incluindo escolares, foi aumentando progressivamente. Por exemplo, em 1939 foram 3.543 visitas, no ano de 1945 houve a presença de 15.728 e em 1949, após uma década da gestão de Emílio Kemp foram recebidos no Museu 18.206 visitantes, sendo que o número total de visitantes ao longo de sua gestão ultrapassou 136 mil visitantes. Dessa forma, há indícios de que, ao menos em parte, ele conseguiu efetivar as ações pretendidas.

Quadro 5 – Dados de visitação enviado ao Secretário de Educação e Saúde Pública no Relatório anual de 1950

MUSEU JULIO DE CASTILHOS VISITAÇÃO PÚBLICA 1939-1949					
ANO	Aulas ministradas no Museu		Visitação Geral		TOTAL
	Professores	Alunos	Ordinária	Extraordinária	
1939	3	27	3.543	-	3.543
1940	8	72	4.683	-	4.683
1941	30	440	3.534	-	3.534
1942	42	915	5.639	-	5.639
1943	61	1.120	7.719	3.404	11.123
1944	65	1.080	6.626	7.769	14.395
1945	81	1.210	8.142	7.586	15.728
1946	86	1.472	6.875	8.705	15.580
1947	66	880	6.997	8.950	15.947
1948	54	910	7.802	10.101	17.903
1949	90	1.543	8.469	9.737	18.206
TOTAL	586	9.669	70.029	56.252	126.281
Total geral do período de 1939 a 1949, inclusive professores e alunos: 136.536 visitantes					

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 1950-1951a, p. 12

Os trechos acima extraídos da documentação evidenciam mais uma vez a intenção de Emílio Kemp frente à direção do Museu Julio de Castilhos, de reabrir o Museu para que este cumprisse a sua função educativa, que na sua visão consistia em transformar os espaços da Instituição em verdadeiras salas de aulas. Em uma passagem o diretor afirma que “[...] Tendo em vista que os museus são institutos de cultura, esta direção empenha-se na frequencia das alunas dos asilos para o fim de lhes serem ministrados os ensinamentos que a sras. professoras julgarem necessarios [sic]”. (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p.223). Na correspondência enviada ao Secretário de Educação e Saúde Pública, Emílio Kemp, ao contar sobre o envio dos ofícios, afirma que a resolução tomada alargou a ação educacional do Museu (RIO GRANDE DO SUL, 1939).

Levando em conta a documentação analisada, são vários os indícios que apontam a colaboração de acervos do Museu Julio de Castilhos enviados para formação de museus escolares ao longo da gestão de Kemp. Somente no primeiro semestre de 1944 (quadro 6) foi possível identificar um documento que informa a lista de instituições de ensino, bem como os materiais enviados pelo Museu naquele período (RIO GRANDE DO SUL, 1944a).

Quadro 6- Lista de artefatos indígenas enviados a grupos escolares no ano de 1944

ARTEFATOS INDÍGENAS REMETIDOS A GRUPOS ESCOLARES E CURSOS SUPERIORES, PELO MUSEU JULIO DE CASTILHOS 1944	
Escola Normal N. Senhora Medianeira	17
Grupo Escolar D. Leopoldina	17
Grupo Escolar Ignacio Montanha	16
Faculdade Livre de Ciências e Letras	19
TOTAL GERAL	69

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 1945a, p. 19

Dois aspectos se destacam ao analisar a correspondência acima. Primeiramente, quanto ao material enviado, eram em sua imensa maioria artefatos indígenas, o que permite aventar duas hipóteses possíveis. Uma delas se refere ao fato de que, embora ao longo de sua gestão Emílio Kemp parece não ter privilegiado nenhuma área do saber em detrimento de outra, há indícios que apontam que Kemp

se interessava nos estudos sobre a temática indígena, tal afirmação vai ao encontro pensamento da época em que debatia teorias acerca da existência de raças. Outra possibilidade, e que talvez seja a mais plausível, diz respeito ao fato do Museu Julio de Castilhos possuir um considerável acervo indígena, o que explicaria a doação de tais objetos, sem que houvesse prejuízos à instituição. Ao pesquisar sobre as representações indígenas no Museu Julio de Castilhos, Melo (2019) apresenta dados que ajudam a reforçar as hipóteses apresentadas:

Durante a gestão de Emílio Kemp a coleção etnológica do museu além de ser alimentada por novas aquisições, também foi destituída de algumas peças, que foram encaminhadas a diferentes instituições de ensino. Foram muitas as escolas que receberam doações de objetos indígenas do museu para formarem seus museus escolares, muitas delas solicitavam as peças por correspondências ou ao visitarem a instituição. Nesse sentido, tem-se a hipótese de que o Museu Julio de Castilhos poderia ser referência no Rio Grande do Sul em estudos relacionados com os povos indígenas, pois detinha uma quantidade significativa de objetos em sua coleção etnológica. (MELO, 2019, p. 106)

O outro aspecto a ser destacado se refere a menção do envio de objetos também para instituições de ensino superior, nesse caso para a Faculdade Livre de Ciências de Letras, a partir de um pedido feito pela mesma, conforme se evidencia na correspondência enviada que informa que “[...] O Museu “Julio de Castilhos” atendendo a solicitação da Faculdade Livre de Ciências e Letras, remete o material indígena abaixo discriminado [...]” (RIO GRANDE DO SUL, 1943a, p.119).

A hipótese de Melo (2019) referenciada acima, de que o Museu Julio de Castilhos se configurava nesse período em uma referência nos estudos relacionados aos povos indígenas, ganha força em outros documentos que sugerem que esta reputação ultrapassava os limites do Rio Grande do Sul. Tais fatos se evidenciam, por exemplo, em correspondências vindas de outras regiões do Brasil solicitando materiais para a formação de museus escolares. Em uma destas correspondências, datada do ano de 1941, há uma solicitação assinada pela Técnica de Educação Annita Esther Coutinho pedindo materiais para a composição do museu escolar do Instituto Pedro II, do Rio de Janeiro em que a funcionária afirma que

De acordo com o gentil oferecimento que nos fizestes, quando de nossa visita a esse estabelecimento, vimos solicitar o material para o museu de nossa escola – Instituto Pedro II- Rua das Laranjeiras, 557 – Distrito Federal. Lembramos que o referido Instituto mantém os cursos primário e secundário, com frequência total de 150 alunos, aproximadamente.

Agradecendo antecipadamente a vossa gentileza, aproveitamos a oportunidade para saudar-vos. (RIO GRANDE DO SUL, 1941b, p. 23)

A situação não parece ter sido uma exceção, já que em outro documento encontrado nas correspondências recebidas do ano de 1946, há um pedido em nome da Escola Normal Carlos Gomes, situada em Campinas/SP, pedindo materiais para constituição de um museu escolar. Na correspondência o solicitante conta que

[...] devidamente autorizado pelo snr. Prof. Carlos Corrêa Mascaro, digno diretor desta Escola, como professor da cadeira de Historia, deliberei organizar o MUSEU HISTORICO da mesma [...]

Para isto, tomo a liberdade, dada a venia, de dirigir-me ao eminente Patricio, que com tanto brilho vem norteando do Museu Estadual "Julio de Castilhos", para apelar á sua proclamada boa vontade de pugnador de melhor conhecimento de nossas coisas, na esperança de obter algum material para a constituição do Museu [...]. (RIO GRANDE DO SUL, 1946b, p. 93A)

Desse modo, os indícios apontados dão uma dimensão do alcance do prestígio do Museu Julio de Castilhos no âmbito da educação em museus, evidenciado por suas relações estabelecidas a partir das estratégias empregadas por Emílio Kemp para tornar o Museu um centro de ensino. Esses esforços parecem ter sido reconhecidos, ao menos por parte das instituições que recebiam os materiais, conforme evidências pesquisadas nos documentos, em que constam cartas de agradecimento pelo apoio recebido. Vale destacar que em alguns casos Kemp foi nominalmente citado como responsável pelos auxílios prestados (figuras 5 e 6).

Um dos documentos se refere a correspondência enviada pela diretora do Instituto de Educação de Porto Alegre ao diretor Kemp na qual escreve "[...] Cumpro, com este, o grato dever de acusar o recebimento de utilíssima coleção de Artefatos Indígenas que V.Excia. teve por gentileza enviar para uso dêste Instituto". (RIO GRANDE DO SUL, 1946b, p.146).

Figura 5 - Carta de agradecimento do Grupo Escolar D. Leopoldina, pelo recebimento de materiais para formação de um museu escolar

RIO GRANDE DO SUL

Grupo Escolar de "D. Leopoldina"

I Região

Posto Alegre, 10 de junho de 1944.

Suro. Sr. Dr. Emilio Kemp.

D. D. Diretor do Museu "Júlio de Castilho"

Recebemos com grande entusiasmo o valioso material enviado por V. S. ao Museu que estamos organizando neste Grupo Escolar.

Por tanta bondade, agradecemos

Flávio Ribeiro
Dulcília Tavares
Elzira Perperti Silveira.

alunos do 3º ano B.

Nelly Velasquez de Souza
professora do III ano A.

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 1944b, p.67

Figura 6 - Carta de agradecimento pela ajuda na formação do Museu escolar do Grupo Escolar Inácio Montanha

Na qualidade de Diretora do G. E. "Inácio Montanha", cumprio o agradável dever de agradecer o auxílio prestado por esse Museu ao nosso Grupo, em fins de 1950, ainda na gestão do Dr. Emilio Kemp, quando da organização do museu escolar.

Dr. Inácio Montanha

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 1950-1951b, p.161.

Em outra correspondência a diretora do Instituto Santa Inês, situado na Capital, agradece ao diretor o MJC pelo intermédio prestado para a criação do Museu Escolar

O Instituto Santa Inês, do bairro Petrópolis, penhoradamente agradece a V. Ex^a. pelo valioso auxílio, que lhe foi prestado por ocasião da fundação de seu Museu Escolar "Pindorama", dia 6 dêste mês.

O precioso material indígena, que V. Ex^a. por intermédio do Sr. Frediani nos enviou, enriquece grandemente a pequena coleção de objetos que já possuímos. (RIO GRANDE DO SUL, 1950-1951b, p.5)

A partir das evidências apontadas se pode conjecturar a relevância de tais ações para o desenvolvimento da educação, não somente da capital gaúcha, mas para o estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, em um momento histórico que vinha, desde o início do século XX, dando novos contornos ao papel dos museus, assumindo a função educativa como parte do cerne de suas atribuições perante a sociedade. Ainda sobre os museus escolares, cabe informar que, por curiosidade, se tentou contato por telefone com algumas destas instituições - Grupo Escolar Inácio Montanha e Instituto Santa Inês, ambos situados em Porto Alegre - porém, as tentativas se mostraram infrutíferas. Nos dois colégios consultados, de acordo com as informações passadas por atuais agentes que trabalham nesses espaços, não existem vestígios da existência dos museus escolares citados na documentação.

4.2.2 Aulas ministradas no Museu Julio de Castilhos

Outro aspecto a ser considerado e que teve destaque na atuação de Kemp ao longo de sua gestão no Museu Julio de Castilhos diz respeito aos seus esforços em promover o Museu como espaço escolar. São inúmeras as menções dele sobre as aulas ministradas pelos funcionários do Museu, dados quantitativos dessas aulas (RIO GRANDE DO SUL, 1939; 1941a; 1946; 1947a, 1948b) ao longo de sua gestão. Um fato que merece destaque é a presença de vários professores cedidos atuando no Museu durante a gestão de Kemp (RIO GRANDE DO SUL, 1939a).

Na documentação pesquisada foram encontrados registros de estudantes que visitaram o Museu em companhia de suas professoras no ano de 1945 e ao longo do segundo semestre de 1946 (RIO GRANDE DO SUL, 1946), o que denota uma preocupação em quantificar os dados a fim de ter uma dimensão do volume de escolas que visitavam o Museu Julio de Castilhos.

Já no relatório anual de 1949 Kemp faz uma avaliação das referidas aulas e comenta como disponibilizavam as salas e coleções para que as aulas acontecessem para alunos e professores de todos os níveis de ensino, do primário até as academias superiores (RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949a). Em seguida lamenta por não dispor de um espaço onde pudesse manter um Pedagogium para qualificar ainda mais estas aulas

[...] Visando a finalidade educacional que é preenchida pelas explicações e verdadeiras aulas ministradas pelos funcionários da casa, isso todos os dias, professores e alunos de institutos de ensino partindo do primario até academias superiores, visitam o Museu e as suas salas e coleções são postas às suas disposições [...]

Esta direção empenha-se na maior difusão dessas aulas, proporcionando aos professores e alunos o material necessário e lamenta não possuir salão e condições apropriadas para manter um padagogium no Museu, onde fosse possível a administração de aulas com conforto e aproveitamento maior [...]. (RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949a, p.195-196)

Este último trecho aponta uma preocupação de Kemp em não apenas abrir o Museu Julio de Castilhos como espaço educacional para aprimoramento do ensino, mas também em relação a qualificação profissional dos professores, o que se evidencia ao mencionar a conveniência de se ter um Pedagogium no Museu. Esta inquietação em relação à formação profissional também é verificada no que tange aos funcionários da Instituição, uma vez que na documentação pesquisada até o momento foram encontradas várias correspondências sobre o forte propósito de Emílio Kemp em criar um Curso de Museus no Museu Julio de Castilhos, conforme se abordará de forma detalhada mais adiante.

Na documentação foram encontrados indícios sobre as aulas ministradas no Museu Julio de Castilhos, com informações sobre a distribuição dos funcionários nas salas expositivas. Por exemplo, em um ofício expedido no ano de 1948 os dados apontam que os preparadores Isa C. Stefani e Pilade Frediani cuidavam das salas que continham as coleções sobre a Guerra dos Farrapos e das coleções de borboletas, respectivamente. As coleções de arqueologia indígena estavam sob os cuidados da datilógrafa, Hedna P. Franco. O oficial administrativo, Olympio Bianchi Gomes, ficava responsável pela coleção de armas e pela pinacoteca, já o servente Sireno dos Santos ficava à cargo da coleção de numismática. O porteiro Carlos Thomaz Duarte se encarregava da sala com os animais taxidermizados. E por fim, o jardineiro Luiz de Souza cuidava das coleções de mineralogia e da sala com móveis antigos. (RIO GRANDE DO SUL, 1948b). Desse modo, é possível avaliar que as atividades

exercidas pelos funcionários extrapolavam suas funções originais, uma vez que ficavam responsáveis por cuidar e apresentar aos visitantes as salas expositivas, tendo que se ocupar de assuntos alheios a suas competências. O reconhecimento de Kemp por tais esforços é identificado na documentação, uma vez que há indícios acerca da valorização de tal engajamento por parte de alguns funcionários, como se evidencia no trecho abaixo:

É ocioso expor á V.Excia. a necessidade que tem os Museus de pessoal tecnico, tais são as suas finalidades culturais, de preferencia, a funcionarios puramente burocraticos, tão reduzidos são os seus serviços de mero expediente.

Sendo assim, e não possuindo este Museo o pessoal tecnico necessario para a organização das suas coleções, esta Diretoria procurou lançar mão de funcionarios administrativos de acordo com as suas aptidões e pendoros, no sentido de classificar e metodizar a ordem dos exemplares que possui quer historicos quer de zoologia, arqueologia, numismatica, mineralogia etc.

Assim procedendo, esta Diretoria tem encontrado da parte do porteiro, Sr. Carlos Thomaz Duarte, o mais decidido e prestimoso auxilio dado o gosto por trabalhos desta natureza e sua dedicação ao Museu onde serve há 17 anos [sic]. (RIO GRANDE DO SUL, 1947a, p.92)

Em várias ocasiões Emílio Kemp envia ao Secretário de Educação elogios ao desempenho do corpo de funcionários (RIO GRANDE DO SUL, 1944a; 1948-1948a), solicitando inclusive, aumentos de salário e promoções (RIO GRANDE DO SUL, 1941a). Tais evidências também reforçam a necessidade de qualificar o pessoal que atuava no Museu Julio de Castilhos, justificando o pedido de Kemp para a criação de um Curso de Museus na instituição.

No que se refere as visitas escolares, as evidências apontam que estas repercutiram de forma positiva, uma vez que foram encontradas cartas de agradecimento por parte de grupos escolares, em geral nominando Emílio Kemp. Em uma delas os alunos manifestam a alegria de terem recebido explicações do próprio diretor e elogiam o carinho com que foram tratados (figura 7). Já em outra carta enviada pelo Grupo Escolar D. Pedro I (figura 8) são narrados em detalhes o que viram e as impressões que tiveram sobre os acervos. Mais uma vez é o diretor que acompanha o grupo e presta inúmeras informações, especialmente sobre os objetos indígenas. Vale ainda ressaltar dois aspectos, primeiro que a visita ocorreu no mês de abril, o que pode ter sido motivada pela comemoração do Dia do Índio, outro dado interessante é a menção que o aluno narrador faz, de que a professora teria dito ter encontrado o Museu bem diferente, desde sua última visita, declarando que “[...] há

mais preciosidades, e em tudo vê-se mais gosto, capricho, carinho, e é mesmo motivo de orgulho para nossa Capital” (RIO GRANDE DO SUL, 1944b, p. 142). Desse modo, as cartas evidenciam a presença constante de Emílio Kemp como mediador das narrativas presentes nas salas do Museu, ao mesmo tempo revelam que a instituição vinha passando por mudanças ao longo da gestão de Kemp e que estas eram percebidas pelo público visitante de forma positiva, tornando-se nas palavras do testemunho da professora “em motivo de orgulho para a Capital”.

Figura 7 - Carta de agradecimento a Emílio Kemp por conduzir visita de grupo escolar

Porto Alegre 26 de Abril de 1944

Exmo. Sr. Dr. Emílio Kemp

Respeitosas saudações!

Pedimos licença para dirigir ao Dr. Emílio Kemp estas linhas.

Ontem nossa classe foi visitar o Museu Julio de Castilhos. Era uma promessa que a professora nos fez quando começamos a estudar os povos primitivos do R. G. do Sul e que ontem foi cumprida. A nossa alegria foi grande e nossa curiosidade maior.

Nossa professora esteve com
 medo de que estivéssemos ba-
 rulhentos demais por causa
 do entusiasmo. Mas nossos
 corações sentiram uma alegria
 que não sabemos descrever,
 pois em vez de recebermos
 uma repreensão, veio o
 Dr. Emilio Kemp, em pessoa
 nos dar explicações valiosas.
 Perdôe-nos, mas estamos tão
 fazeiros, orgulhosos pela honra,
 encantados com o carinho
 que nos dispensou, a recor-
 dação nos é tão boa que
 pedimos a nossa professora
 para mandar esta cartinha

Esperando nos desculpar,
 queremos agradecer do fundo
 dos nossos coraçõesinhos as
 suas boas palavras. Com to-
 do o respeito nos despedimos
 desejando ao Dr. Emilio Kemp
 muitos anos de vida, para
 continuar a ser, como nos
 disse nossa professora,
 «um Brasileiro do qual o
 Brasil se orgulha»
 Emeri Coelho Laboia
 Celeste Damião, Gláucia Cardoso,
 José Antônio Zamira
 Miriam Kelly
 Talita Silva Passos
 Lívia Nunes Barcelos

Figura 8 - Carta de agradecimento do Grupo Escolar D. Pedro I

Grupo Escolar D. Pedro I
 Descrição: Visita que o 3º ano fez ao Museu
 de Castilhos, do qual é diretor o Exmo. Sr. Dr.
 Emilio Kemp, ex-diretor da Escola Normal.
 Na entrada, as primeiras coisas que vimos, foram
 os canhões. Mais adiante, nossa professora assinou
 o seu nome, o nome do Grupo e o numero de alu-
 nos, que foram poucos, e foi pena.
 Subimos uma escada e logo encontramos muitas
 armas da Guerra do Paraguai e objetos de uso
 dos nossos grandes homens, que já não vivem
 para nossos olhos, mas para nossos corações.
 Tomos direito a Sala dos Indios que nos
 interessava em 1º lugar, porque estamos estudando
 os habitantes primitivos de nossa terra. Nossa
 professora nos explicou tudo e logo passamos
 para as outras salas. Os animais estão arruma-
 dos tão perfeitos, que nos pareciam vivos.
 O lobo brasileiro nos encantou.
 Passamos a outra sala, ficamos maravilhados
 com as borboletas, apavorados com as aranhas.
 Admiramos os cágados, os caracóis, as aves, não
 sabiamos ficar silenciosos diante de tantas coisas
 interessantes, curiosas e bonitas.
 Descemos uma escada e fomos dar numa sala,
 que nos obrigou a ficar em silencio, uns mi-
 nutos, pela surpresa e beleza. Era como si
 vissemos um cinema e a representação das
 selvas, mas selvas do Brasil, com animais
 do Brasil. Não sei dizer quanto gostei.
 Depois quando subimos para dar mais uma

olhada na sala dos Índios, tivemos a grande honra,
 a distinção de receber explicações do Dr. Emilio Kemp
 em pessoa. Como ouvimos em silêncio suas palavras,
 sabemos como os Índios enterravam seus mortos, vimos
 a iguacaba até com a panela da comida; sabemos que
 aqueles lindos enfeites de penas eram dos homens e
 não das mulheres, delas eram os colares de bicos e den-
 tes de bichos; vimos as redes feitas de fios vegetais ou-
 de já tinham dormido corumins e cunhatams. O Dr.
 Emilio Kemp ainda nos explicou sobre o hábito
 e forma de fumar dos índios e nos falou sobre o
 uso dos machados e panelas de pedras, e, infelizmente,
 o telefone chamou e o Dr. Emilio Kemp nos deixou.
 Mas gostamos tanto que vamos pedir para mandar
 uma cartinha.

Nossa professora nos contou que o Museu estava
 muito diferente da última vez que ela esteve lá
 com outros alunos. Agora há mais preciosidades e
 em tudo vê-se mais gosto, capricho, carinho e é
 mesmo motivo de orgulho para nossa Capital.

Grupo Escolar "D Pedro I,"
 III ano N

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 1944b, p. 141-142

As referidas aulas e visitas que ocorriam no Museu não se limitavam a visitas de grupos escolares, já que a documentação aponta que nesse período foram aceitos estagiários de escolas técnicas. As evidências apontam que o Museu Julio de Castilhos na década de 1940 era visto como uma referência na área das Ciências Naturais, como demonstra a correspondência de um estudante da Escola Técnica de

Agricultura de Viamão (ETA) (RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949b) enviada ao Museu solicitando permissão para estagiar na Instituição. A documentação demonstra que o estudante realizou nos Laboratórios do Museu um estágio no qual participou de um Curso de Taxidermia, em um período em que Pilade Frediani e Isa Teixeira de Oliveira figuravam como preparadoras na lista de funcionários do Museu (RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949a). O referido estudante recebeu um atestado, conforme comprova a documentação:

ATESTADO

Atesto que o Snr. Osvaldo Rodrigues Camargo, técnico da Escola de Agricultura, frequentou os Laboratórios deste Museu, no período de 2 a 9 do corrente, concluindo assim um Curso de taxidermia, que já vinha praticando sob ensinamentos do processo técnico por nós adotado. (RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949a, p.145)

Assim, através da documentação é possível verificar que o propósito de tornar o Museu Julio Castilhos um centro de ensino foi posto em prática de diferentes maneiras, como o incentivo da visitação por parte de escolas, a ajuda na formação de museus escolares e também na abertura de espaço para realização de estágios e cursos dentro do Museu.

Os indícios apontados acima ganham força quando se percebe que já quase findando o seu tempo como diretor no Museu Julio de Castilhos, Emílio Kemp fazia questão de reafirmar o papel dos museus frente à sociedade como verdadeiros institutos de ensino (RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949a). Ou seja, ao longo dos anos Kemp procurou demarcar sua visão enquanto gestor de um museu, o que demonstra que ainda que sua fala viesse de alguém com larga experiência no campo da educação, ela estava em consonância com os debates acerca do campo dos museus do período.

A proposta inicial era alargar essa visão acerca da atuação de Kemp através de outras documentações não vinculadas diretamente ao Museu, pesquisando com maior profundidade outros espaços como o Arquivo Público do Estado, a Escola de Medicina, a Biblioteca da Faculdade de Educação, dentre outros locais, a fim de consultar textos assinados por Emílio Kemp, projetos idealizados por ele na sua trajetória na Saúde e na Educação, bem como ter acesso às produções do período que permitam contextualizar o campo dos museus e da educação, a exemplo da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, que iniciada em 1939, compunha os veículos de imprensa pedagógica, ou seja, fazia parte do conjunto de periódicos que, formulada por

professores para professores, ou mesmo alunos para seus pares ou professores “[...] visam principalmente guiar [a] prática cotidiana, oferecendo informações sobre o conteúdo e o espírito dos programas oficiais, a conduta em classe e a didática das disciplinas” (BASTOS, 2007, doc. eletr.).

No entanto, devido ao fechamento desses locais por períodos prolongados, em virtude da pandemia do Covid-19, não foi possível aprofundar certos aspectos e nuances da trajetória de Emílio Kemp. Todavia, se tem clareza, que essas fontes poderiam contribuir sobremaneira para identificar o contexto de debates de um período em que Kemp tinha trânsito no campo da educação e começava a se inserir no campo dos museus.

4.3 Um Curso de Museus no Museu Julio de Castilhos

As evidências encontradas no decorrer da pesquisa dão uma dimensão acerca das preocupações de Emílio Kemp, ao longo do período em que esteve à frente do Museu Julio de Castilhos como diretor. A documentação levantada apresenta indícios sobre a tentativa de Kemp em aproximar o Museu da realidade do que acontecia em outros museus do país, como, por exemplo, no Museu Histórico Nacional (MHN) e no Museu Nacional (MN), especialmente no que se refere ao âmbito da educação formal. Durante a sua gestão procurou estimular a visitação por parte de escolas, auxiliando na formação de museus escolares, e foi além, chegando a sugerir, conforme apontado anteriormente, que se mantivesse um *Pedagogium* no Museu, porém, devido à falta de espaço e estrutura o impediram de levar adiante o propósito.

Nesse sentido é importante destacar um documento encontrado em que Emílio Kemp escreve ao Secretário de Educação e Saúde Pública no qual informa que “[...] cumprindo determinações verbais de V. Excia., venho comunicar que estou pronto a seguir para o Rio e S. Paulo nos primeiros dias de Outubro proximo [sic], afim de estudar a organização [sic] dos museus dessas duas capitais [...]” (RIO GRANDE DO SUL, 1939, p.158). O que parece de fato ter ocorrido em janeiro de 1940, conforme aponta assentamento sobre os funcionários (RIO GRANDE DO SUL, 1947a).

Interessa analisar as possíveis influências trazidas por Emílio Kemp, após retornar da viagem de estudos aos museus da antiga capital. Uma delas foi a iniciativa de propor a criação de um Curso de Museus no Museu Julio de Castilhos, propósito que foi defendido firmemente por ele ao longo do tempo, como se percebe na

documentação em diferentes momentos de sua gestão (RIO GRANDE DO SUL, 1945a, 1947a, 1949a). Uma hipótese levantada para a motivação que deu impulso à proposição pode ter sido a autorização concedida pelo Interventor Federal para a participação de uma funcionária do Museu Julio de Castilhos como bolsista no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, conforme consta no processo nº 2741, de 26 de março de 1945 (RIO GRANDE DO SUL, 1946), visto que no mês de maio do mesmo ano foi encaminhada uma proposta de criação de seis cadeiras no Museu Julio de Castilhos, conforme se verifica em um documento de cinco páginas enviado ao Secretário de Educação e Saúde Pública, cujo alguns trechos são transcritos a seguir. Primeiramente, ao apresentar a proposta Emílio Kemp procurou justificar a necessidade da criação de um Curso de Museus no Museu Julio de Castilhos, conforme pode se observar nos fragmentos abaixo:

O antigo Museu, como mostruários de objetos dispaes, ao qual se poderia denominar, apropriadamente de museu-bazar, está hoje fora de moda. Essa idéia teve de ceder terreno ao critério de que o museu deve responder ás necessidades de que [com rasura] visitantes e conhecedores, isto é, ser um instrumento não só de acúmulo e preservação de um patrimonio espiritual, mas tambem, o instrumento de ciencia, deleite e educação do grande público. [...] Mas, o que interessa é mostrar a maneira atingir-se esta função educadora do grande publico [sic] que cabe aos museus. O Curso de Museu com algumas cadeiras essenciais é a unica solução, parece-nos. [...] Um Curso de Museu constitue complemento importante das diretrizes cienifficas [sic] de taes estabelecimentos. [sic] (RIO GRANDE DO SUL, 1945a, p.82)

No trecho acima Emílio Kemp procura demonstrar as mudanças pelas quais os museus vinham passando, não sendo mais vistos como “meros mostruários”, mas também instrumento de educação. Ao evocar o papel educativo dos museus, ele apresenta a criação de um Curso de Museu no Museu Julio de Castilhos como única solução para transpor esse modelo ultrapassado de instituição. Ele segue apresentando o seu ponto de vista ao citar uma fala da diretora do Museu Nacional, Heloisa Alberto Torres, para endossar seu ponto de vista:

Quem trabalha num Museu de etnografia tem frequentemente ocasião de ser procurado por pessoas trazendo peças para serem examinadas e sobre as quais desejam algumas informações. São inumeros os casos em que o consulente se mostra completamente incapaz de dizer alguma coisa sobre os antecedentes do espécime. Ignora onde foi achado, quem o encontrou, as circunstancias em que se deu a descoberta, enfim tudo quanto constitue o fundamento sobre o qual se pode estabelecer qualquer estudo. No nosso Museu Nacional são inumeras as peças, entradas por oferta, e que se acham nessas condições” afirma a diretora Heloisa Alberto Torres. O que poderíamos

acrescentar, então, no Rio Grande do Sul, se isso acontece na própria capital do país? A divulgação não só de informações etnográficas como de outros aspectos de interesse de museus de história natural e história nacional, divulgação feita em divulgações regulares, resolveria pelo menos, uma parte do problema, mas cuidaria duma vez do sentido educacional. [sic] (RIO GRANDE DO SUL, 1945a, p.83)

Emílio Kemp enfatizava a importância do museu exercer seu caráter educativo através de cursos cujo objetivo seria divulgar para o público geral conhecimentos até então restritos ao meio científico. Nesse ponto há uma similaridade com as práticas educativas desenvolvidas no Museu Nacional no início do século XX. Conforme Pereira (2010, p. 124):

É neste início do século XX, que o Museu Nacional, mais especificamente no regulamento datado de 1912 (cf. TOLEDO, 1912) teria seus fins profundamente alterados e não mais estariam exercendo apenas a função de “investigar a História Natural do Globo”, seria introduzida explicitamente a função escolar para o grande público (LOPES, 1997). [...] As conferências científicas realizadas por professores e pesquisadores no Museu Nacional, voltaram a ter a configuração de cursos e o Museu passou a ser aberto ao público quase diariamente, exceto às segundas.

Ao mesmo tempo, a proposta apresentada por Emílio Kemp de criar um Curso no Museu Julio de Castilhos revela uma proximidade com o Curso de Museus existente no período no Museu Histórico Nacional, cujo objetivo expresso no Art. 1 do Decreto nº 21.129 de 7 de março de 1932 que regulamentou a sua criação era “[...] Criar no Museu Histórico Nacional um “Curso de Museus”, destinado ao ensino das matérias que interessam à mesma instituição” (BRASIL, 1946, p.24). No documento enviado Kemp manifestou que sua intenção também era de capacitar os funcionários do Museu Julio de Castilhos, como se evidencia em um trecho do documento enviado ao Secretário de Educação e Saúde Pública:

[...] venho solicitar a V. Excia. permissão para criar e instalar neste Museu a primeiro de Julho proximo futuro cursos de Historia Natural e Historia Nacional especialmente do Rio Grande do Sul e de carater eminentemente pratico destinados não só ao desenvolvimento da cultura geral como a preparação de pessoal de museus, tão escasso no país [sic]. (RIO GRANDE DO SUL, 1945a, p. 84-85)

No mês subsequente foi enviado ao Secretário de Educação e Saúde Pública o Projeto de Regulamento do Curso a ser criado no Museu Julio de Castilhos. Nesse documento é possível perceber que Kemp procurava contemplar as duas perspectivas, contribuir com a formação geral da sociedade e ao mesmo tempo suprir as carências da própria instituição. De acordo com o exposto no Projeto de Regulamento a finalidade do Curso era:

PROJETO DE REGULAMENTO DO CURSO DO MUSEU "JULIO DE CASTILHOS"

FINALIDADES

Artº. 1º - São finalidades do Curso do Museu Julio de Castilhos:

- a) Preparar trabalhadores culturais para o exercício de atividades culturais;
- b) divulgar o passado historico [sic] e os diversos aspetos da natureza [sic], principalmente, do Rio Grande do Sul;
- c) realizar [sic] pesquisas nos vários dominios [sic] de cultura que constituem o objeto do seu ensino. (RIO GRANDE DO SUL, 1945a, p. 95)

A documentação sugere que houve um retorno promissor por parte do Secretário de Educação e Saúde Pública, já que se encontra nas correspondências expedidas posteriores que uma segunda versão do Regulamento foi enviada após avaliação de uma Comissão Consultiva conforme se observa abaixo.

[...] Cumprindo o despacho de V.Excia. exarada no parecer da Comissão Consultiva sobre o regulamento dos cursos a serem criados neste Museu, cumpre-me remeter o novo projeto ficando, dessa forma, regulamentados os referidos cursos dependendo, apenas, da aprovação de V. Excia. E de acordo com os III e IV itens do art. 3º do Regulamento deste Museu que determinam a realização de conferencias e aulas de especialização e aperfeiçoamento de carater essencialmente pratico. [...].(RIO GRANDE DO SUL, 1945a, p.150).

No entanto, cabe mencionar que é possível perceber uma mudança de direcionamento em relação à proposta inicial. Ao enviar o projeto revisado Kemp utilizou o termo cursos, no plural, e em seguida reforçou a importância de se criar tais cursos e para isso evocou o Regulamento Interno do Museu que previa conferências e aulas de especialização e aperfeiçoamento de caráter prático (RIO GRANDE DO SUL, 1945a).

Conforme salientado acima a nova versão apresenta alterações se comparada com o projeto original, como, por exemplo, quanto às suas finalidades e formato

proposto inicialmente no primeiro projeto de regulamento. Parece ter havido sugestão de alteração quanto ao público-alvo, já que o projeto revisado não visa especificamente preparar os funcionários do Museu. De acordo com a nova proposta as finalidades dos Cursos seriam:

PROJETO DE REGULAMENTO DO CURSO DO MUSEU “JULIO DE CASTILHOS”

FINALIDADES

Art. 1º - São finalidades dos Cursos de estudos e Divulgação Prática [sic] do Museu Julio de Castilhos:

- a) Divulgar os conhecimentos das nossas coisas e da nossa gente.
- b) Divulgar o passado histórico e os diversos aspectos da natureza [sic], principalmente, no Rio Grande do Sul.
- c) Realizar pesquisas nos vários domínios [sic] de cultura que constituem o objeto do seu ensino. (RIO GRANDE DO SUL, 1945a, p. 147)

Dessa forma, é possível verificar que desde a proposta inicial enviada em maio de 1945 até a versão revisada submetida em agosto do mesmo ano houve algumas alterações bastante significativas. A fim de ilustrar as diferenças entre a primeira proposição e os desdobramentos da mesma, segue abaixo um quadro comparativo:

Quadro 7 - Propostas de criação de um Curso de Museus no Museu Julio de Castilhos

PONTOS DE ANÁLISE	CORRESPONDÊNCIA com Proposta inicial	PROJETO DE REGULAMENTO do Curso do Museu Julio de Castilhos	PROJETO DE REGULAMENTO do Museu Julio de Castilhos (revisado após parecer da Comissão Consultiva)
Data do documento	7 de maio de 1945	16 de junho de 1945	1 de agosto de 1945 (enviado em 22 de agosto de 1945)
Formato / conteúdo do documento	<p>Texto corrido</p> <p>Contém: Justificativa para criação do curso Finalidades do curso Disciplinas Docentes Previsão de verba</p>	<p>Texto de caráter legal</p> <p>Contém: Finalidades Administração Matrícula, alunos e certificados Regime escolar e Disciplina</p>	<p>Texto de caráter legal</p> <p>Contém: Finalidades Administração Matrícula, alunos e certificados Regime escolar e Disciplina</p>

PONTOS DE ANÁLISE	CORRESPONDÊNCIA com Proposta inicial	PROJETO DE REGULAMENTO do Curso do Museu Julio de Castilhos	PROJETO DE REGULAMENTO do Museu Julio de Castilhos (revisado após parecer da Comissão Consultiva)
Finalidades	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento da cultura geral; - Preparação de pessoal de museus; 	<ul style="list-style-type: none"> - Preparar trabalhadores intelectuais para o exercício de atividades culturais; - Divulgar o passado histórico e diversos aspectos da natureza, especialmente do RS; - Realizar pesquisas nos vários domínios de cultura que constituem o objeto do seu ensino. 	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar os conhecimentos das nossas coisas e da nossa gente; - Divulgar o passado histórico e diversos aspectos da natureza, especialmente do RS; - Realizar pesquisas nos vários domínios de cultura que constituem o objeto do seu ensino.
Administração	Relação de professores e respectivas disciplinas	Atribuições do diretor do curso (Emílio Kemp) e dos professores (não são elencados)	Atribuições do diretor do curso (Emílio Kemp) e dos professores (não são elencados)
Constituição	<p>Criação de 6 cadeiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Arqueologia ameríndia; - Zoologia e prática de taxidermia - Mineralogia e Numismática; - Botânica - História do RS, especialmente das Missões e sua arqueologia; - Organização de Arquivo e preparação de documentos históricos. 	<p>Curso com 6 matérias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Arqueologia brasileira; - Mineralogia, Numismática e suas classificações; Botânica e preparação de herbários; Zoologia e taxidermia; - Organização e preparação técnica de Arquivo; - História do RS e arqueologia missionária. <p>Sobre as matérias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 60 aulas de cada matéria e período letivo de março a dezembro; - As matérias são disciplinas independentes; - O aluno poderá se matricular em uma matéria ou em quantas desejar. 	<p>Cursos compostos de 7 matérias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Arqueologia brasileira; - Mineralogia e sua respectiva classificação; Botânica e preparação de herbários; Zoologia e taxidermia; - Organização e preparação técnica de Arquivo; - História do RS; - Numismática. <p>Sobre as matérias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os cursos constituirão em uma série de sessões de estudos, ministradas por professores especializados; - As matérias são disciplinas independentes; - O aluno poderá se matricular em uma matéria ou em quantas desejar.

PONTOS DE ANÁLISE	CORRESPONDÊNCIA com Proposta inicial	PROJETO DE REGULAMENTO do Curso do Museu Julio de Castilhos	PROJETO DE REGULAMENTO do Museu Julio de Castilhos (revisado após parecer da Comissão Consultiva)
Matrícula, alunos e certificados	---	<p>Documentos exigidos para matrícula:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conclusão de curso secundário; - Conclusão de curso normal ou complementar. <p>Divisão dos alunos: Regulares, obrigados a fazer exame Ouvintes, isentos dos exames.</p>	<p>Documentos exigidos para matrícula:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Certificado de frequência em curso secundário; - Certificado de frequência em escolas de formação de professores primários; - Aprovação em exame de admissão (regulamentado pelo diretor). <p>Divisão dos alunos: Regulares, obrigados a fazer exame Ouvintes, isentos dos exames.</p>
Regime escolar	---	<p>Início e término das aulas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - de 1º de março até 16 de dezembro; <p>Frequência:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alunos não poderiam ter mais de 20% de faltas; - Alunos ouvintes não estão sujeitos a frequência obrigatória. <p>Avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Durante o ano letivo o aluno recebe duas notas de aproveitamento e duas notas de provas, realizadas duas vezes por ano, de 10 a 20 de junho e 26 de outubro a 5 de novembro; - Exames finais: escrito e oral. 	<p>Início e término das aulas:</p> <p>---</p> <p>Frequência:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alunos não poderiam ter mais de 20% de faltas; - Alunos ouvintes não estão sujeitos a frequência obrigatória. <p>Avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O aproveitamento será verificado pela apresentação de um relatório dos assuntos realizados em cada curso;

PONTOS DE ANÁLISE	CORRESPONDÊNCIA com Proposta inicial	PROJETO DE REGULAMENTO do Curso do Museu Julio de Castilhos	PROJETO DE REGULAMENTO do Museu Julio de Castilhos (revisado após parecer da Comissão Consultiva)
Disciplina	---	Aplicada pelo diretor: - Advertência particular ou pública; - Exclusão da aula ou exame; - Suspensão por 8 a 30 dias; - Aplicação das penas será em caso perturbação da ordem, ofensa a moral e desobediência às prescrições necessárias ao bom andamento da vida escolar.	(descrita no Regime escolar) - Os alunos do curso estão obrigados a manter uma boa conduta, aplicação e disciplina, sob pena de perderem a matrícula.

Fonte: Da autora, 2020.

Para fins de análise serão destacados alguns aspectos que sofreram modificação e deram novos propósitos a pretensa criação do Curso de Museus do Museu Julio de Castilhos. Primeiramente, no que se refere à finalidade dos cursos, observa-se que a proposta original submetida em 7 de maio de 1945 e o primeiro projeto de regulamento enviado em 16 de junho do mesmo ano tinham duas finalidades principais, por um lado contribuir com o desenvolvimento geral da cultura no Estado e por outro sanar as deficiências da própria Instituição, enquanto o projeto de regulamento revisado pela Comissão Consultiva, datado em 1 de agosto de 1945, tinha um caráter mais amplo e menos formal, como a oferta de conferências e aulas de especialização e aperfeiçoamento.

Outra questão que chama a atenção diz respeito a matrícula, uma vez que no primeiro projeto era exigido como documentação a conclusão de curso secundário, normal ou complementar e na proposta revisada a exigência era um certificado de frequência de curso secundário ou curso normal. Essa mudança traz duas consequências, a primeira era que o público-alvo passou a ser os estudantes, o que conseqüentemente, leva a uma segunda constatação, de que essa alteração descaracterizava a intenção de qualificar pessoas já formadas nos estudos básicos.

O Regime Escolar e a Constituição apresentados nas duas propostas também diferem bastante. Enquanto o primeiro projeto previa um ano letivo com data de início em março e término em dezembro, com seis matérias com 60 aulas cada, tendo avaliação composta por notas de aproveitamento, provas e exames finais, a segunda proposta não apresentava datas de início e término e seriam constituídas por uma série de sessões de estudos, cuja avaliação previa a entrega de relatórios. Desse modo, o formato a ser adotado no projeto revisado apresentava contornos mais livres e abertos.

Ao se fazer um apanhado geral dos aspectos analisados acima, evidencia-se que houve uma alteração significativa na finalidade do Curso, uma vez que a intenção inicial, explicitada tanto na primeira correspondência quanto no primeiro projeto de regulamento, era de contemplar ao mesmo tempo um público geral e os funcionários do Museu. Porém, o projeto encaminhado para aprovação após a avaliação de uma Comissão Consultiva aponta para um direcionamento voltado a atender o público escolar provenientes do ensino secundário ou curso normal. Ao comparar o regulamento revisado com os modelos de cursos a que Kemp teve acesso em sua viagem ao Rio de Janeiro em 1940 é possível afirmar que seu propósito inicial era fundir as propostas desenvolvidas no Museu Histórico Nacional, cujo objetivo principal era qualificar os funcionários do Museu oferecendo uma formação profissional, e no Museu Nacional, cujo objetivo era oferecer cursos e aulas voltados para o público escolar. No entanto, conforme se pode verificar, no projeto enviado por Emílio Kemp, após a avaliação, prevaleceu o modelo formatado no Museu Nacional, em que não havia menção de preparar os funcionários do Museu.

Se pretendia no decorrer da pesquisa averiguar as motivações que acarretaram nas mudanças ocorridas na proposição de se criar um Curso de Museus no Museu Julio Castilhos, no entanto, a verificação foi inviabilizada, uma vez que o acesso aos espaços onde se poderia encontrar tais evidências tiveram seu acesso e atendimento restringidos por conta da pandemia, ficando em aberto para futuras pesquisas. Por ora, serão apresentadas algumas questões, no intuito de tentar compreender de onde partiram as decisões que resultaram em modificações no projeto de regulamento enviado por Emílio Kemp. Os indícios apontam que a decisão de mudar a configuração do curso não partiu dele, já que nas duas proposições iniciais Kemp expressa de forma clara a dupla finalidade que teria a criação de um Curso de Museus no Museu Julio de Castilhos. Outro fato que corrobora essa hipótese é um documento enviado por Kemp

em janeiro de 1947, no qual ele cobra o envio de verba destinada para a abertura do Curso, que segundo ele teria tido seu regulamento aprovado pela extinta Comissão Consultiva (RIO GRANDE DO SUL, 1947a). Nesta correspondência em questão Kemp volta a enfatizar que a criação do curso

[...] Estando já aprovado pela extinta Comissão dessa Secretaria, o Regulamento do Curso de Museu a serem criados neste Instituto, venho reiterar o pedido já feito e que já obteve parecer favorável do então Diretor Geral dessa Secretaria, Cap. Ivo Cunha, [...] Trata-se de uma iniciativa de alto interesse cultural, como seja a preparação de técnicos de museus, como estão fazendo estabelecimentos congêneres da capital da República e dos Estados [...] [sic] (RIO GRANDE DO SUL, 1947a, p.2).

Outro documento que reforça essa posição de que Emílio Kemp intencionava criar um curso de formação profissional no Museu Julio de Castilhos é um trecho de um ofício no qual ele apresenta uma resposta negativa para o envio de um bolsista para o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, ao afirmar que [...] o Museu não possui, atualmente, nenhum funcionário disponível e capaz de aceitar a indicação, e nem esta Diretoria vê conveniência no curso em questão, que pode ser ministrado neste mesmo Museu que possui o programa do Curso do Rio [...].(RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949a, p. 230).

Interessante observar que menos de um mês após a resposta enviada que aparece no documento citado acima, Kemp encaminhou nova correspondência ao Secretário de Educação solicitando novamente verba para a abertura de um Curso de Museus no Museu Julio de Castilhos. No documento ele menciona que

O Museu Histórico, do Rio de Janeiro, vem, há partir de 2 anos mantendo um curso de preparação de técnicos para essa especialidade de museus de documentação histórica e oferecendo no máximo 3 matrículas aos candidatos do mesmo curso. Nenhuma dificuldade existe que prive o Museu do Estado de manter curso idêntico com ampliação maior como seja o ensino de taxidermia e conservação de espécimes animais e de conservação e limpeza de peças de numismática de modo a termos no estado uma escola de técnicos de museus que será pouco a pouco principalmente na parte de história Natural ampliada, e conforme os recursos orçamentários que for obtendo, os programas dos três anos do curso do Museu Histórico, do Rio, já este Museu possui e serão organizados os programas de taxidermia e História Natural, conforma a criação das respectivas cátedras. Dessa forma, criar-se-á novas profissões como desenvolver-se-á o ensino técnico no Estado, concorrendo para melhor divulgação de conhecimentos científicos e melhor competência dos servidores do Estado. Não é difícil conseguirmos a imediata abertura desse curso com o próprio pessoal do Museu no exercício do ensino e de alguns mais professores recrutados entre os docentes de institutos de ensino secundário e superior facilmente ficará completo o quadro dos professores que serão chamados a proporção que o curso for se desenvolvendo. [...](RIO GRANDE DO SUL, 1948-1949a, p. 233;235).

As evidências apontadas demonstram o quanto Emílio Kemp desejava transformar o Museu Julio de Castilhos em um centro de ensino formal, e mais, os documentos analisados se vistos em conjunto reforçam a impressão de que a proposta de Kemp acerca da criação de um Curso de Museus estava mais próxima do formato oferecido pelo Museu Histórico Nacional, e não nos moldes do que acontecia no Museu Nacional, conforme a versão modificada após avaliação, o que sugere que as mudanças feitas na versão aprovada não partiram dele. Assim, ao pensar sobre educação em museus, não se voltou apenas para o público escolar, através de atividades de educação não formal, como as aulas ministradas nas salas expositivas, o auxílio para a formação de museus escolares ou ainda a atenção despendida nas práticas museográficas com a finalidade de expor as coleções. As fontes indicam que suas ações e esforços também se voltaram para desenvolver no Museu a educação no âmbito formal, a partir da criação de cursos nos moldes do que ocorria nos museus da antiga capital brasileira. Porém, a documentação pesquisada revela que o curso, ou cursos, não chegaram a ser implantados de fato.

Um dos propósitos iniciais da pesquisa era elucidar se de fato os cursos não chegaram a ocorrer, como sugere a documentação, e também pretendia identificar as possíveis motivações que levaram a não efetivação das propostas de Kemp. No entanto, conforme já apontado, algumas questões propostas ficaram em aberto, tendo em vista o atual contexto vivenciado, que não permitiu avançar a partir de evidências mais consistentes em alguns questionamentos que surgiram ao longo do estudo, porém, ainda assim, é possível aventar algumas considerações. A documentação ao qual se teve acesso sugere, que de fato, os cursos propostos por Kemp não chegaram a funcionar, mesmo diante da insistência do mesmo.

Quanto aos motivos que impediram o curso de funcionar, levando em conta a história de Kemp como um homem público, com ligações políticas próximas do estadista Vargas, e levando em conta que as primeiras menções acerca da criação do curso ocorreram no primeiro semestre de 1945, sendo que a versão revisada é de agosto do mesmo ano, se pode conjecturar que a deposição de Getúlio Vargas, ocorrida em outubro de 1945, pode ter mudado o curso das ações planejadas para o Museu Julio de Castilhos. Teria sido a saída de Vargas do poder o motivo para o não cumprimento da aprovação do curso? A mudança do governo federal pode ter influenciado em novos direcionamentos políticos no interior das instituições vinculadas

aos estados? Não há como saber ao certo, mas especula-se que esta seria uma hipótese possível. De todo modo, a questão permanece em aberto para futuras pesquisas, o que em nada diminui a importância do fato de Emílio Kemp ter insistentemente lutado pela criação de um curso profissionalizante para agentes de museus, em um período, que cabe lembrar, só existia no Museu Histórico Nacional e veio a se tornar o primeiro curso de ensino superior na área da Museologia no Brasil.

Com a saída de Emílio Kemp, em 1950, em decorrência de sua aposentadoria, assumiu o cargo de diretor o subdiretor Dante de Laytano, que daria um novo direcionamento para o Museu Julio de Castilhos, concluindo o processo de “guinada para a História” iniciada na gestão de Alcides Maya. É interessante observar que Dante de Laytano seguiu um caminho que diferia totalmente da postura de Emílio Kemp acerca das práticas educativas, este voltou-se para a pesquisa histórica, em especial sobre o Folclore, e não demonstrou preocupação ou intenção em dar continuidade no processo de implantação de um Curso de Museus no Museu Julio de Castilhos, ao contrário, a documentação vista até o momento aponta que Dante de Laytano chegou mesmo a indicar candidatos a bolsistas para realizarem o Curso de Museus no Museu Histórico Nacional (figura 9).

Figura 9 - Telegrama sobre transações da bolsa do Curso de Museus mediada por Dante de Laytano (Museu Julio de Castilhos) e Nair de Moraes Carvalho (Museu Histórico Nacional)

Professor Benito Mazon Castañeda

CORREIOS E TELÉGRAFOS TELEGRAMA

Endereço: SENHOR DANTE LAYTANO DIRETOR
MUSEU ESTADO PALEGRE RS=

LC: = = DE RIO DF 940400=50=18= NIL==

16=3=1955= URGENTE MOTIVO INICIO AULAS CURSO MUSEUS
QUINZE CORRENTE VG SOLICITO INFORMAR CANDIDATO MUSEU
RATINI VG ADAO AMARAL JA FOI DESIGNADO AUTORIDADE
MPETENTE PT BOLSISTA DEVERA APRESENTAR MUSEU HISTORICO
VG OFICIO DADOS COMPLETOS ASSINATURA DITA AUTORIDADE PT
AUDACOES NAIR CARVALHO COORDENADOR CURSO MUSEUS PT NAIR

0-4-55- [assinatura]

As impressões iniciais levantadas a partir do estudo feito na documentação do Museu Julio de Castilhos suscitam algumas considerações, ainda que parciais. Primeiramente, ao cruzar as fontes analisadas com produções realizadas sobre o Museu Histórico Nacional e Museu Nacional no âmbito educacional, se percebe que Emílio Kemp intencionava criar no Museu Julio de Castilhos cursos nos moldes do que já ocorria em ambas as instituições da capital, o que denota uma visão voltada para a educação formal, para a educação básica, e também uma evidente preocupação com a preparação dos funcionários do Museu, o que sugere uma similaridade com o curso existente no Museu Histórico Nacional, ainda que com reservas - visto que se tratavam de museus com tipologias distintas.

Por fim, todas as tentativas empregadas por Kemp para criar o referido Curso no Museu Julio de Castilhos ajudam a compreender sua visão de mundo frente à direção, que somados aos seus esforços em trazer os públicos escolares para o Museu e ao incentivo na difusão científica a partir dos estudos produzidos na instituição apresentam fortes indícios de sua imaginação museal. Kemp demonstrou ter bastante clareza do potencial e do papel que os museus desempenhavam na época, especialmente no que se refere a sua função educativa.

Importante reforçar que até o momento as produções científicas que tratam do Museu Julio de Castilhos, cuja temporalidade abarca a primeira metade do século XX, têm de um modo geral caracterizado a gestão de Emílio Kemp como um período em que a instituição se voltou para as práticas pedagógicas, ao apontar a massiva presença do público escolar, sem o intuito de aprofundarem a análise sobre suas ações, os estudos realizados que apontam a sua direção, o fazem como uma “ponte”, um elo de ligação entre as gestões de Alcides Maya e Dante de Laytano, respectivamente. Mas, a pesquisa realizada aponta que sua gestão foi muito além, demonstra que embora Kemp viesse do campo da educação, e talvez por isso mesmo, a postura adotada na sua direção convergia com os debates que aconteciam no Brasil desde a década de 1920 no campo dos museus, sobre o papel educativo das instituições, sob a influência da Escola Nova, e por isso se acredita que as ações de Kemp acabaram por reconduzir o Museu Julio de Castilhos ao compasso histórico do que ocorria no restante do Brasil e em vários outros países.

As evidências apontam que Emílio Kemp ao assumir a direção da instituição abriu espaço para a sistematização de práticas educativas no Museu, através das práticas museográficas, da produção e difusão de conhecimentos científicos, da

formação de museus escolares e aulas no Museu. E mais, preocupou-se em transformar o Museu Julio de Castilhos em um centro de educação formal, com cursos voltados para o público visitante e cursos voltados para a qualificação profissional dos funcionários do Museu. Esta intenção é muito significativa para a História dos Museus e da Educação no Rio Grande do Sul, visto que, conforme já referido, nesta época o Museu Histórico Nacional figurava como única instituição com um Curso para formar profissionais de museu. Assim, sua proposta parece uma tentativa de colocar o Museu Julio de Castilhos no mesmo patamar que os museus da capital, em uma evidente aproximação do campo da educação com o campo dos museus. Os resultados alcançados, ainda que incompletos, evidenciam a imaginação museal de Emílio Kemp, como um intelectual mediador que tinha a educação como propósito de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos museus em sua acepção moderna traz em seu cerne a dimensão educativa, uma vez que a partir da Revolução Francesa os museus passaram a ser vistos como espaços destinados a educar o povo, exaltando os grandes vultos da História. No entanto, ainda que, desde então os museus tenham sido acompanhados por uma aura educativa, nem sempre houve possibilidade ou mesmo intenção de promover a sistematização de práticas educativas nessas instituições (PEREIRA, 2010).

No contexto brasileiro, é possível observar que até o final do século XIX predominaram os museus de caráter enciclopédico, com ênfase nas Ciências Naturais. No entanto, a partir das primeiras décadas do século XX, centros de pesquisa e faculdades assumiram um papel de destaque, enquanto difusores dos conhecimentos científicos, e nesse sentido os museus passam por um processo de especialização, voltando-se para os estudos históricos, se configurando como detentores de uma narrativa da História oficial.

No âmbito da educação também havia sinais de mudanças. Desde o final do século XIX o Método Intuitivo e as Lições de coisas procuravam preconizar novos métodos de ensino, que colocam em xeque a memorização. No século XX, a partir dos preceitos da Escola Nova, novas metodologias foram adotadas visando um ensino voltado para a experimentação, de educação visual. Nesse sentido, houve uma aproximação com o campo dos museus, que desde meados do século XIX vinha delineando novas propostas quanto ao seu caráter educativo, onde a criação de museus escolares e em paralelo os museus pedagógicos passaram a se difundir no país. Nesse período se intensificam ações que acabaram por transpor a dimensão educativa, inerente aos museus, quando estes passaram a sistematizar as atividades educativas, sob a influência dos preceitos escolanovistas.

Em relação ao lugar ocupado pelo Museu Julio de Castilhos nesse contexto se verificou que o mesmo, assim como outras instituições surgidas no Brasil no período, nasceu com um forte caráter enciclopédico, com ênfase nas Ciências Naturais. Acrescenta-se que nos primeiros anos de funcionamento apresentava um duplo referencial, por um lado a evocação da memória do estadista Julio de Castilhos e por outro lado a pesquisa científica com o propósito de desenvolver o progresso intelectual e tecnológico do Estado. E assim como outras instituições no país, passou a um

progressivo processo de especialização a partir da década de 1920. E tomando o Museu como *locus* de pesquisa é que o presente estudo procurou desenvolver uma análise sobre a gestão de Emílio Kemp (1939-1950) no Museu Julio de Castilhos, com o propósito de identificar indícios sobre a progressiva implantação de ações educativas de forma sistemática.

Ao longo da pesquisa o propósito foi analisar a caráter educativo assumido pelo Museu Julio de Castilhos ao longo da gestão de Emílio Kemp. Para tanto, foi fundamental estabelecer uma relação de suas ações empreendidas frente ao Museu Julio de Castilhos no âmbito da educação com sua trajetória pessoal e profissional até ali vividas. Importante salientar que o presente estudo encontrou alguns limites, em parte em decorrência do contexto pandêmico que vivenciamos, em parte em virtude do recorte analítico. No entanto, ainda assim, a documentação direta, somada a outras importantes fontes foi possível identificar indícios da atuação de Emílio Kemp, como um intelectual mediador e, por conseguinte compreender a sua imaginação museal.

O conceito de intelectual, assumiu no final do século XIX um novo significado, como homem de cultura, detentor de um poder simbólico, que advinha de seu capital cultural. E quanto ao cenário brasileiro das primeiras décadas do século XX é possível afirmar que os intelectuais assumiram um papel de protagonismo no novo projeto político social instaurado a partir da República. Porém, é importante demarcar que essa atuação ocorreu na maior parte do tempo em colaboração e por vezes até por subordinação ao Estado, principalmente após a instauração do Estado Novo. No entanto, os caminhos trilhados pela intelectualidade brasileira até o princípio da era republicana não foram fáceis, sofrendo por vezes uma situação de marginalidade por parte do Estado, especialmente aqueles que se colocavam numa perspectiva mais crítica em relação à sociedade. Seus espaços de atuação, inseridos em uma sociedade tradicional, restringiam os seus projetos de atuação pública, vistos como meros eruditos, mantendo-os fora da arena política. Esse contexto teria uma significativa mudança ao longo da primeira metade do século XX em sua função social, se comparado ao período que corresponde ao fim do Império e aos primeiros anos da República em relação ao ideal preconizado no Estado Novo.

A pesquisa se propôs a analisar a trajetória de Emílio Kemp à luz do conceito de intelectual mediador, analisado pelas autoras Ângela Gomes e Marcia Hansen (2016), compreendendo esses como detentores da tarefa de disseminar e transmitir os conhecimentos para públicos mais amplos, que em geral não são especializados. E ao

abordar o conceito procuram demarcar a diferença em relação aos intelectuais criadores, que segundo as autoras (GOMES; HANSEN, 2016), são identificados como aqueles indivíduos que compartilham a ideia de que a difusão dos saberes produzidos deveria se voltar para os seus pares, ou seja, para um público especializado.

Para tanto, se fez um mapeamento da atuação de Kemp enquanto intelectual por diferentes esferas onde atuou. Dentre os diversos espaços por onde passou, destacou-se suas atividades na área da medicina, da literatura, na arena pública e política e por fim na educação. O primeiro aspecto abordado foi sua atuação na área da medicina, como médico sanitaria. A investigação apontou que para Kemp, a saúde pública estava intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da nação. De acordo com sua visão, para que o país prosperasse era necessário que a população fosse saudável, o que só poderia acontecer através da ação do Estado, o que, segundo suas convicções positivistas não deveria ocorrer por meio da coerção, mas sim por meio da educação. A influência de ideais que acreditavam na importância do papel da educação perdurou nas décadas seguintes, tendo inspirado outras teses que defendiam a escola como espaço privilegiado para a aplicação das práticas de higiene (LHULLIER, 2003).

Foi possível identificar uma persistência em seu modo de pensar, uma vez que na década de 1930 Kemp publicou uma tese que versava sobre o tema higiene e suas relações com a escola. Nessa obra de cunho didático, Kemp procurou demonstrar a importância da puericultura e da educação para promoção da saúde do corpo, especialmente na infância. Desse modo, a sua trajetória como médico sanitaria aponta uma posição firme e constante em relação ao papel central atribuído à educação, vista como fundamental para se atingir a saúde plena, para Kemp era preciso educar para curar. Sua defesa era de que os conhecimentos extrapolassem os muros dos centros médicos e chegassem à população, sendo a escola o caminho eleito para que tal intento pudesse ocorrer de fato.

Outro aspecto analisado foi a atuação de Emílio Kemp como jornalista, poeta e teatrólogo, em que foi possível identificar traços de sua predileção pela área da educação, como por exemplo, quando escrevia uma coluna de crítica literária no jornal *Correio do Povo*, sob o pseudônimo Acúrcio Benigno. Em diferentes momentos, ao expressar sua opinião sobre as obras avaliadas procurou enfatizar o caráter didático das mesmas. Além da atuação como crítico literário, Emílio Kemp também foi autor de diversas obras literárias, em especial de poesias, tendo suas obras reconhecidas por outros intelectuais renomados na época. Outro gênero literário ao qual Emílio

Kemp se dedicou a escrever foi a dramaturgia, que embora não se não tivesse um grande destaque no cenário nacional e internacional da época, contribuiu para compor um cenário favorável ao teatro gaúcho.

Enquanto literato, foi possível identificar em Kemp uma postura de escritor preocupado com questões sociais, tendo mesmo defendido a função social dos escritores diante da sociedade. No entanto, embora os vestígios descobertos sugiram que Emílio Kemp teve uma grande influência no meio literário, como crítico, escritor e tendo sido inclusive membro das Academias de Letras do Rio Grande do Sul e Fluminense, além de colaborador em diversas revistas, não foram encontrados estudos que pudessem trazer maiores detalhes sua atuação na área literária. A exceção foi uma dissertação que versa sobre a produção de crônicas, datada da década de 1990, que não pôde ser acessada em virtude das restrições sanitárias vigentes ao longo da pesquisa. Estudos como este serviram para elucidar alguns pontos e dar mais força aos argumentos apresentados.

O estudo demonstrou que a influência exercida por Kemp não se restringiu ao âmbito profissional, se estendendo ao seu círculo familiar. Sobre isso, verificou-se que havia uma proximidade entre ele e uma de suas filhas, que parece ter visto nele um mentor. O círculo social descrito por sua filha Hercília denota uma ampla rede de relações advindas da área da política, da religião, da educação e das artes em geral. E em todas elas Kemp aparece como uma das figuras centrais, assim, os escritos deixados por Hercília permitem intuir que a presença do pai em sua vida exerceu forte influência sobre a pessoa que ela se tornou. Ao analisar sua rede de relações pessoais e sociais foi possível perceber a amplitude do prestígio alcançado por Kemp em sua época.

As referências também apontaram que Kemp marcou presença em diferentes espaços, atuando como mediador e interlocutor em eventos e projetos. Kemp ocupou espaços onde pôde exercer suas ideias, como na arena política e nas artes, que aconteciam, conforme se verificou de forma imbricada, uma vez que sua atuação na esfera das artes se pautou em seus posicionamentos e convicções políticas. Como por exemplo, quando durante a era varguista atuou em comissões organizadas que visavam normatizar as comemorações carnavalescas da capital gaúcha (ROSA, 2008). As suas ações estavam em consonância com a atuação de uma boa parcela da intelectualidade gaúcha, que apoiou o Estado varguista, não somente no contexto do Estado Novo, mas, conforme indicam algumas fontes, desde o seu início, no

episódio da chamada Revolução de 1930. Desse modo, Emílio Kemp, assim como outros nomes expressivos da intelectualidade gaúcha, deram apoio ao Estado varguista, em diferentes momentos, alinhando-se ao discurso nacionalista e homogeneizante assumido nesse período.

Ao levar em conta a trajetória de Kemp na área da educação foi possível perceber que ele estava em sintonia com o cenário nacional da época, a partir do advento da reforma educacional, preconizada pelos preceitos escolanovistas, somada à sua afinidade com a doutrina positivista, cujos valores centrais estavam ligados ao culto à pátria, a liberdade e ao progresso, e posteriormente ao dar apoio ao governo de Vargas. Assim sendo, Kemp exerceu seu papel de intelectual em vários espaços na cena gaúcha, ocupando cargos de prestígio, especialmente na arena política.

Como se verificou, um dos *locus* onde Kemp pôde exercer sua influência, foi a Escola Normal, onde atuou como professor e diretor. Conforme as evidências apontaram sua designação como diretor da Escola Normal (1927-1935) foi uma indicação de Borges de Medeiros. Tal escolha refletia, ao mesmo tempo, os interesses políticos em jogo na época e o prestígio alcançado por Kemp, uma vez que a Escola Normal era vista como modelo, e funcionava como uma vitrine do projeto de modernidade do Estado. Estes novos tempos estavam estreitamente ligados aos preceitos idealizados pelos positivistas, com o qual Emílio Kemp se identificava. Essas mudanças também se faziam sentir nas novas diretrizes na educação, através da metodologia escolanovista. Os indícios encontrados apontam que no campo da educação Kemp pôde colocar em prática as ideias que conformavam sua visão de mundo e ocupar o cargo de diretor da Escola Normal, lhe garantiu mais prestígio na esfera política e novas possibilidades de atuação como intelectual. As referências indicaram, que Kemp participou ativamente inclusive no projeto de construção do novo conjunto de edificações da Escola Normal, tendo sido descrito por Fernando Corona, arquiteto responsável pela obra, como um facilitador e orientador.

Importante observar que o estudo apontou que a atuação de Kemp na Escola Normal assumiu por vezes uma conotação política bastante explícita, como quando no ano de 1935, ele sugeriu a alteração do nome da instituição, acrescentando o nome do General Flores da Cunha. Sua ingerência em vários assuntos também pôde ser percebida, como, por exemplo, nas publicações feitas pelo Grêmio Estudantil, onde foi possível observar a presença de artigos que versavam sobre as relações entre museus e educação, a partir da visão de uma educação visual e ativa. Tais assuntos

certamente tinham a aprovação do diretor da Escola, já que evidências encontradas na documentação apontam que Kemp, mesmo antes de assumir a direção do Museu Julio de Castilhos, teria solicitado junto ao Museu objetos para montagem de uma exposição na Escola Normal. No entanto, embora a documentação tenha indicado que Emílio Kemp também atuou como professor na Escola Normal, não foram encontrados documentos ou mesmo referências que trouxessem informações sobre sua atuação como docente. Essa constatação se configura como uma lacuna, uma vez que a análise de sua atuação como professor permitiria materializar com maior concretude aquilo que foi intuído a partir das fontes analisadas. Ainda assim, a sua atuação em diferentes espaços permitiu evidenciar como a visão de Kemp como educador, ou intelectual mediador, perpassou as várias áreas do saber em que atuou, seja como médico sanitarista, seja como crítico literário e escritor, seja como homem público, trazendo à tona a sua imaginação museal.

Ao chegar no Museu Julio de Castilhos, em março de 1939, Kemp procurou dar um novo direcionamento nos objetivos da instituição. Uma das primeiras providências foi promover a reabertura do Museu para visitação, após quatorze anos de portas fechadas ao público. Desde o princípio seus esforços foram direcionados no sentido de reorganizar as coleções, o que permitiria retomar a sua finalidade educativa, dando indícios de sua imaginação museal.

O conceito de imaginação museal cunhado por Mário Chagas (2009) serviu como aporte para compreender o pensamento e as práticas de Emílio Kemp, enquanto intelectual no âmbito da Museologia, não se restringindo aos documentos relativos à sua atuação frente ao Museu Julio de Castilhos, mas também buscando identificar a presença de uma imaginação criadora por trás de suas ações. Reside aí a relevância de antes se ter contextualizado, ainda que em aspectos de forma breve, como se davam as relações entre museus e a educação, e como estas se refletiram no campo dos museus e da história da educação em museus no início do século XX.

Se verificou nas primeiras décadas do século XX os museus foram intensamente afetados por processos de especialização e mudanças de paradigmas científicos, levando os museus a ampliar suas funções, de um seu viés investigativo para paulatinamente assumir sua função escolar (PEREIRA, 2010). Nesse novo cenário os museus serviram como *locus* de expressão do novo potencial transformador da educação, influenciados pelos preceitos escolanovistas, os profissionais de museus passaram a se dedicar em promover ações educativas.

Ao refletir sobre o lugar ocupado pelo Museu Julio de Castilhos nesse contexto, e levando em conta as gestões da primeira metade do século XX é possível perceber que, até o momento a gestão de Emílio Kemp tem ocupado um lugar periférico no âmbito das discussões sobre a história do Museu na época. É possível afirmar que dentre as dissertações e teses produzidas até o momento que se enquadram nesse recorte temporal, embora algumas tratem de temáticas ligadas ao âmbito da educação, em nenhuma delas se verificou o objetivo de olhar o Museu Julio de Castilhos a partir dessa nova perspectiva que buscava aproximar os museus da educação, que começou a ganhar força a partir dos anos de 1920 no Brasil. De um modo geral análises têm se centrado em caracterizar a instituição enquanto museu enciclopédico que assim como outras instituições do país, passou por um processo de especialização a partir da década de 1920, que culminou com o desmembramento dos acervos e levando-o a se converter em um museu histórico.

Nesse sentido, cabe reforçar que no referido período um importante movimento começou a se desenvolver no interior dos museus, especialmente a partir da década de 1920, de valorização e incentivo da dimensão educacional dos museus, e nesse sentido o Museu Julio de Castilhos ficou à margem desses debates, especialmente em sua segunda gestão, quando o então diretor Alcides Maya privilegiou os estudos científicos, em especial na área histórica, em detrimento de seu papel educativo. O cenário apontado sofreu alteração somente após a chegada de Emílio Kemp, no ano de 1939, fato que parece ter colocado o Museu Julio de Castilhos de volta nos debates acerca da História dos museus e da educação.

As ações empreendidas por Kemp ao chegar no Museu Julio de Castilhos já davam sinais de sua imaginação museal. E tomando como norte as questões propostas por Chagas, se verificou que desde o princípio Kemp deu pistas de que tipo de museu imaginava e procurou materializar, assim como também evidenciou através de seus posicionamentos e ações quais práticas museológicas procurou estimular.

Ainda no primeiro ano de sua gestão demonstrou sua visão acerca do papel ocupado pelo Museu no contexto da época, ao se colocar contra a criação de museus municipais, Kemp afirmou que cabia ao Museu do Estado a função de produzir e difundir conhecimentos, sendo uma referência para pesquisadores e estudiosos, além disso também salientou que sem uma efetiva pesquisa, catalogação e autenticação os objetos seriam meras curiosidades, não se constituindo em documentos.

Ao analisar a sua atuação, também foi possível verificar várias similaridades com outro intelectual contemporâneo. A trajetória de Roquette Pinto no Museu Nacional (1926-1935), assim como no caso de Emílio Kemp, embora tenha marcado a história da instituição onde atuou, desenvolvendo ações que iam ao encontro das propostas em voga no campo dos museus e da educação na época, ainda não tinham sido objeto de estudo. E no que se refere ao caso de Kemp, conforme se apontou, até o presente momento sua gestão teria servido apenas para ilustrar a interrupção que houve no processo da chamada “guinada para a história”, que culminaria com o desmembramento dos acervos do Museu Julio Castilhos, convertendo-o em um museu histórico. No entanto, um olhar mais atento possibilitou perceber que no período em que esteve à frente do Museu Julio de Castilhos Kemp procurou elevar o Museu ao patamar que outras instituições do país, que desde a década de 1920 vinham fortemente defendendo o caráter educativo dos museus, à exemplo do que acontecia no Museu Nacional no período de Roquette Pinto. E na atuação dos dois intelectuais é possível identificar que as ações extrapolavam as fronteiras estabelecidas por sua atuação científica, inserindo-se nas discussões acerca dos museus e da museologia, voltadas aos assuntos de cunho educacional buscando uma aproximação entre os dois campos.

Um dos aspectos analisados e que denotam a imaginação museal de Kemp foi a sua preocupação com as práticas museográficas. Ao longo da década de 1940 as salas expositivas foram reorganizadas, a fim de transformar o Museu Julio de Castilhos em uma grande “vitrine” do Rio Grande do Sul, expondo aspectos naturais, históricos, arqueológicos e paleontológicos, em uma clara intenção de instrução pública.

Durante a sua gestão Kemp deu pistas de como idealizava o Museu Julio de Castilhos, demonstrando preocupação com a difusão científica, por meio de publicações, excursões científicas entre outros e ao mesmo tempo e, em paralelo, defendendo o Museu como um espaço eminentemente educativo, à exemplo disso, se pode destacar a formação de museus escolares, que assim como as excursões, embora não se constituíssem uma novidade no Museu, durante a direção de Emílio Kemp tomaram um novo sentido, como ferramentas possíveis para transformar o Museu em um centro de ensino, para todos os níveis. No decurso de sua gestão também se evidenciou os esforços de Kemp em promover o Museu como espaço

escolar, através de aulas ministradas nas salas expositivas e também através de estágios no Museu Julio de Castilhos.

Uma das propostas de Emílio Kemp no âmbito da educação formal tinha por objetivo propor a criação de um Curso de Museus no Museu Julio de Castilhos, propósito que foi defendido firmemente por ele ao longo do tempo, em diferentes momentos. Conforme a documentação pesquisada, os argumentos usados por Kemp para justificar a sua proposição objetivavam por um lado suprir a necessidade de qualificar os profissionais que atuavam no Museu e por outro desejava alçar o Museu Julio de Castilhos aos novos preceitos na Museologia, no qual os museus eram concebidos como espaços educativos. A proposta inicial visava constituir um curso nos moldes do curso que ocorria no MHN, no entanto, a documentação indicou que o projeto sofreu alterações, aproximando-se dos cursos ofertados no MN na referida época. Ao longo da pesquisa não foi possível identificar as motivações para tais mudanças, porém, os documentos analisados sugerem que as sugestões de alteração não teriam partido de Kemp. Tampouco se confirmou se o curso ou cursos propostos por Emílio Kemp chegaram a funcionar, mas de acordo com os indícios encontrados na documentação a que se teve acesso, embora tenham sido aprovados, não foram postos em prática. Nesse sentido, as tentativas empregadas por Kemp para criar o referido curso no Museu Julio de Castilhos ajudam a compreender sua visão de mundo como gestor de um museu, que somados aos seus esforços em trazer os públicos escolares para o Museu, bem como o incentivo na difusão científica a partir dos estudos produzidos na instituição, permitem identificar fortes indícios de sua imaginação museal.

A pesquisa realizada aponta que a direção de Emílio Kemp, foi muito mais que uma gestão fora da curva, se constituiu em período em o Museu partilhou, através da progressiva sistematização das ações educativas, das ideias e projetos em voga nos âmbitos dos museus e da educação no país. Acredita-se que as ações de Kemp acabaram por reconduzir o Museu Julio de Castilhos ao compasso histórico do que ocorria no restante do Brasil e em vários outros países no referido período.

Importante ressaltar que o presente estudo, ao analisar a gestão de Emílio Kemp no Museu Julio de Castilhos, não teve por objetivo principal produzir uma biografia do mesmo, embora o mapeamento de sua atuação tenha sido fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Ao analisar a sua trajetória pessoal e profissional, o propósito foi compreender como os direcionamentos adotados por ele

quando assumiu a direção do Museu Julio de Castilhos, refletiam sua jornada até ali. Para tanto, procurou-se discorrer sobre os espaços ocupados por Kemp no contexto da primeira metade do século XX no Rio Grande do Sul e no Brasil, objetivando analisar a sua atuação como um intelectual, proveniente da elite, com ligações com o Partido Republicano e afinado com os ideais positivistas.

Nas diferentes esferas onde atuou Kemp demonstrou estar preocupado em democratizar o acesso à educação, ao conhecimento, vendo a educação do povo como preceito básico para o progresso, atuando como um intelectual mediador, disposto a dialogar, didatizar e disseminar o conhecimento não apenas aos seus pares, mas principalmente aos públicos não especializados, deixando evidente a sua imaginação museal. Por fim, mesmo não obtendo êxito em todas as proposições pretendidas, é possível afirmar que Emílio Kemp, a partir de sua visão de mundo e, mais, através de suas ações promoveu a sistematização das práticas educativas no Museu Julio de Castilhos, efetivando sua função educativa.

Nesse sentido, os indícios encontrados no decurso da vida de Emílio Kemp permitiram compreender como a sua trajetória enquanto um intelectual mediador se refletiu em sua atuação como diretor no Museu Julio de Castilhos e, por conseguinte foi possível vislumbrar indícios de sua imaginação museal. Desse modo, o estudo possibilitou lançar um outro olhar acerca da história do Museu, sob uma nova perspectiva, que vai além de sua trajetória como um museu enciclopédico que se especializou. As evidências ajudam a compreender como ao longo da gestão de Emílio Kemp o Museu Julio de Castilhos se aproximou do cenário vivenciado no restante do Brasil, em que os museus assumiram de forma progressiva seu papel educativo, em uma evidente aproximação com o campo da educação. Assim, abre-se a possibilidade de um novo capítulo a ser considerado sobre a história de uma instituição que se constitui como uma das mais antigas do país, tomando-a como um espaço eminentemente educativo, e, portanto, inserida nos debates acerca da História da educação em museus no Brasil da primeira metade do século XX.

REFERÊNCIAS

- AURAS, CALKINS, N.A. Primeiras lições de coisas – manual de ensino elementar para uso dos pais e professores. Tradução de Rui Barbosa. Obras Completas, v. XIII, tomo 1, Rio de Janeiro, 1950. 573 p. **Educar**, Curitiba, n. 21, p. 311-314. 2003. Editora UFPR
- BARRETO, Thais Menna. **A fotografia de Luiz Arthur Ubatuba de Faria: O olhar de um urbanista**, 2017, 411p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/170059/001051921.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 28 jul. 2020
- BARTZ, Frederico Duarte. **O Horizonte Vermelho: O impacto da revolução russa no movimento operário Rio Grande do Sul, 1917-1920**, 2008, 235p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14690/000666868.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 05 dez. 2021
- BASTOS, Maria Helena Camara. A imprensa de educação e de ensino: repertórios analíticos. O exemplo da França. **Revista Brasileira da Educação**, v.12, n.34. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100013&lang=en. Acesso em: 23 jul. 2020
- BASTOS, Maria Helena Camara. Ferdinand Buisson no Brasil: Pistas, vestígios e sinais de suas ideias pedagógicas (1870-1900). **História da Educação**. ASPHE/UFPEL, Pelotas, set. 2000, pp. 79-109. Disponível em: <file:///C:/Users/profe/Downloads/30140-116737-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.
- BOHNS, Neiva Maria Fonseca. **Continente improvável: Artes Visuais no Rio Grande do Sul no final do século XIX a meados do século XX**. 2005, 383p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5394/000514504.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- BENIGNO, Acúrcio. Registro Literário. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 27 out. 1940, p. 5. MUSECOM
- BENIGNO, Acúrcio. Registro Literário. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 11 abr. 1943, p. 5. MUSECOM
- BENIGNO, Acúrcio. Registro Literário. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 24 jan. 1942, p. 4. MUSECOM

BONFADA, Elisete Maria. **Matemática na formação das professoras normalistas:** o Instituto de Educação General Flores da Cunha em tempos de matemática moderna, 2017, 206p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação de Ensino em Matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180932/001072530.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 dez. 2021

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Museu Histórico Nacional. **Legislação.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Serviço de Documentação, 1946. 83p. [folheto nº46].

BRUM, Rosemary Fritsch. **Cadernos de pesquisa:** notícias de imigrantes italianos em Porto Alegre, entre 1911 e 1937. São Luis: EDUFMA, 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=vDdwCAAQBAJ&pg=PA404&lpg=PA404&dq=cria%C3%A7%C3%A3o+col%C3%A9gio+dr.+em%C3%ADlio+kemp&source=bl&ots=Qpnd_7mwCf&sig=ACfU3U0EsNKR2c5XWHRmBOuKEG8cLrVzrQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiVpNGMg830AhW-ELkGHQOqBtEQ6AF6BAgeEAM#v=onepage&q=cria%C3%A7%C3%A3o%20col%C3%A9gio%20dr.%20em%C3%ADlio%20kemp&f=false. Acesso em 05 dez. 2021.

CANEZ, Anna Paula. **Fernando Corona e os caminhos da arquitetura moderna em Porto Alegre**, 1998, 209p. Porto Alegre, UE/Porto Alegre/Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis, 1998.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal:** Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

ESPÍRITO, Poli. **Contribuição para a higiene escolar no estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934. FAMED/UFRGS.

ESPÍRITO, Poli. **EDUCAR NO MUSEU:** O Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958), 2017. 296p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/158339>. Acesso em 18 maio 2020.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. **O caráter educativo do Museu Histórico Nacional:** O Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros. Dissertação (Mestrado em Educação) PPGEDU/UFRGS, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72139/000882106.pdf?sequence>. Acesso em: 17 mar. 2019

FISCHER, Antenor. **Literatura dramática no Rio Grande do Sul (de 1900 a 1950)**, 2007. 412f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2143/1/387904.pdf> . Acesso em: 15 out. 2021.

FRAGA, Andréa Silva de. **Imprensa Estudantil e Práticas de Escrita e Leitura: a Revista “O Estudo” (Porto Alegre/RS, 1922 a 1931)**, 2012. 173p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/63169/000869393.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 15 out. 2021.

FRAGA, Andréa Silva de. **Trajetórias de alunas-mestras a professoras intelectuais da Educação no Rio Grande do Sul (1920 a 1960)**. Trajetórias de alunas-mestras a professoras intelectuais da Educação no Rio Grande do Sul (1920 a 1960), 2017. 215p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, Porto Alegre, 2017. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7670/2/TES_ANDREA_SILVA_DE_FRAGA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 06 junho 2020.

GARCÍA, Susana V. Museos escolares, colecciones Y la Enseñanza elemental de las ciencias naturales em la Argentina de fines del siglo XIX. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p. 173-196, marc. 2007.

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, Dilza Pôrto. **A instrução pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937)**, 2013. 310p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2457>. Acesso em: 05 dez. 2021.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. **Caderno de Diretrizes Museológicas I**. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU; Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2006. p.19-32.

KEMP, Emílio. **Matinal**. Porto Alegre: Livraria Americana, 1918.

LARBECK, Emílio Kemp. **A defeza da saude publica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: I Robles, 1916, 50p. Tese apresentada à Congregação da Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre em dezembro de 1916. FAMED/UFRGS.

LARBECK, Emílio Kemp. **Hygiene Elementar e noções de puericultura**. Porto Alegre: Liv. Selbach, 1934, p. 553p.

LHULLIER, Cristina. **Levantamento das idéias psicológicas presentes na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Direito no estado do Rio Grande Sul entre 1890 e 1950**, 2003. 235f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, Ribeiraão Preto, 2003. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-06082005-163752/pt-br.php>. Acesso em: 15 out. 2021.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília: UnB, 1997

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e Antiprendas: uma escola de mulheres**. Ed. da Univerdade, UFRGS, 1987.

MARCÍLIO, Daniel Augusto Pereira. **Jornalismo e Memória: a construção da narrativa de si em edições comemorativas de aniversário no jornal Correio do Povo (1905-1975)**, 2018, 146p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189227/001087891.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 dez. 2021

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978.

MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)**. 2015. 277 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2015.

MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. **À esquerda de seu tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre - 1927-1957)**, 2012. 340f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61721/000864800.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 dez. 2021.

MAYA, Alcides. Programma adiado. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 24 dez. 1936, p. 5. MUSECOM

MELO, Roberta Madeira. **Objetos de coleção, pesquisa e educação: representações sobre os povos indígenas no Museu Julio de Castilhos (1901-1958) (Porto Alegre/RS)**, 2019, 189p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202055/001105135.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 11 nov. 2019.

MUSEU DE HISTÓRIA DA MEDICINA DO RIO GRANDE DO SUL (MUHM).

Biografias médicas. Porto Alegre. Disponível em:

<https://www.muhm.org.br/biografiasmedicas/biografia?id=777>. Acesso em: Out. 2021

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Histórico**, s.d. Disponível em: <http://museujuliodecastilhos.blogspot.com/p/historico-do-museu.html>. Acesso em: 21 jul. 2020

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. Material Escolar, 2001.

NEDEL, Letícia Borges. Breviário de um museu mutante. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n.23, p. 87-112, jan./jun. 2005.

NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da Província**: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta, 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, Juliana Matosinho de. **Embates pela educação**: as iniciativas libertárias de ensino e o Estado na Primeira República em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21352/000737143.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 dez. 2021.

PAZ, Felipe. R, Contri. **Cultura Visual e Museus Escolares**: representações raciais no museu Lassalista (Canoas, Rio Grande do Sul, 1925-1945), 2015, 190p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131867>. Acesso em: 15 out. 2021.

PÉCAUT, Daniel. **Intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. **Educação museal - Entre dimensões e funções educativas**: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional, 2010, 180p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/marcele_regina_nogueira_pereira.pdf. Acesso em 27 fev. 2019.

PETRY, Marília Gabriela; Gaspar da Silva, Vera Lucia MUSEU ESCOLAR: SENTIDOS, PROPOSTAS E PROJETOS PARA A ESCOLA PRIMÁRIA (SÉCULOS 19 E 20) **Revista História da Educação**, vol. 17, núm. 41, set.-dez. 2013, pp. 79-10

POSSAMAI, Zita Rosane. **Cidade fotografada**: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos - Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930, 2005. 287f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5251/000511461.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 dez. 2021.

POSSAMAI, Zita Rosane. Exposição, Coleção, Museu Escolar: ideias preliminares de um museu imaginado. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 58, p. 103-119, out./dez. 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/profe/Downloads/Exposicao_Colecao_Museu_Escolar_ideias_prelimnare%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/profe/Downloads/Exposicao_Colecao_Museu_Escolar_ideias_prelimnare%20(1).pdf). Acesso em 03 jan. 2022.

POSSAMAI, Zita Rosane. “Lições de Coisas” No museu: O Método Intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas Primeiras Décadas do Século XX. **EducationPolicyAnalysis/Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, Estados Unidos, v.20, p.1-13, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/2750/275022797043>. Acesso em: 16 jun. 2020.

POSSAMAI, Zita Rosane. (In) Visibilidades do passado: percursos das relações entre História e memória nos museus. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; SANTOS, Nádia Maria Weber Santos (Org). **Memória Social: questões teóricas e metodológicas**. 1ed. Canoas: UnilaSalle, 2013, v. 5, p. 207-225.

POSSAMAI, Zita Rosane. Coleccionar e educar: o Museu Julio de Castilhos e seus públicos (1903-1925). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 30, nº 53, p. 365-389, mai/ago 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434845003>. Acesso em: 13 mar. 2018.

RANGEL, Vera Maria Sperandio. **A organização cultural museal: os desafios e vetores dos paradigmas tradicional e contemporâneo**, 2007. 134p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS, Porto Alegre, 20107. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4748>. Acesso em: 05 dez. 2021.

RESENDE, Fernanda Mendes; SOUZA, Rita de Cássia. Relações entre o Método Intuitivo e a Escola Nova em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas. **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Londrina, 2005.

RHEINHEIMER, Juliana Mercedes. **Ensinar e aprender Matemática: ressonâncias da Escola Nova em um olhar sobre a formação de professores no Instituto de Educação General Flores da Cunha (1940-1955)**, 2018, 203p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação de Ensino em Matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/179446/001067555.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 05 dez. 2021

RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul **Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas**, 1903. AHRGS.

RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas**, 1904. AHRGS.

RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul **Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas**, 1906. AHRGS.

RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul **Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas**, 1907. AHRGS.

RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul **Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas**, 1908. AHRGS.

RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul **Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas**, 1910. AHRGS.

RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul **Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas**, 1913. AHRGS.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1937-1398.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1939, 417 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1940, 356 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1941a, 267 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1942a, 386 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1943a, 302 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1944a, 220 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1945a, 262 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1947a, 199fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1948-1949a, 342 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Expedidos**, 1950-1951, 446fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1932.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1941b, 186fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1942b, 251fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1943b, 246fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1944b, 173fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1945b, 161fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1946, 199 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1947b, 168fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1948-1949b, 267 fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1950-1951b, 297fls.

RIO GRANDE DO SUL. Museu do Estado. **Livro de Ofícios Recebidos**, 1955, 181fls.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Quando Vargas caiu no samba**: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940, 2008, 237p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14987/000672889.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 05 dez. 2021

SANJAD, Nelson. **A coruja de Minerva**: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. 14 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Ana Celina Figueira da. **Investigações e evocações do passado**: o Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre-RS, 1925-1939), 2018. 332f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180928/001072500.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 junho 2020.

SOUZA, Vanessa Becker. **Museu Julio de Castilhos** - 111 anos de história em arquivos. Porto Alegre: EDIJUC/IHGRGS, 2014.

STEPHANOU, Maria. **Tratar e educar**: Discursos médicos nas primeiras décadas do século XX, 1999. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/83586/000270905.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 9 jun. 2020

STEYER, Fábio Augusto. **A “Estrada Perdida” de Telmo Vergara**, - Port– Alegre, décadas de 1920 e 1930, 2006. 463f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7607/000549564.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 dez. 2021.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. **A invenção de uma nova ordem para as cartilhas**: ser maternal, nacional e mestra: queres ler?, 2001, 524f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1891/000311489.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 dez. 2021.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. 50p.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense – 1889/1928, 1997. 350p. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

ZUIN, João Carlos Soares. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 15, 85-101, 2003 Disponível em: [file:///C:/Users/profe/Downloads/05zuin%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/profe/Downloads/05zuin%20(1).pdf). Acesso em: 26 set. 2021.